



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

**WILTON NEVES BRANDÃO**

**O PROGRAMA DE APOIO ÀS TECNOLOGIAS SOCIAIS E  
AMBIENTAIS EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE FOMENTO À  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO**

Salvador  
2014

**WILTON NEVES BRANDÃO**

**O PROGRAMA DE APOIO ÀS TECNOLOGIAS SOCIAIS E  
AMBIENTAIS EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE FOMENTO À  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Sonia Maria Guedes Gondim

Salvador  
2014

Escola de Administração - UFBA

B817 Brandão, Wilton Neves.

O Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais em uma instituição pública de fomento à ciência e tecnologia: um estudo de caso. / Wilton Neves Brandão. – 2014.  
133 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra.Sônia Maria Guedes Gondim.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

1. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - Estudo de casos.  
2. Desenvolvimento social – Inovações tecnológicas. 3. Políticas públicas – Inovações tecnológicas. 4. Inclusão social. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 303.44

**WILTON NEVES BRANDÃO**

**O PROGRAMA DE APOIO ÀS TECNOLOGIAS SOCIAIS E  
AMBIENTAIS EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE FOMENTO À  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 06 de outubro de 2014

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Sônia Maria Guedes Gondim - Orientadora  
Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dra. Claudiani Waiandt  
Doutora em Administração da Universidade Federal da Bahia  
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Elias Ramos de Souza  
Doutor em Ciências Biológicas (Biofísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Instituto Federal da Bahia

Dedico esta dissertação aos meus filhos Iuri e Igor, vislumbrando para eles um futuro portador de possibilidades e desafios, tendo o conhecimento como guia e farol a iluminar seus caminhos.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Izildia e Joaquim, *in memoriam*, pelo esforço que tiveram em moldar meu caráter e educar a mim e a meus irmãos com valores morais sólidos. A eles dedico amor eterno.

A meu irmão Luiz (Lui), a quem reconheço como o responsável por me iniciar nessa trajetória rumo ao conhecimento, enfrentado todas as dificuldades daquele período, permitindo com seu suporte que eu chegasse à universidade na capital do estado, possibilidade que não estava ao alcance da maioria das famílias do interior do estado da Bahia daquela época. Agradecendo a ele, torno a homenagem extensiva aos meus outros irmãos: Neusa, Uba, Eta e Nei, pelos diferentes tipos de apoio que tive de todos eles na minha trajetória de vida até aqui.

À Profa. Dra. Sônia Gondim pelo acolhimento, pelo aceite de orientação desta dissertação e pela oportunidade de convívio, que, apesar do período de distanciamento físico por conta de seu pós-doutorado no exterior, ainda assim retomou a tempo de me conduzir, com sua orientação serena, firme e paciente até a confecção final da dissertação.

Ao Prof. Elias Ramos, agradeço pelo convite para trabalhar em uma área, à época nova para mim, o que possibilitou o meu ingresso no mundo da inovação.

Aos meus colegas de turma, pelo convívio salutar e respeitoso, agradeço a confiança pela delegação a mim do papel de líder e representante da turma, atuando junto às instâncias acadêmicas e administrativas da universidade na defesa dos seus legítimos interesses, pautando-me sempre pelos aspectos éticos.

À Profa. Tânia Fischer, que conheci no início dessa caminhada, e com quem convivi no colegiado na condição de representante estudantil, sempre aberta ao diálogo e com uma postura resolutiva e serena na condução dos conflitos. Nos momentos de dificuldades, na condução da turma e em outros pelos quais passei no decorrer do curso, sempre contei com seu apoio e conforto, razão pela qual passei a admirá-la mais ainda.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) pela permissão e pelo incentivo à realização da pesquisa, voltada para contribuir com o aperfeiçoamento das políticas públicas no campo das tecnologias sociais e ambientais.

Finalmente, agradeço a minha família, pela compreensão nos momentos em que precisei me ausentar, durante esse quase três anos de esforço e dedicação que o mestrado exigiu.

BRANDÃO, Wilton Neves. O Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais em uma Instituição Pública de Fomento à Ciência e Tecnologia: um estudo de caso. 133 f. Il. 2014. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

## RESUMO

A valorização do conhecimento no mundo contemporâneo tem exigido cada vez mais dos governos a adoção de estratégias para aprimorar e potencializar os investimentos em ações de Ciência, Tecnologia e Inovação. Como fato relevante a se considerar no processo de construção dessa política pública no Brasil, cita-se o ingresso na agenda atual de CT&I de temas como redução das desigualdades, inclusão social e desenvolvimento social, revelando uma inovação política. O presente estudo se propôs a analisar o processo de implantação e os resultados do Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais em uma Instituição Pública de Fomento à Ciência e Tecnologia, a Fapesb – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Para isso, buscou-se descrever as especificidades dos Editais e ações implementadas pelo Programa, os projetos apoiados, as áreas de conhecimento e as instituições contempladas, bem como os recursos aportados no Programa. A estratégia metodológica adotada, portanto, foi a do estudo de caso único, em reconhecimento ao seu pioneirismo na adoção de uma política pública de fomento de tecnologias sociais em nível estadual no País. Foram utilizadas técnicas de coletas de dados de fontes primárias, a exemplo da observação direta e participante do gestor e relator do caso, e de fonte secundária, mediante análise documental e de relatórios internos gerados pela organização, bem como com a pesquisa bibliográfica em livros, artigos e legislação específica. O recorte temporal da pesquisa compreendeu o período da criação da Coordenação de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais – CTSA – e da implementação do programa, de 2007 até o ano de 2013. Procedeu-se ao levantamento de todas as ações executadas no período, ano a ano, englobando todas as ações e os Editais lançados em cada ano, com os seus respectivos objetivos e resultados. Os resultados foram analisados descritiva e analiticamente, sendo também apontados os limites e desafios de um programa desta natureza. O estudo de caso oferece insumos para aperfeiçoamento do Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e diretrizes para consolidação de Políticas Públicas de fomento às Tecnologias Sociais no âmbito do estado.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Social; Gestão; Políticas Públicas; Inovações Tecnológicas; Inclusão Social; Estudo de Caso.

BRANDÃO, Wilton Neves. Help Program for Social Technologies and Environmental in a Public Institution for Science and Technology: a case study. 133 pp. ill. 2014. Dissertation (Multidisciplinary and Professional Master's Degree in Social Development and Management) - School of Administration, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

## ABSTRACT

Nowadays the valorization of the knowledge all over the world has demanded of the governments some strategies in order to implement investments in actions of Science, Technology and Innovation in order to reduce inequalities, help the social inclusion and social development through of an innovation politics which is the implementation of public policies in Brazil. Such a study intends to analyse the results of program of help to social technologies and surrounding at FAPESB- Public Foundation for research of the State of Bahia, therefore, the actions implemented by the program, its projects as well as the knowledge areas. The methodology strategy is the case study through data collect, direct observation, documents analysis, bibliography research in books, articles and specific legislation due to the public policy for social technologies in Brazil. The research time has been comprehended by creation of coordination of help for social technologies and surrounding and the implementation of the program from 2007 to 2013 through all actions every year with its goals and results. Such results have been analysed with the limits and challenges of a program like that. The case study has offered everything to improve the program of help for social technologies in order to implement public policies for social technologies in State.

**Key-words:** Social Development; Management; Public Policies; Technological Innovations; Social Inclusion; Case Study.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Fluxo de políticas públicas .....	30
Figura 2	Ciclo de políticas públicas .....	33
Figura 3	Organograma da Fapesb com o advento da Lei nº 10.216/2006 (Atual) .....	52
Figura 4	O processo de avaliação dos projetos e suas etapas .....	59
Quadro 1	Ações de fomento no ano de 2007.....	63
Quadro 2	Ações de fomento no ano de 2010 .....	74
Quadro 3	Ações de fomento no ano de 2011.....	82
Gráfico 1	Total de editais lançados .....	90
Gráfico 2	Total de recursos aplicados .....	91
Gráfico 3	Total de recursos aplicados por ano .....	92
Gráfico 4	Total de recursos aplicados por área do conhecimento .....	92
Gráfico 5	Total de recursos aplicados por instituição .....	93
Gráfico 6	Total de recursos aplicados na área social .....	94

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos aprovados pelo Edital 006/2007.....	65
Tabela 2	Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos aprovados pelo Edital 007/2007 .....	66
Tabela 3	Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos aprovados pelo Edital 007/2008 .....	69
Tabela 4	Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos aprovados pelo Edital 015/2009 .....	73
Tabela 5	Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos aprovados pelo Edital 007/2010 .....	76
Tabela 6	Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos aprovados pelo Edital 017/2010 .....	78
Tabela 7	Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos aprovados pelo Edital 022/2010 .....	82
Tabela 8	Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos aprovados pelo Edital 010/2011 .....	84
Tabela 9	Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos aprovados pelo Edital 021/2011 .....	85
Tabela 10	Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos aprovados pelo Edital 004/2012 .....	87
Tabela 11	Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos aprovados pelo Edital 012/2013 .....	89

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Bahiapesca	Empresa Baiana de Apoio à Pesca e Aquicultura
Capes	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CTSA	Coordenação de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
FAP	Fundação de Amparo à Pesquisa
Fapesb	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
Forproex	Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil
Forex	Fórum de Extensão das IES Particulares
Forext	Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias
Funcep	Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICT	Instituição Científica e Tecnológica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IG	Indicação Geográfica
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
ITS	Instituto de Tecnologia Social
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
Oscip	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PP	Política Pública
RTS	Rede de Tecnologia Social
SADCT	Superintendência de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Senaes	Secretaria Nacional de Economia Solidária
Setre	Secretaria do Trabalho Emprego Renda e Esporte
SSP	Secretaria da Segurança Pública
Sema	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TC	Tecnologia Convencional
TS	Tecnologia Social
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
Secis	Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
Uesc	Universidade Estadual de Santa Cruz
Ufba	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1	TEMA/CONTEXTO .....	15
1.2	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO .....	17
1.3	PROBLEMA E QUESTÕES DE PESQUISA .....	18
1.4	OBJETIVOS .....	18
1.5	DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO .....	19
<b>1.5.1</b>	<b>Método .....</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS .....</b>	<b>21</b>
2.1	A IMPORTÂNCIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO MUNDO ATUAL....	21
2.2	A INOVAÇÃO .....	24
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS .....	27
<b>2.3.1</b>	<b>Histórico: como e por que surgiu a área de políticas públicas .....</b>	<b>27</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Conceitos de políticas públicas .....</b>	<b>29</b>
<b>2.3.3</b>	<b>Tipos de política pública .....</b>	<b>32</b>
<b>2.3.4</b>	<b>Tipos de demandas das políticas públicas .....</b>	<b>33</b>
<b>2.3.5</b>	<b>Ciclo das políticas públicas .....</b>	<b>33</b>
<b>2.3.6</b>	<b>Os atores no processo de política pública .....</b>	<b>36</b>
<b>2.3.7</b>	<b>O planejamento das políticas públicas e seus instrumentos.....</b>	<b>36</b>
2.4	A POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO .....	38
2.5	TECNOLOGIAS SOCIAIS .....	40
<b>2.5.1</b>	<b>Histórico das tecnologias sociais .....</b>	<b>41</b>
2.5.1.1	As tecnologias apropriadas .....	41
<b>2.5.2</b>	<b>Conceituando tecnologia social .....</b>	<b>43</b>
<b>2.5.3</b>	<b>Tecnologias sociais e sua relação com a inovação social .....</b>	<b>45</b>
<b>2.5.4</b>	<b>As políticas públicas de apoio às tecnologias sociais no Brasil .....</b>	<b>46</b>
<b>3</b>	<b>O CASO ESTUDADO: A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA (FAPESB) .....</b>	<b>48</b>
3.1	CRIAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FAPESB .....	48
3.2	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FAPESB PARA AS ATIVIDADES DE FOMENTO À INOVAÇÃO .....	49
3.3	INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE FOMENTO À INOVAÇÃO NA FAPESB .....	51
<b>3.3.1</b>	<b>A diretoria de inovação: finalidade e estrutura organizacional .....</b>	<b>52</b>
<b>3.3.2</b>	<b>A coordenação de apoio às tecnologias sociais e ambientais (CTSA) .....</b>	<b>53</b>
3.4	O PROGRAMA DE APOIO ÀS TECNOLOGIAS SOCIAIS E AMBIENTAIS .....	56
<b>3.4.1</b>	<b>Objetivos do programa .....</b>	<b>56</b>
3.5	A EXPERIÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DAS AÇÕES E EDITAIS VINCULADOS AO PROGRAMA DE APOIO ÀS TECNOLOGIAS SOCIAIS E AMBIENTAIS/ESCOLHA DOS TEMAS .....	57
<b>3.5.1</b>	<b>Fluxo da Gestão dos editais .....</b>	<b>57</b>

3.6	O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS SUBMETIDOS À FAPESB.....	58
<b>3.6.1</b>	<b>O processo de avaliação <i>ex-ante</i>: análise do mérito do projeto .....</b>	<b>58</b>
<b>3.6.2</b>	<b>A avaliação <i>ex-post</i>: acompanhamento dos projetos apoiados .....</b>	<b>60</b>
<b>3.6.3</b>	<b>Avaliação final dos projetos .....</b>	<b>61</b>
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA DE APOIO ÀS TECNOLOGIAS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA FAPESB .....</b>	<b>62</b>
4.1	RESULTADOS .....	62
<b>4.1.1</b>	<b>Ações de fomento no ano de 2007 .....</b>	<b>63</b>
4.1.1.1	Edital 006/2007 – Apoio a Pesquisas Voltadas à Resolução de Problemas do Semiárido Baiano (Fapesb – Edital 006/2007 .....	63
4.1.1.2	Edital 007/2007 – Apoio a Pesquisas Inovadoras em Segurança Pública .....	65
<b>4.1.2</b>	<b>Ações de fomento no ano de 2008 .....</b>	<b>66</b>
4.1.2.1	Edital 007/2008 – Apoio a Empreendimentos Econômicos Solidários (Fapesb/Setre/Secti – 2008) .....	67
4.1.2.2	Projeto Especial: Reprojeto e Fabricação da Máquina Desfibradora de Sisal Faustino II – 2008 .....	70
4.1.2.3	Projeto Especial: Projeto Multideglutografia – 2008 .....	70
<b>4.1.3</b>	<b>Ações de fomento no ano de 2009 .....</b>	<b>71</b>
4.1.3.1	Edital 015/2009 – Apoio a Tecnologias para o Desenvolvimento Social (Fapesb 015/2009) .....	71
4.1.3.2	Projeto Especial: Apoio à Implantação de Centro Laboratorial de Apoio à Defesa Agropecuária Baiana – 2009 .....	73
<b>4.1.4</b>	<b>Ações de fomento no ano de 2010 .....</b>	<b>74</b>
4.1.4.1	Edital 007/2010 – Pesquisa Ater-Pacto Federativo .....	75
4.1.4.2	Edital 017/2010 – Apoio a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Ambientais (Parceria Fapesb/Secti/Sema/Setre) .....	77
4.1.4.3	Edital 018/2010 – Seleção de Discente para Curso de Especialização em Extensão Universitária e Pesquisa-Ação .....	78
4.1.4.4	Edital 022/2010 – Apoio à Pesquisa em Segurança Pública .....	80
<b>4.1.5</b>	<b>Ações de fomento no ano de 2011 .....</b>	<b>82</b>
4.1.5.1	Edital 010/2011 – Apoio ao Fortalecimento de Grupos Produtivos Urbanos e Rurais .....	83
4.1.5.2	Edital 021/2011 – Apoio a Projetos de Caracterização de Indicação Geográfica (IG) no Estado da Bahia .....	84
<b>4.1.6</b>	<b>Ações de fomento no ano de 2012 .....</b>	<b>86</b>
4.1.6.1	Edital 004/2012 – Apoio à Pesca e Aquicultura .....	86
<b>4.1.7</b>	<b>As ações de fomento no ano de 2013 .....</b>	<b>88</b>
4.1.7.1	Edital 012/2013 – Apoio à Pesquisa em Segurança Pública .....	88
4.2	ANÁLISE DESCRITIVA DAS AÇÕES DA COORDENAÇÃO DE APOIO ÀS TECNOLOGIAS SOCIAIS E AMBIENTAIS, AO LONGO DO PERÍODO 2007- 2013 .....	89
4.3	ANÁLISE CRÍTICA DO PROGRAMA .....	95
<b>4.3.1</b>	<b>Quanto à estrutura organizacional e ao processo de gestão .....</b>	<b>95</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Quanto ao programa: Análise do alinhamento das ações da CTSA com as políticas públicas de inclusão social em níveis federal e estadual.....</b>	<b>96</b>

<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS E LIMITES DO ESTUDO: DIFICULDADES E DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS POR UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL.....</b>	<b>102</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>105</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>112</b>
	<b>APÊNDICE A –</b> Relação de projetos aprovados: Edital 006/2007 .....	113
	<b>APÊNDICE B –</b> Relação de projetos aprovados: Edital temático 007/2007 ....	116
	<b>APÊNDICE C –</b> Relação de projetos aprovados: Edital 007/2008 .....	117
	<b>APÊNDICE D –</b> Projeto: Reprojetado e Fabricação da Máquina Desfibradora de Sisal Faustino II/2008; Projeto Multideglutografia/2008 .....	118
	<b>APÊNDICE E –</b> Relação de projetos aprovados: Edital 015/2009 .....	119
	<b>APÊNDICE F –</b> Projeto: EBDA – Implementação de um Centro Laboratorial de Apoio à Defesa Agropecuária Baiana/2009.....	122
	<b>APÊNDICE G –</b> Relação de projetos aprovados: Edital 007/2010 .....	123
	<b>APÊNDICE H –</b> Relação de projetos aprovados: Edital 017/2010 .....	124
	<b>APÊNDICE I –</b> Relação de projetos aprovados: Edital 018/2010 .....	125
	<b>APÊNDICE J –</b> Relação de projetos aprovados: Edital 022/2010 .....	126
	<b>APÊNDICE K –</b> Relação de projetos aprovados: Edital 010/2011.....	127
	<b>APÊNDICE L –</b> Relação de projetos aprovados: Edital 021/2011 .....	129
	<b>APÊNDICE M –</b> Relação de projetos aprovados: Edital 004/2012 .....	130
	<b>APÊNDICE N –</b> Relação de projetos aprovados: Edital 012/2013 .....	132
	<b>APÊNDICE O –</b> Relação de projetos aprovados: Quadro síntese 2007/2013...	133

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 TEMA/CONTEXTO

Se ao longo da maior parte do século XX a Ciência, a Tecnologia e a Inovação – CT&I – foram vistas como elementos de um conjunto de estratégias consideradas essenciais ao desenvolvimento social e econômico de uma nação, agora, na era em que vivemos, em um mundo cada vez mais competitivo e globalizado, este segmento se coloca em posição de centralidade no desenvolvimento dos modelos de produção e das políticas públicas da maioria dos países.

A valorização do conhecimento tem exigido cada vez mais dos governos o desenvolvimento de estratégias com vistas a aprimorar os mecanismos que permitam fomentar e potencializar os investimentos em ações de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Esse processo vem se aperfeiçoando ao longo dos últimos anos no nosso País e tem evidenciado, cada vez mais, o grande potencial de geração de desenvolvimento e inclusão social do investimento público e privado em ciência e tecnologia. Para a Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura –, na área de ciência e tecnologia, o maior desafio do Brasil é a elaboração e a implementação de uma política de longo prazo que permita ao desenvolvimento científico e tecnológico trazer benefícios à população, com impacto determinante na melhoria das condições de vida da sociedade (UNESCO, 2014).

Após amplos debates, o Brasil regulamentou, em dezembro de 2005, a sua Lei de Inovação, que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e do desenvolvimento industrial do País. A Lei define inovação como a introdução de novidade ou o aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços (BRASIL, 2004).

A política de CT&I, tendo à frente o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI – vem sendo construída ao longo desse período mediante conferências nacionais e estaduais, que definem as suas diretrizes gerais e regionais. Como fato relevante a se considerar no processo de construção dessa política, cita-se o ingresso na agenda atual de



CT&I de temas como redução das desigualdades, inclusão social e desenvolvimento social, revelando uma inovação política.

Para o MCTI, o desenvolvimento social é uma das vertentes mais importantes das atuais políticas de Estado e sua consolidação representa a promoção, a popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como a produção e a difusão de tecnologias e inovações para a inclusão social. Como desdobramento dessa política, foi criada, no âmbito do MCTI, uma estrutura específica para a área social, a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social – Secis –, consolidando esse compromisso com a implementação de ações que transfiram à população, notadamente aquela excluída do processo de desenvolvimento econômico e social, os benefícios gerados pela Ciência, Tecnologia e Inovação.

No estado da Bahia estão à frente deste processo a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado – Secti – e a agência de fomento estadual, a Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia – Fapesb. É neste contexto mais geral que se reconhece o pioneirismo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia Fapesb – em ações na área de Inovação Socioambiental e no apoio às Tecnologias Sociais, a partir da institucionalização, em 2006, no âmbito da sua estrutura organizacional, de uma Diretoria de Inovação, voltada para ações de desenvolvimento tecnológico, e de uma coordenação criada especialmente para o fomento à área social, a Coordenação de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais (CTSA), sendo essa uma das primeiras experiências em se tratando das Fundações de Amparo à Pesquisa no Brasil, as FAPs.

Ao longo desse período desde a sua criação, a CTSA tem implementado, por meio do seu programa central – Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais – projetos e ações voltados ao cumprimento das suas finalidades, fomentando atividades de suporte ao desenvolvimento social e ambiental em instituições baianas, em consonância com a política nacional e estadual de ciência, tecnologia e inovação. Nessa direção, tem envidado esforços permanentes no sentido de articular essas ações com os principais atores de CT&I do estado, estimulando a interação entre as universidades e o segmento produtivo e social, a exemplo de empreendimentos associativos e solidários, grupos produtivos em geral, empresas e movimentos sociais, viabilizando o acesso da sociedade civil organizada ao conhecimento e às universidades e aos centros de pesquisa, fortalecendo as políticas públicas de CT&I.

Cabe aqui diferenciar as Tecnologias Sociais (TS) das Tecnologias Convencionais (TC), com o entendimento de que as TS são produtos, técnicas ou metodologias passíveis de

reaplicação, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a comunidade, que representam soluções de transformação social e que não necessariamente visam à obtenção de lucro, diferentemente das TCs, produzidas pela e para a empresa privada, que buscam a competitividade e o lucro.

A política pública de fomento às TS se concentra no apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento em diversas áreas do conhecimento, focadas na evolução e na transferência de tecnologia para aqueles segmentos que se encontram em condição de fragilidade social, estratégia que tem possibilitado a disseminação do conhecimento, a formação de novos pesquisadores e o incentivo à interlocução interinstitucional entre universidades, centros de pesquisa e a sociedade baiana.

Essas ações têm gerado impactos significativos no conjunto dos territórios de identidade e de cidadania do estado da Bahia, por meio dos projetos apoiados pela Fapesb, fruto da política pública, resultando na geração de ocupação, trabalho, renda e emprego, contribuindo assim para a redução das desigualdades sociais e regionais e promovendo a inclusão social de parcelas da população que antes não acessavam recursos e conhecimento na medida das suas necessidades e dos seus direitos de cidadania.

## 1.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O estudo desenvolvido para fins dessa dissertação de mestrado justifica-se pelo pioneirismo da Fapesb na institucionalização de uma política pública para apoiar o desenvolvimento de tecnologias sociais.

Conhecer a construção e a implementação dessa política pública poderá gerar insumos para a melhoria das ações do Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais e avaliar a sua efetividade.

O levantamento dos dados relacionados às ações implementadas possibilita também um melhor entendimento e o fortalecimento da estrutura de gestão que dá suporte ao programa e às suas ações, contribuindo, assim, para a preservação da memória institucional da organização.

### 1.3 PROBLEMA E QUESTÕES DE PESQUISA

Tendo em vista que se trata de um programa pioneiro e ainda em processo de consolidação, o estudo está apoiado nas seguintes questões: 1) haveria consistência em sua estruturação e definição de objetivos e na forma como vem sendo implementado?; 2) que ações poderiam vir a melhorar o programa?

Na análise do contexto de institucionalização da CTSA e a sua implementação prática, a partir da análise das ações levadas a efeito por meio do Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais, a dissertação buscou responder a estes dois problemas, apoiando-se na análise documental das ações, que incluem: número de editais lançados; projetos que foram apoiados; volume de recursos aportado; observância dos critérios dos editais na avaliação e aprovação dos projetos; e a contribuição do programa para a consolidação da Política Pública de Fomento às Tecnologias Sociais e Ambientais no estado da Bahia.

### 1.4 OBJETIVOS

O presente estudo se propôs a analisar o processo de implantação e as ações fomentadas pelo Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais em uma Instituição Pública de Fomento à Ciência e Tecnologia, a Fapesb.

O objetivo geral apresentado se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- a) descrever as especificidades dos editais e das ações implementadas pelo programa;
- b) descrever os projetos apoiados, por área de conhecimento e por instituição contemplada;
- c) descrever os recursos aportados, por área de conhecimento e por instituição contemplada;
- d) avaliar se os resultados do programa estão contribuindo para a consolidação da Política Pública de Fomento às Tecnologias Sociais na organização;
- e) gerar insumos para a melhoria das ações do Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais.

## 1.5 DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

### 1.5.1 Método

A estratégia metodológica adotada foi a do estudo de caso único. Nas últimas décadas tem crescido, principalmente na área das ciências sociais aplicadas, e em especial na administração, a utilização dos métodos qualitativos nas suas pesquisas, em especial a abordagem de estudo de caso (CALDAS, 2003).

Gondim *et al* (2005) promoveram uma extensa revisão teórica sobre o tema e concluem que fazer uma demarcação conceitual sobre estudos de caso é uma tarefa de relativa complexidade, pela variedade de autores que escrevem sobre o assunto e que adotam perspectivas nem sempre convergentes.

O estudo de caso, neste tema pioneiro que estudamos aqui, se considerarmos o conceito de Gil (2004, p. 54), pode ser assim caracterizado: “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

Segundo Stake (2000), autor de abordagem qualitativa e citado por Gondim *et al* (2005, p.52), a elucidação do que seja específico, singular ou peculiar ao caso é o que justifica o estudo de um ou mais casos, de modo que se possa visualizar com clareza o que se constitui sua especificidade, ou o que o distingue do padrão comum de outros casos. Stake (2000) lista três principais pontos a serem observados na escolha de caso: a) singularidade: otimizar a compreensão do caso e não necessariamente fazer generalização empírica a partir dele; b) tipo de recorte: nem tudo de um caso pode ser compreendido, ou seja, o pesquisador terá que fazer escolhas, priorizando os aspectos que serão estudados em detalhes; c) linhas temáticas: deve-se dispor de uma estrutura conceitual na qual os problemas de pesquisa ou linhas temáticas de investigação deverão estar organizados.

Graham (2010, p.15) considera que vivemos uma era de transição, com as organizações submetidas a constantes mudanças tanto tecnológicas quanto de pessoas, atingindo especialmente os governos e o setor público. Gestores estão sempre saindo e novos gestores chegam. Ao saírem, levam a experiência acumulada, que nem sempre fica registrada

nas bases de dados das organizações, perdendo-se, assim, a memória institucional. Para Graham, nesse contexto, cresce a importância do estudo de caso institucional, principalmente para os gestores públicos, na perspectiva de se evitar que um conjunto de ações e experiências de gestão e implementação de políticas públicas sofra falta de continuidade na execução, na avaliação e no aperfeiçoamento de processos.

Considerando a afirmação de Graham (2010), que, quando se trata de governo, com a complexidade e as nuances das suas políticas públicas e a gestão, o estudo de caso ganha importância e revela suas vantagens, exatamente pela possibilidade de estudo, seja para o conhecimento da prática, seja para o estudo – portanto, isso confirma que a nossa escolha do caso para estudo foi acertada.

O levantamento foi realizado com técnicas de coletas de dados de fontes primárias, a exemplo da observação direta e participante do gestor e relator do caso, na condição de coordenador do programa objeto do estudo. Como fonte secundária, procedeu-se à análise documental e de relatórios internos gerados pela organização, bem como à pesquisa bibliográfica em livros, artigos e legislação específica. A pesquisa teórica também foi feita por revisão de literatura, com consulta a livros, artigos, dissertações, teses, entre outras fontes.

O recorte temporal da pesquisa compreendeu o período da criação da Coordenação de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais (CTSA), que, apesar de criada em 2006, somente foi implantada efetivamente em 2007, até o ano de 2013. Procedeu-se ao levantamento de todas as ações executadas no período, ano a ano, englobando todas as ações e os editais lançados em cada ano, com os seus respectivos objetivos e resultados.

A parte descritiva apresenta uma análise qualitativa de cada edital ou ação, relatando a história de sua concepção, construção, os atores envolvidos e as parcerias firmadas, além da parte quantitativa envolvendo o total de projetos aprovados por edital, ano a ano, além da soma de recursos aplicados em todos os projetos no período estudado.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

### 2.1 A IMPORTÂNCIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO MUNDO ATUAL

*Toda relação do homem com a natureza é portadora e produtora de Técnicas que se foram enriquecendo, diversificando e avolumando ao longo do tempo... As técnicas oferecem respostas à vontade de evolução dos homens e, definidas pelas possibilidades que criam, são a marca de cada período da história.*  
(SANTOS, 2000, p.62-63)

No mundo contemporâneo, de forma cada vez mais intensa, os temas relacionados à ciência e tecnologia aproximam-se do dia a dia das pessoas. As mudanças ocorridas na esfera produtiva e a modernização da economia, promovidas pela integração do mundo globalizado, colocaram o conhecimento como fator indutor e de importância estratégica para o desenvolvimento dos países. Estamos claramente vivendo uma importante revolução tecnológica, com a economia mundial sendo reconfigurada pelas novas tecnologias da informação e por mudanças fundamentais em campos como a biotecnologia e a ciência dos materiais (MANUAL DE OSLO, 2005). A relação entre ciência e tecnologia tem se dado de forma tão próxima que deu origem ao binômio C&T (Ciência e Tecnologia), expresso no singular.

Para Dagnino (Unicamp), o que estamos acostumados a chamar de ciência e tecnologia são coisas que a contemporaneidade torna cada vez mais inseparáveis. Até mesmo os limites das atividades que as originam se tornaram quase indistinguíveis.

Dentre as diversas conceituações e definições de ciência, uma das mais aceitas é a da Unesco, que a define como o conjunto de conhecimentos organizado sobre os mecanismos de causalidade dos fatos observáveis, obtidos mediante o estudo objetivo dos fenômenos empíricos. A ciência pode ser conceituada também como atividade, segundo Sáenz e Capote (2002, p.5), definida como:

[...] uma atividade dirigida à aquisição de novos conhecimentos sobre a natureza, a sociedade e o pensamento, que inclui todos os elementos e condições para isso: os cientistas, com seus conhecimentos e capacidades; as instituições, com seus equipamentos; os métodos de trabalho de pesquisa científica, o aparato conceitual e de categorias e o sistema de informação científica, assim como toda a soma dos conhecimentos existentes, que constituem a premissa, o meio ou o resultado da produção científica.

No senso comum, a ciência é vista como a tentativa de entender, explicar e prever o mundo em que vivemos.

É importante registrar, por outro lado, que a aquisição humana de conhecimentos sobre a natureza não começou com a ciência moderna, surgida a partir do século XVII, na modernidade, mas ocorre desde os primórdios da história, possibilitando avanços notáveis como a descoberta do fogo, a invenção da roda, a produção de ferramentas, o domínio do cultivo do solo, entre outras técnicas.

Ao falarmos de tecnologia, por sua vez, temos que compreender e diferenciar as noções de técnica e tecnologia. Segundo Gondim (1998, p. 403), as definições de técnica e tecnologia estão relacionadas a procedimentos e recursos instrumentais para obtenção de alguns resultados que consideramos úteis, sendo que ambas se caracterizam por serem uma criação humana, sendo, portanto, algo artificial, e estão dirigidas à satisfação das necessidades de ordem prática. Para a autora, o que parece certo é que a técnica antecede no tempo a tecnologia, que predomina na sociedade da informação, uma vez que a última está cientificamente fundamentada.

Miranda (2002, p.51) afirma que a tecnologia moderna não pode ser considerada um mero estudo da técnica. Ela representa mais que isso, pois nasceu quando a ciência, a partir do renascimento, aliou-se à técnica, com o fim de promover a junção entre o saber e o fazer (teoria e prática). Para Miranda (2002), a tecnologia é exatamente o resultado da aliança entre teoria e prática. A primeira representada pela ciência, a segunda pela técnica – daí a sua afirmação de que, em princípio, a tecnologia, em sentido moderno, implica conhecimento racional (portanto, científico) com vistas a uma utilidade prática, instrumental (e, portanto, técnica).

Miranda (2002, p.51 e 52) considera ainda que a “tecnologia é fruto da aliança entre ciência e técnica, a qual produziu a *razão instrumental*, como no dizer da Escola de Frankfurt. Esta aliança propiciou o *agir – racional - com – respeito – a – fins*, conforme assinala Habermas, a serviço do poder político e econômico da sociedade baseada no modo de produção capitalista (séc. XVIII), que tem como mola propulsora o lucro, advindo da produção e da expropriação da natureza”.

Sáenz e Capote (2002, p.47) conceituam a tecnologia, igualmente como fazem com a ciência, a partir de dois pontos de vista distintos – como um conjunto de conhecimentos ou como uma atividade. Como conhecimento, a tecnologia é definida como “o conjunto de

conhecimentos científicos e empíricos, de habilidades, experiências e organização requeridos para produzir, distribuir, comercializar e utilizar bens e serviços”. Inclui tanto conhecimentos teóricos como práticos, métodos e procedimentos produtivos. Do ponto de vista da tecnologia como atividade, os autores a definem como “a busca de aplicações para conhecimentos já existentes”.

Por sua vez, Bazzo e outros (2003, p.40 e 41) esclarecem que, diferentemente da técnica, que faria referência a habilidades, procedimentos e artefatos desenvolvidos sem a ajuda do conhecimento científico, o termo “tecnologia” seria utilizado para se referir aos sistemas desenvolvidos levando em conta o conhecimento científico.

Fazendo uma abordagem de uma perspectiva mais sociológica da relação existente entre tecnologia e sociedade, Fonseca define que a tecnologia não é apenas o artefato, mas também o sistema de conhecimento e a organização necessários para produzi-la e acessá-la (FONSECA, 2010, p.73).

Ao abordar a história da ciência e tecnologia, Longo (1989) afirma que, no decorrer da história da humanidade, a ciência e a tecnologia percorreram caminhos durante muito tempo distintos, até tornarem-se praticamente indissociáveis e fator central do progresso. Ele propõe, para efeito didático, dividir esse caminho trilhado em três estágios: o primeiro estágio compreende o período que antecede a Revolução Industrial. Nesse ponto, ocorre o surgimento da ciência e sua evolução até tornar-se um corpo coerente de conhecimentos que explica o Universo e seus fenômenos naturais, comportamentais e ambientais. Esse estágio compreende dois períodos distintos: aquele que corresponde ao surgimento e à consolidação do que se convencionou chamar de Ciência Moderna e o período que o antecede, da Antiguidade até o final da Renascença. Para o autor, a Ciência Moderna, ou seja, a tradição científica a que pertencemos, é fruto do que a história tem chamado de Revolução Científica, que teve início no século XVII na Europa.

Bazzo e Silveira (2005) compreendem que, análoga à história da ciência na modernidade, a tecnologia sofre e causa transformações profundas de caráter político, econômico, social e filosófico, na história do séc. XVII em diante.

O segundo estágio da evolução da ciência e da tecnologia, na visão de Longo, envolve o período que abrange da Revolução Industrial até a Segunda Guerra Mundial. A Revolução Industrial, que alguns historiadores chamam de Revolução Tecnológica, teve início na Inglaterra, no século XVIII, sendo caracterizada pela introdução das máquinas no processo



produtivo.

Até a Revolução Industrial, o homem vinha aperfeiçoando instrumentos que amplificavam a sua força muscular ou suas habilidades. A introdução da máquina possibilitou a realização do trabalho em escala e velocidade muito maiores, com a substituição do homem no trabalho físico direto. A máquina passou a ser o elemento central na técnica do processo econômico e produtivo.

Ainda citando Longo (1989), o terceiro estágio do progresso da ciência e da tecnologia estende-se da Segunda Grande Guerra até os dias atuais. Ele ressalta a questão de que, durante o conflito mundial, cientistas e pesquisadores foram mobilizados, em uma escala sem precedentes, na busca de soluções para os mais variados problemas, envolvendo desde o desenvolvimento de artefatos bélicos básicos até as aplicações de estatística na tomada de decisões militares. Cita como exemplos marcantes do sucesso da intervenção do Estado o desenvolvimento e o uso da energia nuclear, aviões a jato, o radar, o DDT (sigla do diclorodifeniltricloroetano, primeiro pesticida moderno), computadores, materiais sintéticos, aparelhos de comunicação, e inúmeras outras tecnologias concebidas para fins militares que se tornaram fontes de valiosos produtos de vasto uso civil.

## 2.2 A INOVAÇÃO

As transformações das relações entre ciência/Estado/sociedade ocorridas nas últimas décadas do século XX, entretanto, implicaram reorganização da ciência e crescimento do papel do conhecimento na economia e na sociedade. Conde e Araújo-Jorge (2003) consideram que, associadas aos processos de globalização da economia atualmente em andamento, essas transformações vêm pressionando intensamente os países e as organizações de Ciência e Tecnologia (C&T) em direção a novas diretrizes estratégicas e à promoção de mudanças organizacionais.

O papel crucial que o conhecimento veio desempenhar no desenvolvimento econômico e social nesse período recente foi sintetizado na expressão "economia baseada no conhecimento", cunhada para descrever a tendência crescente à dependência do conhecimento, da informação e de habilidades, na maioria dos países (CONDE & ARAÚJO-JORGE, 2003, p.728).

A inovação ocupa lugar central nessa chamada "economia baseada no conhecimento". Para Conde e Araújo-Jorge (2003), um grande número de estudos sociais e econômicos indicou a existência de um corpo substancial de evidências de que a inovação é o fator dominante no crescimento econômico nacional e na dinâmica dos padrões do comércio internacional, constatando-se também que, no nível das empresas, as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) passaram a ser consideradas fundamentais para ampliar a capacidade de absorção e utilização de novos conhecimentos de todos os tipos, tornando as empresas inovadoras mais produtivas e mais bem-sucedidas do que as que não investem na geração de inovações.

A inovação tem sido tratada majoritariamente, tanto na literatura quanto nas definições de políticas públicas, como um importante elemento de desenvolvimento, com ênfase na competitividade empresarial; inclusive, tem presença de destaque na política de ciência e tecnologia brasileira, sendo considerada como recurso fundamental para a sobrevivência das organizações e para o desenvolvimento econômico e social.

A palavra inovação é derivada do termo latino *innovatio* e se refere a uma ideia, método ou objeto que é criado e que pouco se parece com padrões anteriores. No contexto da ciência econômica, a palavra inovação foi introduzida pelo economista austríaco Joseph Schumpeter (1997), a partir da sua obra *Teoria do desenvolvimento econômico*, de 1934, que estabeleceu uma relação entre inovação e desenvolvimento econômico. Para o autor, a razão para que a economia saia de um estado de equilíbrio e entre em um *boom* (processo de expansão) é o surgimento de alguma inovação, do ponto de vista econômico, que altere consideravelmente as condições prévias de equilíbrio. A introdução de uma inovação no sistema econômico é chamada por ele de um "ato empreendedor" realizado pelo "empresário" visando a obtenção de um lucro.

O conceito de inovação não tem uniformidade, e vem sendo tratado de maneiras diversas que se complementam. Na busca de maior uniformidade conceitual, de compreensão dos processos inovadores e de padronização quanto ao uso de dados sobre atividades inovadoras da indústria, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – elaborou o Manual de Oslo, que traz, além de conceitos e classificações, um conjunto de diretrizes e políticas para a mensuração da inovação em âmbito internacional. De acordo com o Manual de Oslo (OCDE, 2005, p.55), inovação é:

[a] implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de

marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização local de trabalho ou nas relações externas.

Em linhas gerais, o Manual de Oslo define quatro tipos de inovações: inovações de produto, inovações de processo, inovações organizacionais e inovações de marketing.

A Lei de inovação (BRASIL, 2004) assim define inovação: “introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços”. A inovação de produtos consiste na introdução de um novo produto ou serviço na linha de atuação da empresa, ou em quando esta faz melhoria substancial em produto ou serviço já existente. A inovação de processos corresponde à introdução de novos processos produtivos ou alterações em processos já existentes. Quando inovações de produtos e processos são acompanhadas da inserção de novas tecnologias, ou seja, conhecimento científico e empírico empregados em qualquer ramo de atividade, fala-se que ocorre uma inovação tecnológica, sendo este um termo aplicável a toda novidade implantada pelo setor produtivo, por meio de pesquisa ou investimentos, que aumente a eficiência do processo produtivo ou implique um novo ou aprimorado produto (MANUAL DE OSLO, 2004). Destaca-se ainda a existência da inovação de gestão e a inovação de modelo de negócio. A primeira corresponde a novidades introduzidas na gestão da organização enquanto a segunda relaciona-se à modificação da essência do negócio da empresa (ANDREASSI, 2007).

A inovação pode ser: Inovação Radical, quando introduz algo totalmente novo, trazendo um novo padrão de referência; ou Inovação Incremental, quando introduz uma melhoria em algo já existente, ou seja, agrega uma vantagem, sem alterar o padrão de referência.

O modelo linear de processo de inovação relaciona a inovação tecnológica à sequência de invenção, produção e comercialização, e não a um processo social contínuo envolvendo atividades de gestão, coordenação, aprendizado, negociação, investigação de necessidades, aquisição de competências, gestão do desenvolvimento de novo produto, gestão financeira, entre outras. Já no modelo interativo, a sequência linear entre ciência, tecnologia e inovação é apenas uma das possibilidades de inovação.

Como afirmam Bazzo e Silveira (2005), no mundo atual, a tecnologia tem se apresentado como o principal fator de progresso e de desenvolvimento. No paradigma vigente, ela é assumida como um bem social e, juntamente com a ciência, é o meio para a agregação de valores aos mais diversos produtos, tornando-se chave para a competitividade estratégica e para o desenvolvimento social e econômico de uma região.

Certo é que a sociedade atual, em escala mundial e nacional, é uma sociedade que vive imersa em um mundo em que praticamente tudo que a rodeia é resultado da ciência e tecnologia. Inegavelmente, o progresso científico e tecnológico tem gerado, ao longo do tempo, muitos benefícios aos países industrializados e, recentemente, aos países em desenvolvimento.

Cabe então a esta sociedade exercer influência e pressão junto aos formuladores de política no sentido de inflexionar as políticas de CT&I tanto na busca da competitividade, quanto na de instrumentos que auxiliem na resolução de questões nas esferas social e ambiental, com a perspectiva de que os benefícios do progresso científico e tecnológico possam contribuir para o seu desenvolvimento e bem-estar.

Entendemos que priorizar a formulação e implementação de políticas e ações públicas de ciência, tecnologia e inovação voltadas para o desenvolvimento do País significa alavancar investimentos nesse setor, para influenciar todos os outros. Desse modo, será possível recuperar o atraso e avançar na geração e na difusão de conhecimentos e inovações. A ciência e a tecnologia, portanto, funcionam como fator de integração das demais políticas de desenvolvimento do Estado.

## 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

### 2.3.1 Histórico: como e por que surgiu a área de políticas públicas

Ao iniciarmos a revisão teórica deste tópico, vale registrar a opinião de Souza (2006) acerca da lacuna da ainda escassa tradução para a língua portuguesa da literatura sobre políticas públicas. A política pública como área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo com a tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam à época mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que nos governos. Souza considera como os “pais fundadores” da área de políticas públicas: H. Laswell (1), H. Simon (2), C. Lindblom (3) e D. Easton (4).

Segundo Souza (2006), foi Laswell quem introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 1930, como forma de conciliar o conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de

estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Na área do governo propriamente dita, a introdução da política pública como ferramenta das decisões é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências. Robert McNamara é reconhecido como seu introdutor no governo dos EUA, quando estimulou a criação, em 1948, da RAND Corporation, organização não governamental financiada por recursos públicos e considerada a precursora dos *think tanks* – organizações, geralmente de cunho conservador, que atuam no campo dos grupos de interesse, produzindo e difundindo conhecimento sobre assuntos estratégicos, com vistas a influenciar transformações sociais, políticas, econômicas ou científicas, sobretudo em assuntos sobre os quais pessoas comuns não encontravam facilmente base para análises de forma objetiva (SOUZA, 2006).

Faria (2003, p. 21) observa que, em seus primórdios, a ciência política considerava as políticas públicas quase exclusivamente como *outputs* do sistema político, o que justificava o fato de a atenção dos investigadores ter se concentrado inicialmente nos *inputs*, isto é, nas demandas e articulações de interesse, e a ênfase dos estudos recaía nos processos de formação das políticas públicas. Entretanto, ele diz, a partir da década de 1950, passou-se à definição das próprias políticas públicas como unidade de análise, o que gradualmente conferiu destaque aos aspectos dinâmicos do chamado *policy process* e aos distintos atores envolvidos, tanto os estatais como os não estatais.

Para Souza (2006, p.22), a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições dele – o governo –, produtor, por excelência, de políticas públicas, caracterizando-se como proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre problemas públicos, que se expande depois para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social.

Abordando pelo lado da gestão governamental, Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), por conta de problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, autointeresse dos decisores, entre outros, sendo que essa limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional.

Secchi (2013) afirma que os conhecimentos produzidos pela área de políticas públicas vêm sendo largamente utilizados por pesquisadores, políticos e administradores que lidam

com problemas públicos em diversos setores de intervenção.

### 2.3.2 Conceitos de políticas públicas

O campo disciplinar das políticas públicas envolve o estudo integrado da política (*Politic*), das políticas públicas (*Policy*) e o próprio estudo de políticas públicas (*Policy Studies*). Faz-se necessário esclarecer a diferença entre política (*politic*) e políticas públicas (*policy*). Na língua portuguesa, o termo *polític*, quando utilizado com o sentido de política, é mais lembrado como atividade e competição política e pode ser entendido tanto como a arte ou ciência de governar, como pode referir-se ao universo das relações de poder e partidos e dos processos decisórios nas esferas parlamentares de deliberação pública, a exemplo de congresso e assembleias legislativas (BOULLOSA, 2014); ou, ainda, como definido por Rua (1998), a política pode consistir no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos, para ficarmos apenas nessas três abordagens.

A política (*Politic*) pode ser entendida também como um processo social que utiliza os recursos de poder, autoridade e influência para formulação de linhas de conduta coletivas adotadas pelos atores, ou mesmo um processo social que define os bens públicos de uma sociedade e seus espaços de preservação e fomento. Na história das sociedades, as duas principais formas de regulação social são a coerção pura e simples, como acontece nas ditaduras, ou a política como instrumento de consenso, negociação e entendimento entre as partes conflitantes, possível no contexto de Estados democráticos.

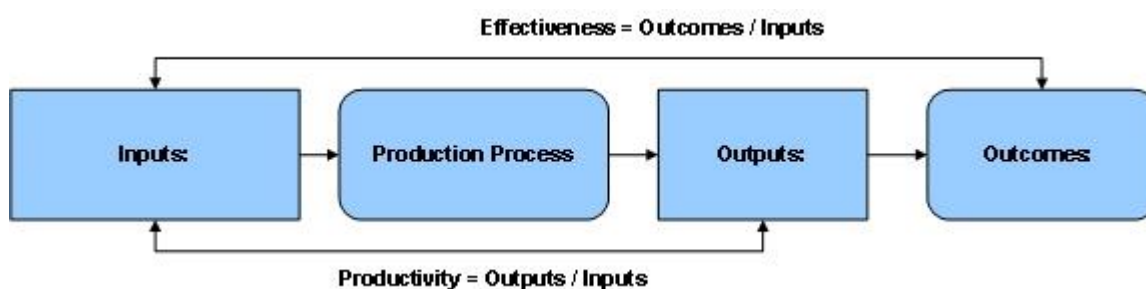
Quando o termo política assume o sentido explicitado pelo termo *policy*, ele se torna mais concreto e tem relação com orientações para a decisão e a ação, sendo que o termo política pública (*public policy*) a ela está vinculado e pode ser entendido, segundo Secchi, tanto como o “conteúdo concreto e o conteúdo simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões, ou como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2013, p. 1-2), ou, segundo definido por Boullosa (2014, p.144) “diz respeito aos processos do governo em ação após decisões parlamentares”.

A política pública deriva da política. Entretanto, na análise da literatura, não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Heidemann considera que, em termos político-administrativos, o desenvolvimento de uma sociedade resulta de

decisões formuladas e implementadas pelos governos dos Estados nacionais, subnacionais e supranacionais em conjunto com as demais forças da sociedade, concluindo, então, que “em seu conjunto, essas decisões e ações de governo e de outros atores sociais constituem o que se conhece com o nome genérico de políticas públicas” (HEIDEMANN, 2009, p. 28).

É importante ressaltar que a política pública é um conjunto de orientações para decisões e não uma decisão isolada. Easton (1970) a define então como o produto (*output*) da operação do sistema político (*politics*) no processamento de *inputs*. O sistema político processa demandas e apoios denominados como *inputs* (do ambiente externo) e *withinputs* (provenientes do próprio sistema político) e o resultante, como *outputs*, são as políticas públicas. (**INPUTS** (demandas externas e internas [*whithinputs*]) → **OPERAÇÃO/PROCESSO** (*politics*) → **OUTPUTS** (resultantes) = políticas públicas)

**Figura 1** – Fluxo de políticas públicas



Fonte: Elaboração própria, baseado em LSE – *London School of Economics and Political Science* –, 2014 e Easton, 1970.

Ao propor a abordagem sistêmica, Easton reconheceu a existência de um ciclo, compreendendo a absorção dos *inputs*, a formulação da política, a geração de resultados (*outputs*) e as respostas do ambiente (*feedback*). Ele, ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente, indica que as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

O conceito de política pública pode se diferenciar também a partir dos atores protagonistas do processo, com alguns autores defendendo uma abordagem estatista, enquanto outros optam pelas abordagens multicêntricas no que se refere ao protagonismo no estabelecimento de políticas públicas (SECCHI, 2013). A abordagem estatista, segundo Secchi, considera as políticas públicas, analiticamente, como monopólio de atores estatais. Segundo esta concepção, o que determina se uma política é ou não “pública” é a

personalidade jurídica do formulador. Em outras palavras, é política pública somente quando emanada de ator estatal. Para Rua (2009), que enfatiza mais a questão, a dimensão pública de uma política é dada pelo seu caráter jurídico imperativo, assim políticas públicas (*policy*) compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos. Complementa dizendo que ações e decisões privadas, ainda que sejam de interesse público, não se confundem com atividade política e com política pública.

Para a abordagem multicêntrica, o importante não é quem formula a política, que pode ser qualquer um, mas a origem do problema a ser enfrentado, sendo esta a sua caracterização fundamental. Assim, uma política recebe o adjetivo de “pública” se o problema que tenta enfrentar é público. A abordagem multicêntrica, segundo Secchi (2013), considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), juntamente com atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas.

Entre os autores que adotam uma compreensão das políticas públicas para além da centralidade dos governos, na opinião de Souza (2006), podemos incluir Dye (1984). De acordo com Souza (2006, p.24), Dye foi o autor que sintetizou a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, na qual ele chama a atenção para a existência de problemas públicos que existiriam mesmo sem o reconhecimento e a intervenção do governo.

Assim, apesar de que Dye continuasse a defender certa primazia do governo como promotor de políticas públicas, o espectro de atores envolvidos em tais processos começou a se pluralizar, e, a partir dele, outros autores começaram a defender que governos também pudessem assumir papéis secundários em processos decisoriais de e para coletividades.

Boullosa (2013), adepta da corrente multicêntrica, considera política pública – PP – como uma construção analítico, funcional ao olhar do observador, que identificaria um fluxo de ações resultantes de uma multiatorialidade ativada pelo interesse em (ajudar a) governar um problema de pública relevância. Significa assumir que políticas públicas são, nesse sentido, o conjunto de ações e intenções resultantes de uma escolha artificial e parcial do analista de PP sobre um problema ou bem público.

Para os autores que defendem o multicentrismo, o caráter público não é dado pela sua vinculação com o Estado e nem pelo tamanho do segmento social que lhe demanda atenção, mas sim porque ela significa um conjunto de decisões e ações que envolvem ao mesmo tempo



o Estado e a sociedade.

Mas, de acordo com Souza (2006, p.24), a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

### **2.3.3 Tipos de política pública**

Para uma análise de políticas públicas, o elemento mais importante é a verificação do tipo de política pública que se está analisando, pois o conteúdo desta pode determinar o processo político (SECCHI, 2013).

Uma das tipologias mais aceitas é a de Lowi (1964 *apud* Secchi, 2013), que se baseia no critério de “impacto esperado na sociedade”. Segundo esse critério, há quatro tipos de políticas públicas:

Políticas regulatórias: estabelecem padrões de comportamento, produto ou serviço para atores públicos ou privados, a exemplo de códigos de trânsito, regras para segurança alimentar, proibição de fumo em locais fechados, entre outros.

Políticas distributivas: geram benefícios para alguns grupos de atores e custos difusos para o contribuinte, a exemplo de subsídios, gratuidade para alguns usuários de serviços públicos, isenções ou incentivos fiscais.

Políticas redistributivas: concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos também concentrados sobre outras categorias de autores, como programa de cotas raciais, programas de reforma agrária, entre outros. Para Secchi, o tipo de dinâmica desse tipo de política é o elitismo, em que se embatem duas elites, uma demandando que a política se efetive e outra lutando para que ela seja descartada, sendo que isso provoca muitos conflitos.

Políticas constitutivas: estabelecem regras sobre as regras e sobre os poderes, ou seja, definem as competências, regras da disputa política e da elaboração das próprias políticas públicas. Alguns exemplos: regras do sistema eleitoral, distribuição de competências entre os poderes, entre outras.

### 2.3.4 Tipos de demandas das políticas públicas

As demandas podem ser: novas, quando elaboradas por novos atores políticos ou surgimento de novos problemas; ou recorrentes, expressando problemas não resolvidos ou mal resolvidos. Quando essas demandas se acumulam e o sistema não consegue encaminhar soluções viáveis, ocorre uma sobrecarga de demandas, uma crise que pode ameaçar a estabilidade do sistema. Dependendo da sua gravidade e duração, pode levar à crise de governabilidade e até mesmo à ruptura institucional.

### 2.3.5 Ciclo das políticas públicas

Outra forma de entender a dinâmica do processo de elaboração de políticas públicas (*policy-making process*) é acompanhar e observar os ciclos de políticas públicas, que é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes, ou estágios, sistematizado por Secchi a partir da contribuição de diversos autores, a exemplo de Souza (2006):

**Figura 2** – Ciclo de políticas públicas



Fonte: SECCHI, 2013.

Um problema é a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal. É necessário afirmar que, para que um problema seja considerado público, este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas, ou seja, um problema só se torna público

quando os atores políticos o consideram **problema** (situação inadequada) e **público** (relevante para a coletividade) (SECCHI, 2013, p.10).

Já a agenda é um conjunto de problemas ou temas considerados relevantes. Citando Cobb e Elder, Secchi (2013) refere-se a dois tipos de agenda: a agenda política ou sistêmica, que é o conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedores de intervenção pública; e agenda formal ou institucional, que é aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar. Poderíamos citar também a agenda da mídia (ou meios de comunicação), pelo poder que ela tem na opinião pública e de condicionar as agendas políticas e institucionais.

Para um problema chegar a ser enfrentado por políticas públicas, é necessário que os atores políticos se mobilizem para provocar *inputs* que sejam processados pelo sistema político e inseridos na agenda governamental. Um problema que incomoda e que gera insatisfação, mas não mobiliza as autoridades, encontra-se num “estado de coisas”. Quando esse “estado de coisas” passa a preocupar as autoridades, torna-se um problema político e “problemas políticos” compõem a agenda governamental. As condições de passagem do estado de coisas para um problema político podem ser influenciadas de várias formas: pela mobilização de ação política, seja ação coletiva de grandes ou pequenos grupos com recursos de poder, seja de atores individuais estrategicamente situados; em situações de crise, calamidade ou catástrofe, de forma que o ônus de não resolver o problema seja maior que o ônus de resolvê-lo; ou em situação de oportunidade, ou seja, haja vantagens, identificadas por algum ator relevante, a serem obtidas com o tratamento daquele problema.

A formulação de alternativas ou a busca de soluções para os problemas inseridos na agenda passa pelo estabelecimento de objetivos e estratégias. Esse é o momento em que os gestores definem o que esperam que sejam os resultados da política pública. Nesse sentido, quanto mais concretos forem os objetivos, mais fácil será verificar a eficácia da política pública (SECCHI, 2013).

A etapa seguinte à formulação de alternativas é a de tomada de decisões, que representa o momento em que se equacionam os interesses dos atores e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento do problema público são explicitadas.

A fase de implementação, que sucede à tomada de decisão, é o período de tempo em que são produzidos os resultados concretos da política pública.

A avaliação da política pública é a fase do ciclo de políticas públicas em que o

desempenho da política é examinado com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou (SECCHI, 2013, p.63), em que ocorre o julgamento do mérito da política. Quando se leva em conta o momento de sua realização, podem ser identificadas a avaliação *ex-ante* e a avaliação *ex-post* (COHEN; FRANCO, 2013, p.108).

A avaliação *ex-ante* – realizada ao começo de um programa –, tem o fito de dar suporte à decisão de implementar ou não o programa, e ordenar os vários projetos segundo sua eficiência para alcançar os objetivos determinados.

A avaliação *ex-post* é realizada durante a execução de um programa ou ao seu final, quando as decisões são baseadas nos resultados alcançados. Neste tipo de avaliação julga-se, quando um programa está em execução, se ele deve continuar ou não, com base nos resultados obtidos até o momento e, se a resposta for positiva, se deve manter a formulação original ou sofrer modificações. Quando o programa já foi concluído, julga-se a pertinência do uso futuro da experiência, ou seja, se o mesmo tipo de programa deve ser implementado novamente ou não. A avaliação *ex-post* é a mais desenvolvida metodologicamente e a que tem tido maior aplicação (COHEN; FRANCO, 2013, p.108).

Realizado o balanço da política pública, por meio da avaliação, é chegado o momento de se fechar o ciclo, com a última fase: a extinção ou morte da política pública. As causas da extinção de uma política pública, segundo Giuliani (2005), citado por Secchi (2013, p.67), são três, basicamente: a) o problema que originou a política é percebido como resolvido; b) os programas, as leis ou as ações que ativavam a política pública são percebidos como ineficazes; c) o problema, embora não resolvido, perdeu progressivamente importância e saiu das agendas políticas e formais. Para alguns autores, esta é a causa mais comum da extinção de uma política pública.

Secchi (2013, p. 67) cita ainda o caso de políticas públicas com prazo de validade determinado, criadas para resolver um problema específico ou contextual, e que têm vigência determinada em lei ou de acordo com a discricionariedade do *policymaker*. Cita ainda a dificuldade da extinção de certas políticas públicas, por conta da relutância dos beneficiados, da inércia institucional, entre outros fatores.

### **2.3.6 Os atores no processo de política pública**

As demandas por políticas e ações políticas são geradas pelos interesses de diversos atores. Secchi (2013, p.100) os distingue em atores individuais e coletivos. Os atores individuais são aqueles que agem com intencionalidade em uma arena política e que têm como exemplo os políticos, os burocratas, os magistrados e os formadores de opinião; os atores coletivos são os grupos e as organizações que agem intencionalmente em uma arena política, a exemplo de partidos políticos, a burocracia, os grupos de interesse, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais.

### **2.3.7 O planejamento das políticas públicas e seus instrumentos**

O processo de tomada de decisões é antecedido pelo planejamento geral e, do ponto de vista prático, as políticas públicas assumem a forma de planos, programas, projetos e ações, e contam também com o suporte de sistemas de informação e bases de dados, resultantes de propósitos, objetivos e metas dos governos, gerando, por conseguinte, transformações na sociedade. As políticas não podem enfrentar ao mesmo tempo e com igual intensidade todas as áreas problemáticas, o que supera a capacidade de ação dos governos, sendo necessário estabelecer áreas de concentração para cuja atenção se elaboram planos e programas que, por sua vez, derivam em projetos (COHEN; FRANCO, 2013).

O plano delinea as decisões de caráter geral, suas grandes linhas políticas, suas estratégias, suas diretrizes e responsabilidades. Segundo Cohen e Franco (2013), um plano é a soma de programas que procuram objetivos comuns, ordena os objetivos gerais e os desagrega em objetivos específicos. Seu período de vigência pode variar entre um e vinte anos.

Por sua vez, um programa é um conjunto de projetos que perseguem os mesmos objetivos, estabelecendo prioridades de intervenção e identificando e alocando os recursos a serem utilizados (SECCHI, 2013), ou, segundo a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008 (BRASIL, 2008), é um “instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de ações visando à concretização do objetivo nele estabelecido”. O horizonte temporal dos programas pode variar de um a cinco anos, embora possam existir muitos que superam este período de vida.

Uma ação consiste em um instrumento de programação que contribui para atender ao objetivo de um programa, podendo ser orçamentária ou não orçamentária, sendo a orçamentária classificada, conforme a sua natureza, em projeto e atividade.

Um projeto é um “empreendimento planejado que consiste num conjunto de atividades interrelacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo dados (ONU)”; ou “instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo” (BRASIL, 2008). O período de implementação dos projetos pode oscilar entre um e três anos, mas pode ter uma duração muito maior quando são parte de um programa (COHEN; FRANCO, 2013).

Já a atividade é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

Concluindo a revisão teórica sobre essa temática, e baseado na extensa revisão de literatura e na sistematização de diversas definições e modelos sobre políticas públicas levada a cabo por Souza (2006, p. 36-37), sintetizamos seus elementos principais: a) a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; b) a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada pelos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; c) a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras; d) a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; e) a política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; e f) a política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Dentro dessa diversidade de visões e conceitos aqui estudados e expostos, poderíamos tentar resumir política pública, conforme sintetiza Souza (2006, p.26), como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) – de onde se conclui que a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e suas plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real, em especial nos países em desenvolvimento como o Brasil, pois a ideia de

política pública, segundo a autora, é impregnada da missão de impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social (SOUZA, 2006, p. 21).

Ao final desta revisão teórica sobre políticas públicas, verificamos que existe uma enorme pluralidade de pensamentos em torno do tema, sendo que o ponto de unidade entre todos os autores que estudam política pública é a concordância de que ela afeta profundamente a vida cotidiana de cada indivíduo e da sociedade em geral.

#### 2.4 A POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

No setor de Gestão em Ciência e Tecnologia, o Brasil possui um sistema estruturado, composto de um órgão central coordenador, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), criado pelo Decreto 91.146, de 15 de março de 1985, e de agências de fomento responsáveis pelas definições e implantação de políticas de desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação. Esse sistema promove o fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas. A Financiadora de Estudos e Projetos – Finep – foi criada em 1967 para institucionalizar o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas; é vinculada ao MCTI e tem como missão promover e financiar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica, mobilizando recursos financeiros e integrando instrumentos para o desenvolvimento econômico e social do País.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é uma agência do MCTI destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no País. Por sua vez, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes –, fundação vinculada ao Ministério da Educação – MEC –, desempenha seu papel na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Visa a melhoria da pós-graduação brasileira, pela avaliação, divulgação, formação de recursos humanos qualificados e a promoção da cooperação científica internacional.

A construção da política nacional de CT&I tem seu marco na organização da **1ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia** (MCT, 1985. Relatório Geral), realizada em dezembro de 1985, sendo então a primeira tentativa de se discutir o papel da Ciência e Tecnologia em nosso País, e que teve como objetivo ampliar a participação da sociedade

brasileira na definição de uma política científico-tecnológica para o País, recém-saído então de um longo período de regime militar e de ausência de liberdades democráticas.

A **2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI)**, realizada em setembro de 2001, destacou-se por enfatizar a importância da inovação tecnológica como instrumento para a competitividade. O evento foi precedido por discussões nas Conferências Regionais e as recomendações e definições de estratégias para a CT&I nacionais definidas nesta 2ª CNCTI foram sintetizadas no chamado Livro Branco (MCT, 2002).

A **3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**, em 2005, teve como objetivo principal demonstrar como a ciência, a tecnologia e a inovação produzidas no Brasil podem ser a base de uma estratégia para promover o desenvolvimento político, econômico, social e cultural do País. Foi organizada sob grandes temas, como geração de riqueza, áreas de interesse nacional, presença internacional, gestão e regulamentação e, pela primeira vez, apareceu em destaque o papel da CT&I para a inclusão social.

Em 2007 foi lançado o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010 (Pacti MCT/2007), anunciado em novembro, constituindo-se em instrumento de orientação das ações de Estado para as atividades de CT&I, delineando programas e direcionando o aporte de recursos numa abordagem sistêmica e estratégica. A introdução do plano como instrumento de uma política de Estado no cenário brasileiro de ciência, tecnologia e inovação trouxe avanços no que diz respeito tanto à evolução dos níveis de investimento em CT&I como ao aprimoramento dos instrumentos de incentivo e de apoio às atividades da área (MCT). Os principais eixos do plano foram:

Eixo I – Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de CT&I

Eixo II – Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas

Eixo III – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas

Eixo IV – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

Como se pode notar, o papel da CT&I para o desenvolvimento e inclusão social é incorporado e transformado agora em política de Estado em âmbito nacional, permitindo uma maior visibilidade da temática e o direcionamento de investimento em ações específicas para essa área.

Por sua vez, **4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação** foi realizada em maio de 2010, e teve como objetivo principal consolidar o Sistema Nacional de



Ciência, Tecnologia e Inovação como política de Estado e, também, apresentar subsídios para o desenvolvimento do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional. A quarta edição da conferência teve os temas centrais focados nos eixos do PACT&I 2007-2010: consolidação do Sistema Nacional de CT&I; inovação tecnológica nas empresas; áreas estratégicas e CT&I; e inovação para o desenvolvimento social.

Esse mesmo modelo de gestão é adotado nos sistemas estaduais para a gestão de políticas de desenvolvimento local em ciência e tecnologia. No estado da Bahia, a liderança desse processo conta com o apoio institucional da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado – Secti – e da sua agência de fomento local, a Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia – Fapesb –, cujos esforços visam a estruturação e consolidação de Sistema Estadual de Inovação para ser capaz de impulsionar o desenvolvimento do estado, lastreado nas premissas e dimensões econômicas, sociais e ambientais.

No âmbito do estado da Bahia, esse esforço de construção da política de CT&I tem se dado por meio de diálogo envolvendo os governos – nas esferas federal, estadual e municipal –, universidades, centros de pesquisas, empreendedores, empresários, lideranças políticas e comunitárias, e também representantes da sociedade civil organizada, tornando esses atores protagonistas no processo de elaboração dessas políticas, processo que é legitimado por meio das Conferências Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação.

## 2.5 TECNOLOGIAS SOCIAIS

Ao abordarmos e estudarmos as tecnologias sociais, precisamos entendê-las e situá-las de forma mais ampla no contexto das grandes transformações ocorridas no campo da ciência e tecnologia no século XX. Essas transformações impactaram as relações entre a ciência e tecnologia, o Estado e a sociedade, a partir do crescimento do papel do conhecimento na economia e na sociedade. Conforme esclarece Dowbor (2014, p.170), a maior parte do valor de um produto hoje depende menos da quantidade de mão de obra e matérias primas utilizadas, e mais do conhecimento incorporado, sendo que, na economia do conhecimento que hoje se desenvolve, o controle do conhecimento tornou-se elemento central.

### 2.5.1 Histórico das tecnologias sociais

O conhecimento técnico acompanha a trajetória do homem desde que este estabeleceu a sua relação com a natureza, indo das mais simples técnicas de coleta e uso do alimento, até o desenvolvimento, ao longo da experiência humana, de outras técnicas que foram se tornando mais complexas a partir da intensificação dessa interação. Na opinião de Santos (2000, p.62-63, *apud* BAVA, 2004, p.103) toda relação do homem com a natureza é portadora e produtora de técnicas que se foram enriquecendo, diversificando e avolumando ao longo do tempo, sendo que as técnicas oferecem respostas à vontade de evolução dos homens e, definidas pelas possibilidades que criam, são a marca de cada período da história.

A geração de conhecimento para a inclusão social vem sendo explorada por um grande número de pesquisadores no ambiente acadêmico e não acadêmico, no mundo e no Brasil, algo que ficou conhecido inicialmente como o movimento da Tecnologia Apropriada – TA –, que tem se dedicado ao desenvolvimento de tecnologias alternativas desde a década de 1960.

#### 2.5.1.1 As tecnologias apropriadas

Do ponto de vista histórico, a Índia do final do século XIX é reconhecida como o berço do movimento de uma tecnologia alternativa à convencional, que viria a se chamar no ocidente de Tecnologia Apropriada. Conforme relatam Dagnino, Brandão e Novaes (2004), os pensamentos dos reformadores daquela sociedade, liderados por Mahatma Gandhi, estavam voltados para a reabilitação e o desenvolvimento das tecnologias tradicionais, praticadas nas suas aldeias, como estratégia de luta contra o domínio britânico que se perpetuava na Índia.

Entre 1924 e 1927, Gandhi dedicou-se a construir programas tendo em vista a popularização da fiação manual realizada em uma roca de fiar reconhecida como o primeiro equipamento tecnologicamente apropriado, a Charkha, como forma de lutar contra a injustiça social e o sistema de castas que se perpetuava na Índia (NOVAES e DIAS, 2009).

As ideias de Gandhi foram aplicadas também na China e um economista alemão (Schumacher) citado por Novaes e Dias (2009, p.21) foi o introdutor do conceito da TA no mundo ocidental, e cunhou a expressão Tecnologia Intermediária para designar uma tecnologia que, em função de seu baixo custo de capital, pequena escala, simplicidade e

respeito à dimensão ambiental, seria mais adequada a países pobres.

A partir da década de 1960, reuniu-se um grande número de pesquisadores, no que viria a ser conhecido como o movimento da Tecnologia Apropriada, que se dedicou ao desenvolvimento de tecnologias alternativas, presentes em vários países. Desde então, outras expressões foram utilizadas, fazendo referência à tecnologia apropriada como tecnologia alternativa, ecológica, adequada, socialmente apropriada, ambientalmente apropriada, entre outras, e a mais recente, a Tecnologia Social – TS (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

Nas décadas de 1970 e 1980 proliferaram grupos de pesquisadores adeptos da ideia da TA nos países avançados. Além da preocupação central desses grupos de pesquisadores, de minimizar a pobreza nos países do terceiro mundo, a preocupação com as questões ambientais e com as fontes alternativas de energia já apareciam com muita força (DAGNINO e outros, 2009). No início dos anos 1980, a TA perde sua força, com a expansão do pensamento neoliberal.

O surgimento da tecnologia social com essa denominação se dá no Brasil, no início da primeira década do século XXI, que é onde a ideia de uma tecnologia alternativa à convencional tem recebido esta designação. Participam desse movimento atores preocupados com a crescente exclusão social, precarização e informalização do trabalho que compartilham a percepção de que é necessária uma tecnologia que corresponda a esses propósitos (DAGNINO, 2009). São esses atores que iniciam, em 2003, a formação da Rede de Tecnologia Social (RTS).

Hoje, para Dagnino, essa frente de trabalho voltada para a geração de conhecimento para a inclusão social está sendo ressignificada e explorada por alguns grupos latino-americanos, mediante a prospecção das demandas cognitivas e a proposição de soluções tecnológicas realizadas na interface entre academia, movimentos sociais, empreendimentos solidários, órgãos do governo e comunidades locais. "Os esforços desses grupos estão sendo orientados para a satisfação de demandas cognitivas colocadas pelo objetivo da inclusão social, mediante metodologias de trabalho especialmente concebidas para combinar capacidades e iniciativas (novas ou já existentes) em áreas como a agricultura familiar, habitação popular, energias alternativas, reciclagem de resíduos, produção e conservação de alimentos, entre muitas outras" (DAGNINO, 2009, p.6).

### 2.5.2 Conceituando a tecnologia social

Apesar de o conceito de tecnologia estar fortemente apoiado no domínio e na aplicação de conhecimentos científicos para fins práticos, entende-se que outras formas de conhecimento ainda não tão cientificamente respaldadas podem vir a ser usadas para promover inclusão social e melhora de vida. As tecnologias sociais dizem respeito a esse domínio de conhecimento teórico-prático.

A caracterização das tecnologias sociais que estão sendo implementadas pela Fapesb e analisadas nesta dissertação exige o histórico e a conceituação daquilo que vem a ser entendido como o marco conceitual das Tecnologias Sociais. Para isso, realizamos um amplo levantamento bibliográfico, envolvendo livros, teses, dissertações, artigos científicos e publicações sobre o tema. A primeira constatação é a de que trata-se de um conceito em construção, sendo que as conceituações existentes complementam-se. A abordagem da tecnologia sob o adjetivo “social” é um processo recente, não tendo ainda uma concepção unificada.

Faz-se necessário deixar claro, inicialmente, que a conceituação das Tecnologias Sociais, no sentido de que visam atividades que não necessariamente levam ao lucro, demarca um campo de diferenciação com as tecnologias tradicionais, mais conhecidas como “Tecnologias Convencionais” (TC), produzidas pela e para a empresa privada.

Alguns elementos devem ser considerados para caracterizar e atribuir a essa tecnologia o caráter de tecnologia social. Quanto aos seus objetivos, Thomas (2009) considera que o propósito explícito dessas tecnologias é o de responder à problemática de desenvolvimento comunitário, promovendo a inclusão social com a geração de renda e de alternativas tecnoprodutivas, em cenários socioeconômicos caracterizados por situações de extrema pobreza. Para Fonseca (2010, p.75), um dos principais objetivos da TS é a transformação social, pois visa adotar um dado espaço socioeconômico de aparatos tecnológicos (produtos, equipamentos, entre outros) ou organizacionais (processos, mecanismos de gestão, relações, valores), permitindo interferir positivamente na produção de bens e serviços e, conseqüentemente, na qualidade de vida de seus membros, gerando resultados sustentáveis no tempo e reproduzíveis em configurações semelhantes.

As TSs podem ser identificadas também pelo seu custo de implantação, sendo caracterizadas como instrumentos, técnicas e processos, mas de baixo custo, que podem ser

utilizados em qualquer ponto do País, desde que haja a participação da comunidade, fácil reaplicação e impacto comprovado.

Conceitualmente falando, o Instituto de Tecnologia Social (ITS) considera as TSs como um “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2007).

Um dos conceitos mais difundidos e aceitos hoje é o adotado pela Rede de Tecnologia Social – RTS –, que é uma rede constituída em 2005 por instituições públicas e privadas, que “reúne, organiza, articula e integra um conjunto de instituições com o propósito de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a reaplicação em escala de Tecnologias Sociais”. Para a RTS, “tecnologia social compreende produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que devem representar efetivas soluções de transformação social” (BARROS; MIRANDA, 2010, p.62).

Este conceito da RTS considera a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação da tecnologia social. Outro aspecto relevante presente no conceito da RTS é a reaplicação de TS, que consiste na ideia de que o processo é e/ou deve ser de reinvenção da própria TS de acordo com a realidade de cada local, o que permite a participação, apropriação, adaptação e a recriação do conhecimento a partir das referências locais, gerando resultados mais ricos e duradouros (FONSECA, 2010).

O mesmo conceito da RTS é adotado pela Fundação Banco do Brasil – FBB –, considerada uma das primeiras instituições a apoiarem e incentivarem as tecnologias sociais, criando, em 2001, o programa Banco de Tecnologias Sociais, mediante o qual a Fundação dissemina soluções geradoras de transformação social (PENA; MELLO, 2004). A FBB também instituiu o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, por meio do qual se procura obter esses conhecimentos sociais que se encontram nas associações comunitárias, universidades, centros de pesquisa, prefeituras, ONGs, entre outras organizações da sociedade (PENA e MELLO, 2004).

Alguns exemplos de TSs que se enquadram nesses conceitos aqui desenvolvidos: a) soro caseiro: mistura de sal, açúcar e água fervida, utilizada no combate à desidratação e à mortalidade; b) construção de cisterna de placas pré-moldadas, estrutura para captação e armazenamento de água de chuva no semiárido nordestino, dentre outras centenas de experiências catalogadas no banco de dados de Tecnologias Sociais da fundação (PENA e MELLO, 2004).

### 2.5.3 Tecnologias sociais e sua relação com a inovação social

Inovação social é um conceito recente que emerge como um desdobramento da ampliação dos estudos sobre inovação, que ocorre a partir do trabalho fundador de Schumpeter na economia. Para Andion (2014), a emergência do conceito de inovação social ocorre em um contexto em que os olhos dos pesquisadores e dos profissionais enxergam outras dimensões do fenômeno da inovação, para além da econômica e da tecnológica. Andion nos diz, citando Taylor, que o termo inovação social aparece formalmente pela primeira vez nos anos 1970, referindo-se a "novas formas de fazer as coisas com o objetivo explícito de responder a necessidades sociais" (Taylor, 1970, p.70). Para a autora, em cenário de maior complexificação dos problemas socioambientais, no qual novas e mais criativas respostas são exigidas dos diversos setores da sociedade, a inovação social passa a ser um tema presente na agenda de debate.

Embora não constitua um campo consolidado de estudos, pode-se afirmar que a inovação social passa a ser hoje objeto de interesse em centros de pesquisa de universidades renomadas em vários países, a exemplo dos Estados Unidos, onde as universidades de Stanford, Harvard e Brown, para citar apenas algumas, têm desenvolvido programas de pesquisa e cursos específicos sobre a inovação social (ANDION, 2014).

No Canadá, o *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales (CRISES)*, criado em 1986, forma uma rede de 60 pesquisadores afiliados a oito universidades do Québec que desenvolvem projetos em comum sobre o tema. Na Europa, o *European Institute of Business Administration (INSEAD)*, a Universidade de Cambridge e iniciativas como o projeto *Emerging User Demands for Sustainable Solutions (EMUDE)*, o *Consumer Citizenship Network*, o *Creative Communities for Sustainable Lifestyles* e o programa *Innovation and Social Entrepreneurship in Social Services (ISESS)* são alguns dos *locus* nos quais vêm sendo desenvolvidas pesquisas científicas ligadas ao tema da inovação social (ANDION, 2014, p.98-99).

Por outro lado, segundo Bignetti (2011), no Brasil ainda são poucas as iniciativas voltadas aos estudos sobre gestão da inovação social. Uma pesquisa realizada por esse autor nos anais do principal encontro dos cursos de pós-graduação em Administração, o Enanpad, revelou haver, nos últimos cinco anos, apenas dois trabalhos se referindo especificamente ao termo inovação social (BIGNETTI, 2011, p.5). Essa constatação é corroborada pela opinião de Andion (2014), que afirma que este não se constitui ainda um campo consolidado de

estudos, por não existir um conjunto robusto de pesquisas científicas na área.

Apesar dessa lacuna identificada no ambiente acadêmico, Bignetti (2011) ressalta o trabalho realizado pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS), que forma uma rede de estudos e de ações apoiada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Analisando a relação existente entre inovação social e tecnologia social, Oliveira e Silva (2012) consideram poder se afirmar que as práticas que envolvem tecnologia social encontram-se em sintonia com a definição de inovação social, relativa a atividades e serviços inovadores que visam e geram mudança social e que se difundem predominantemente entre as organizações que têm como primeiro propósito o desenvolvimento social. Os autores consideram que é possível relacionar os conceitos de tecnologia social com inovação social, pois a proposta comum está centrada na transformação social e no desenvolvimento comunitário sustentável, nos quais as necessidades são mais urgentes – o que condiz com a perspectiva de Desenvolvimento Sustentável.

#### **2.5.4 As políticas públicas de apoio às tecnologias sociais no Brasil**

Constata-se que já se percorreu no Brasil uma trajetória que propiciou o estabelecimento e o desenvolvimento de políticas públicas de apoio às Tecnologias Sociais, que contaram com a participação dos diversos atores sociais envolvidos em sua produção. No nível institucional, as iniciativas do poder público, assim como de várias outras instituições, de criar departamentos e estruturas administrativas voltadas para a implementação de tecnologias sociais nos diversos níveis e esferas de poder é uma demonstração de quanto esse caminho tem tido êxito.

A criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – Secis –, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), se insere nesse contexto. A própria Finep, agência de fomento à inovação vinculada ao MCTI, possui uma estrutura específica, chamada de Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social (ATDS) e instituiu o Prêmio Finep de Inovação, no qual premia anualmente, entre outras, a categoria de Tecnologias Sociais voltada para ICTs públicas ou privadas, Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip),

cooperativas e outras instituições públicas e privadas com sede no País, sem fins lucrativos, por meio de projetos inovadores e que utilizem produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social (Finep, 2014).

Também já existem disponibilizados ao público, em âmbito nacional, “bancos”, “catálogos de boas práticas” e “acervos”, disponíveis em fundações, universidades e entidades, de âmbito público ou privado, que visam recolher a produção de tecnologias sociais, promover premiações, certificações e distinções.

Além disso, vem se discutindo um marco regulatório para as tecnologias sociais em diversos fóruns, e identificamos também que esse conceito está em processo de institucionalização, mediante proposta que institui a Política Nacional de Tecnologia Social, visando a sua transformação em lei, tramitando no Senado Federal, pelo Projeto de Lei nº 111, de 2011.

No art. 1º, parágrafo 1º, inciso 1 do referido Projeto de Lei, a tecnologia social é entendida como:

conjunto de atividades relacionadas ao planejamento, pesquisa, desenvolvimento, criação, aplicação, adaptação, difusão e avaliação de: a) técnicas, procedimentos e metodologias; b) produtos, dispositivos, equipamentos e processos; c) serviços; d) inovações sociais organizacionais; e) inovações sociais de gestão desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e voltadas para a inclusão social e para a melhoria das condições de vida. (BRASIL, 2011, p.01).

Ao final da revisão teórica sobre o tema da tecnologia social, e considerando que não há consenso na literatura estudada sobre a sua definição, nesta dissertação procuramos levar em conta uma conceituação de TS que combinasse os conceitos apresentados pela Rede de Tecnologia Social (RTS) e pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS). O conceito da RTS é aquele mais aceito e difundido; inclusive, foi o mais incorporado pelos órgãos de fomento na implementação das suas políticas, em nível federal e estadual, mas o conceito do ITS é largamente adotado e, portanto, consideramos que eles são complementares, podendo servir de referências para atender à base demandadora e orientadora adotada pelos pesquisadores, apoiadores e realizadores de tecnologias sociais. Essas conceituações buscam atender e englobar tanto as instituições de caráter acadêmico, como as universidades e centros de pesquisa, bem como os movimentos sociais, as organizações não governamentais, outras instituições públicas e mesmo a iniciativa privada, em certos casos.



### **3 O CASO ESTUDADO: A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA (FAPESB)**

#### **3.1 CRIAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FAPESB**

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb –, instituição que funciona sob o regime de fundação de direito público, foi criada em 27 de agosto de 2001, pela Lei nº 7.888 (BAHIA, 2001), com a finalidade de “fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado da Bahia”. As principais ações definidas para o cumprimento da sua finalidade, especificadas na lei, são explicitadas no seu Artigo 2º:

- I – incentivar a pesquisa científica e tecnológica, mediante o apoio técnico e financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvidos em instituições públicas e privadas sediadas no Estado;
- II – patrocinar a formação e a capacitação de pessoal técnico especializado em ações e atividades de pesquisa, ciência e tecnologia;
- III – articular-se, de forma permanente, com órgãos e instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, que atuem com pesquisa, ciência e tecnologia;
- IV – participar da formulação da política estadual de pesquisa, ciência e tecnologia;
- V – estabelecer parcerias com o setor privado da economia, visando o engajamento desse setor com o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica do Estado;
- VI – desenvolver ações e atividades compatíveis com a sua finalidade ou que lhe forem atribuídas em lei.

Antes da criação da Fapesb, as ações de apoio à ciência e tecnologia no âmbito do estado da Bahia eram desenvolvidas pela Superintendência de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – SADCT –, órgão da estrutura da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia. Com a criação da Fapesb, foi extinta a SADCT,

sendo então transferidas as suas atividades, acervo e obrigações para a Fapesb (BAHIA, 2001).

A Fapesb goza de autonomia administrativa e financeira, com orçamento próprio e fixado na Lei (BAHIA, 2001), com um percentual correspondente a 1% (um por cento) da receita líquida tributável do estado da Bahia, oriunda da arrecadação de tributos de competência da Bahia, líquido das restituições, dos incentivos fiscais e outras deduções da receita tributária e deduzidas as transferências por participações constitucionais a municípios (BAHIA, 2001).

### 3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FAPESB PARA AS ATIVIDADES DE FOMENTO À INOVAÇÃO

A Lei de Criação da Fapesb (BAHIA, 2001) define como estrutura de gestão para a instituição as seguintes instâncias: Conselho Curador e Diretoria Executiva, sendo esta composta por uma Diretoria Geral e mais duas Diretorias.

O Estatuto da Fapesb (BAHIA, 2002), aprovado pelo Decreto nº 8.089, de 2 de janeiro de 2002, e publicado no Diário Oficial do Estado (DOE), de 3 de janeiro, estabelece como estrutura básica da sua Diretoria Executiva os cargos de Diretoria Geral, Assessoria Técnica, Procuradoria Jurídica, Diretoria Científica e a Diretoria Administrativo-Financeira. À Diretoria Científica estão vinculadas as competências de coordenação, supervisão, execução, controle e avaliação das atividades de fomento à ciência.

O primeiro Regimento da Fapesb foi instituído pela Resolução nº 001 do Conselho Curador, de 31 de janeiro de 2002, homologada por meio do Decreto nº 8.155, de 19 de fevereiro de 2002 (BAHIA, 2002).

Como previsto no Regimento da Fapesb, (BAHIA, 2002), compete à instituição:

- a) participar da formulação da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia;
- b) fomentar programas, projetos e instituições de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável do Estado da Bahia;
- c) articular-se, de forma permanente, com órgãos e instituições públicas e privadas,

nacionais, estrangeiras e internacionais que atuem com pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, visando:

- d) promover, participar e fomentar a criação e operacionalização de redes de cooperação;
- e) promover a colaboração entre as instituições públicas e privadas de pesquisa do Estado da Bahia, mediante o apoio técnico e financeiro a projetos integrados;
- f) promover programas voltados para o fortalecimento de grupos emergentes de pesquisa.

Tanto a Lei de criação (BAHIA, 2001) como o seu Estatuto (BAHIA, 2002), dizem que o Conselho Curador consiste em órgão consultivo, deliberativo e de supervisão superior. O Conselho Curador tem a seguinte composição: um Secretário de Planejamento, Ciência e Tecnologia, que o preside; três representantes da Administração Estadual, de livre escolha do Governador do estado; o Diretor Geral da Fapesb (sem direito a voto); um representante do setor empresarial; um representante das instituições federais de ensino superior sediadas no estado da Bahia; um representante das universidades estaduais da Bahia; um representante das universidades confessionais e particulares em funcionamento no estado da Bahia; um representante dos institutos e centros de pesquisa federais em funcionamento no estado; um representante dos institutos e centros de pesquisa estaduais e ainda um representante da comunidade científica.

A Lei nº 8.897, de 17 de dezembro de 2003, cria a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – Secti –, e vincula a Fapesb a ela (BAHIA, 2003). Conforme descrito no Relatório de Gestão Fapesb/2003 (BAHIA, 2003), “a criação da Secti – Secretaria Extraordinária de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia – contribuiu decisivamente para a maior integração entre as ações da Fapesb, vindo ao encontro dos anseios da comunidade acadêmica e do setor empresarial”.

A Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Estado da Bahia foi elaborada em 2003 e publicada e amplamente divulgada no início de 2004. Essa política foi organizada em quatro eixos principais: fortalecimento da base científica e tecnológica; tecnologia para o desenvolvimento produtivo e empresarial; tecnologia para as áreas sociais e ambientais; e tecnologias da informação e comunicação (BAHIA, 2006). Integrada às ações implementadas pelas agências de fomento similares nos demais estados da Federação, e orientada pela Política de Ciência Tecnologia e Inovação para o estado da Bahia, a Fapesb vem buscando a

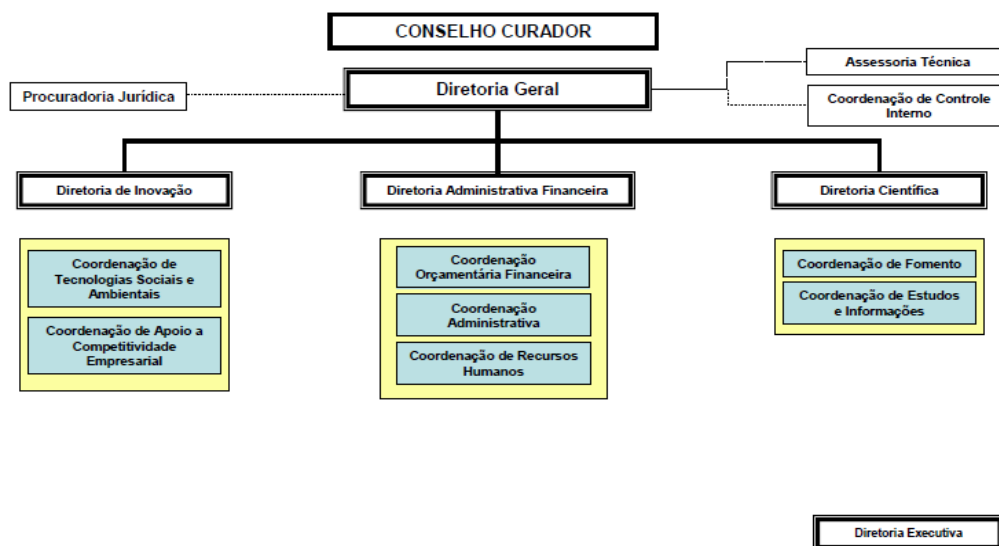
inserção da ciência e da tecnologia na solução de problemas econômicos e sociais que afetam o desenvolvimento sustentável da economia baiana.

### 3.3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE FOMENTO À INOVAÇÃO NA FAPESB

Quando da sua criação, a Fapesb contava com uma estrutura simplificada, composta apenas de um Diretor Geral, uma Diretoria Administrativo-Financeira, e de uma Diretoria na área finalística, a Diretoria Científica, que acumulava as funções de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. Em 2006, a Lei nº 10.216 (BAHIA, 2006), de 26 de junho de 2006, alterou a Lei nº 7.888/2001 (que criou a Fapesb), instituindo então a Diretoria de Inovação. O Decreto nº 10.065 de 1 de agosto de 2006, no seu Art. 1º, homologa a Resolução nº 001/2006, de 13 de julho de 2006, do Conselho Curador, que alterou o Regimento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia e que estabelece a Diretoria de Inovação e as Coordenações a ela vinculadas.

Deve-se ressaltar que essas alterações na estrutura da Fapesb foram influenciadas, em grande medida, pela relevância adquirida pela temática da inovação e dos impactos gerados pela Lei de Inovação Federal (BRASIL, 2004), que estabeleceu a necessidade de se articular e se estruturar um sistema nacional de inovação, inserindo o estado da Bahia no sentido do incremento do desenvolvimento tecnológico e da inovação, integrando-o no âmbito da política de CT& I em nível nacional.

**Figura 3** – Organograma da Fapesb com o advento da Lei nº 10.216/2006 (Atual)



Fonte: Fapesb.

### 3.3.1 A diretoria de inovação: finalidade e estrutura organizacional

A Lei nº 10.216 (BAHIA, 2006), de 26 de junho, altera a Lei nº 7.888/2001, que criou a Fapesb, e introduz uma nova estrutura de gestão na fundação, instituindo que a sua Diretoria Executiva passaria a ser constituída por quatro diretorias: Diretoria Geral, Diretoria Administrativo-Financeira, Diretoria Científica e a nova instância, a Diretoria de Inovação.

O Decreto nº. 10.065 de 1 de agosto de 2006, no seu Art. 1º, homologa a Resolução nº 001/2006, de 13 de julho de 2006, do Conselho Curador, que alterou o Regimento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. A Resolução define que a Fapesb tenha a seguinte estrutura básica: Conselho Curador e Diretoria Executiva. A Resolução altera a composição da Diretoria Executiva da Fapesb, composta pelo conjunto de órgãos de planejamento, assessoramento, coordenação, controle, avaliação e execução, refazendo sua organização e criando a Diretoria de Inovação, composta pelas seguintes coordenações:

- a) Coordenação de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais – CTSA;
- b) Coordenação de Apoio à Competitividade Empresarial – CCE.

À Diretoria de Inovação, que tem a finalidade de coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de fomento à tecnologia e inovação da Fapesb, compete, entre

outras funções:

- a) propor políticas, diretrizes, estratégias, normas e procedimentos, no seu campo de atuação;
- b) implementar a política de fomento à tecnologia e inovação da Fapesb;
- c) acompanhar e avaliar a execução dos programas, projetos e ações apoiados técnica e/ou financeiramente pela Fapesb;
- d) realizar estudos e pesquisas para apoiar a definição de políticas, planos, programas e projetos, no campo de interesse da Fapesb.

Na Diretoria de Inovação, as duas coordenações criadas em sua estrutura básica têm os seguintes objetivos:

- a) Coordenação de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais – CTSA. A CTSA tem por objetivo a implementação de ações e atividades que estejam relacionadas ao desenvolvimento de pesquisas inovadoras no âmbito das tecnologias sociais e de meio ambiente, visando o desenvolvimento e a inclusão social.
- b) Coordenação de Apoio à Competitividade Empresarial – CCE. A CCE tem por objetivo a implementação de ações e atividades que estejam relacionadas ao desenvolvimento de pesquisas inovadoras no setor produtivo privado, visando aumentar a sua competitividade.

Apesar da importância desta última coordenação na estrutura e na política de inovação da Fapesb, ela não será objeto de análise nesta dissertação, pelas limitações óbvias quanto à impossibilidade de se dar um tratamento aprofundado que um estudo de caso único exige. Assim ocorre com uma terceira coordenação, criada em 2008, a Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico e Empreendedorismo, mais voltada para ações de estímulo ao empreendedorismo, mas que, apesar de atuante, ainda não foi institucionalizada por instrumento legal.

### **3.3.2 A coordenação de apoio às tecnologias sociais e ambientais (CTSA)**

Instituída por lei em 2006, no bojo da reestruturação administrativa e de gestão que

viria a criar uma diretoria específica voltada para o desenvolvimento tecnológico e a inovação – a Diretoria de Inovação –, somente no início do ano de 2007 a Coordenação de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais (CTSA) foi efetivamente constituída e implantada.

As principais competências da CTSA, entre outras estabelecidas, são:

1. implementar ações de suporte ao desenvolvimento social e ambiental, em instituições baianas, em consonância com a política estadual de ciência, tecnologia e inovação;
2. prestar informações sobre as políticas, diretrizes, estratégias, linhas de atuação e modalidades de apoio técnico e financeiro da Fapesb;
3. orientar sobre os requisitos exigidos para a formulação e apresentação de propostas de apoio técnico e financeiro à Fapesb;
4. receber propostas de apoio, nas modalidades de caráter tecnológico e proceder à sua instrução prévia, encaminhando-as aos peticionários para complementação de informações ou à apreciação das Câmaras de Assessoramento e Avaliação Científico-Tecnológicas, quando pertinente;
5. acompanhar a tramitação da análise dos pedidos de apoio de caráter tecnológico nas áreas social e ambiental nas Câmaras de Assessoramento e Avaliação Científico-Tecnológicas;
6. executar os procedimentos relativos à concessão de apoio técnico e/ou financeiro pela Fapesb a projetos de caráter tecnológico nas áreas social e ambiental;
7. acompanhar e controlar, sistematicamente, o fiel cumprimento das obrigações decorrentes dos apoios concedidos pela Fapesb;
8. receber e avaliar os relatórios técnicos de execução física relativos à aplicação de recursos concedidos pela Fapesb, de acordo com as normas pertinentes;
9. manter articulação sistemática com organismos dos setores público e privado para assuntos de sua competência;
10. subsidiar a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação na formulação da política estadual de ciência, tecnologia e inovação;
11. subsidiar a formulação das políticas, diretrizes e estratégias da Fapesb e a definição de suas prioridades;

12. propor normas, critérios e parâmetros para orientar a implementação de ações de fomento pela Fapesb;
13. gerenciar e manter atualizado sistemas de informações sobre ciência, tecnologia e inovação no Estado da Bahia;
14. participar de redes de informação em ciência, tecnologia e inovação, nacionais, regionais e internacionais;
15. promover estudos sobre o estado da arte da ciência, tecnologia e inovação no Estado da Bahia e da infraestrutura instalada para o seu desenvolvimento;
16. desenvolver estudos prospectivos no campo da ciência, tecnologia e inovação, visando o desenvolvimento sustentável socioeconômico do estado da Bahia;
17. coordenar a divulgação de resultados de estudos e pesquisas;
18. avaliar os resultados de impacto da implementação dos programas, projetos e atividades apoiados, fomentados e incentivados pela Fapesb;
19. emitir relatórios periódicos no campo de sua atuação.

As ações desta coordenação têm foco no fomento à inovação socioambiental, promovendo a aproximação das universidades e centros de pesquisa com organizações da sociedade civil, a exemplo de associações, cooperativas, grupos produtivos, organizações não governamentais, entre outras, visando a geração de trabalho, emprego e renda e objetivando a inclusão social.

O fomento é direcionado prioritariamente a projetos de tecnologias sociais e ambientais, que são técnicas e metodologias desenvolvidas e aplicadas na interação com a comunidade e apropriadas por ela, que possam representar efetivas soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida das populações que vivem ainda à margem do progresso técnico promovido pela ciência.

Trata-se de um conjunto de ações de fomento sob responsabilidade da CTSA que se viabiliza pela articulação sistemática com organizações dos setores público e privado, visando o desenvolvimento sustentável do estado da Bahia.



### 3.4 O PROGRAMA DE APOIO ÀS TECNOLOGIAS SOCIAIS E AMBIENTAIS

Com a institucionalização da CTSA, foi criado, ainda no ano de 2007, o Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais, que reuniu algumas ações que estavam em curso, em vias de finalização ou mesmo dispersas em outras estruturas de gestão da fundação, sendo então agrupadas sob as diretrizes e ações definidas no âmbito do programa.

#### 3.4.1 Objetivos do programa

O **Programa de Apoio a Tecnologias Sociais e Ambientais** tem como objetivo fomentar e disseminar iniciativas direcionadas à promoção do desenvolvimento socioeconômico do estado, do empreendedorismo social e da diminuição dos impactos das tecnologias no meio ambiente. Para tanto, fomentam-se tecnologias e outras ações, que se baseiam na economia solidária, em tecnologias sociais e emecoinovação como forma de geração de emprego e renda, inclusão socioeconômica, promoção do bem-estar social e geração de benefícios socioambientais para comunidades baianas.

O programa está em consonância com a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado da Bahia, no que tange a vencer o desafio estratégico de promover a redução das desigualdades sociais por meio do exercício pleno da cidadania pelo acesso a ocupação, renda, educação, saúde e infraestrutura. As ações do programa buscam promover a interação da sociedade civil com universidades e centros de pesquisa, estimulando as vocações regionais do estado.

Para a implementação dessas ações, a Fapesb tem envidado esforços no sentido de firmar parcerias com outras instituições nas esferas local, estadual e federal, a fim de potencializar o alcance dessa política, o que tem contribuído para a diversificação, desconcentração e interiorização das ações, cumprindo, assim, a sua missão e finalidade.

### 3.5 A EXPERIÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DAS AÇÕES E EDITAIS VINCULADOS AO PROGRAMA DE APOIO ÀS TECNOLOGIAS SOCIAIS E AMBIENTAIS/ESCOLHA DOS TEMAS

As ações do Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais são concretizadas prioritariamente pelo lançamento de editais que busquem atender às demandas da sociedade levantadas e inseridas nos programas de governo e tenham aderência à Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação. A disponibilização do fomento nas chamadas públicas garante de forma democrática o acesso por mérito aos recursos disponíveis, pelo encaminhamento de projetos pelos pesquisadores baianos. As ações do programa buscam atender demandas específicas, de caráter local, regional ou estadual, e que se renovam a cada ano pelos mecanismos de articulação e escuta junto aos diversos atores que compõem a comunidade de pesquisa, as instituições de governo e a sociedade civil organizada.

A construção dos editais e ações se dá, sempre que existam condições objetivas, de forma dialogada com os atores interessados, ouvindo segmentos sociais, de governos e de outras instituições, que resultam na identificação de temas e problemas de relevância, que irão compor a agenda que esses atores identificaram como merecedores de intervenção pública da Fapesb/CTSA. Na sequência, após a formulação de alternativas ou a busca de soluções para os problemas inseridos na agenda, chegamos à etapa de tomada de decisão, momento em que se transformam em editais e chamadas públicas. Neste processo de discussão e formulação, a sociedade interage, sempre que possível, com os segmentos que compõem a comunidade de pesquisa das universidades, centros de pesquisa e instituições de ensino superior, públicas e privadas.

#### **3.5.1 Fluxo da Gestão dos editais**

Definido o tema do edital, o gestor entra em cena no sentido de realizar o planejamento e organização do fluxo interno do mesmo, o que inclui discussão junto às diretorias. Em linhas gerais, são definidas aqui o calendário e as datas do lançamento do edital; prazo para entrega dos projetos; divulgação dos resultados; prazo final para os contemplados entregarem documentos; data de contratação.

A etapa seguinte é o estabelecimento do cronograma de atividades do edital,

identificando prazos e os gestores responsáveis, e com base nestes, operacionaliza a ação em contato com todos os setores internos envolvidos, viabilizando o fluxo descrito a seguir:

- a) Elaboração do edital;
- b) Programação das datas a serem comunicadas;
- c) Estruturação da comunicação a ser divulgada no portal da Fapesb e em outros meios externos;
- d) Elaboração, junto à ASCOM, do plano de comunicação;
- e) Lançamento e divulgação do edital;
- f) Recebimento, enquadramento e cadastro dos projetos;
- g) Seleção dos especialistas avaliadores *ad hoc*;
- h) Avaliação e julgamento dos projetos;
- i) Homologação e divulgação dos resultados;
- j) Elaboração dos instrumentos legais;
- k) Viabilização das assinaturas do pesquisador e do representante da instituição;
- l) Publicação no DOE;
- m) Acompanhamento de todas as atividades administrativo-financeiras: liberação de parcelas, prestação de contas e termos aditivos;
- n) Acompanhamento da execução técnica do projeto.

### 3.6 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS SUBMETIDOS À FAPESB

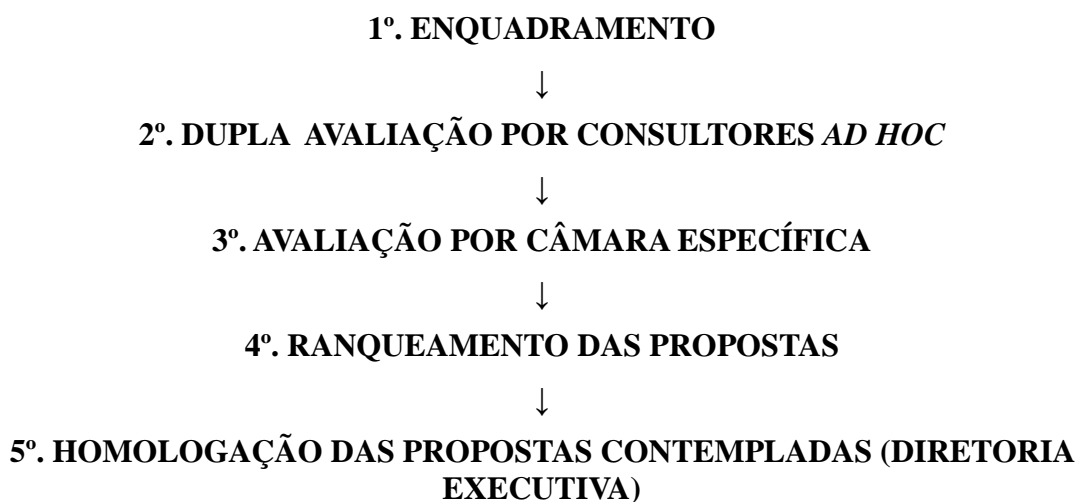
A avaliação de projetos apoiados pela Fapesb ocorre em duas etapas: avaliação *ex-ante* e avaliação *ex-post*.

#### 3.6.1 O processo de avaliação *ex-ante*: análise do mérito do projeto

A avaliação *ex-ante* é realizada antes de se aprovar o projeto e ocorre numa situação em que se utilizam critérios racionais e objetivos que serão considerados no processo de

gestão para a tomada da decisão qualitativa, conforme fluxograma apresentado a seguir.

**Figura 4** – O processo de avaliação dos projetos e suas etapas



Após o encaminhamento das propostas por meios digital e físico, inicia-se a primeira etapa da avaliação, realizada por uma equipe de gestores da fundação, chamada enquadramento. Antes de enviar uma proposta de projeto, o proponente tem acesso a todas as informações no texto do edital. Todas as informações e os detalhes referentes à submissão estão descritos. Caso a proposta enviada não esteja de acordo com as orientações contidas no edital, ela será automaticamente desenquadrada e não passará para a etapa seguinte da avaliação. Na etapa de enquadramento, são observados o cumprimento dos requisitos básicos previstos no edital, no tocante à forma de apresentação da proposta, à presença de documentação obrigatória e ao atendimento ao objeto do edital.

Uma vez tendo cumprido os requisitos básicos do edital e sido enquadrado, o projeto passará para a etapa de avaliação por consultores *ad hoc*. Os consultores *ad hoc* são especialistas nas diversas áreas do conhecimento englobadas pelos editais e devem ter preferencialmente o título de Doutor(a). Os especialistas pertencem, geralmente, aos quadros de instituições de ensino superior ou de pesquisa sediadas fora do estado da Bahia. Esses consultores analisam as propostas em diversos aspectos, como coerência; consistência; originalidade; adequação do orçamento proposto aos objetivos do trabalho; potencial de inovação; cronograma; infraestrutura disponível para a execução do projeto; qualificação do

coordenador por meio da análise do seu currículo; importância estratégica do projeto para o estado da Bahia; e resultados e impactos esperados.

Cada proposta é analisada por, no mínimo, dois consultores *ad hoc*. Para cada aspecto avaliado é atribuída uma nota, e cada dimensão do projeto, que varia de acordo com o edital, tem um peso. Caso a proposta receba uma pontuação superior a 70%, ela será classificada. As propostas com pontuação menor que 70% não são classificadas.

No caso de alguns editais, existe ainda uma outra etapa, que consiste na avaliação por uma Câmara Especial específica do programa em que está inserido o edital, formada por especialistas de cada área por ele englobada. Nesta etapa, os membros da Câmara fazem uma revisão da posição dos consultores *ad hoc*, principalmente nos casos em que há divergências na pontuação.

Nos editais de apoio à empresa, após a avaliação pelos consultores *ad hoc*, as propostas podem passar ainda por outros comitês de avaliação, e há a possibilidade de defesa oral e de visita técnica *in loco*. Depois, o Comitê Jurídico-Contábil faz uma análise dos documentos da empresa e da sua capacidade de execução do projeto, podendo recomendar ou não a contratação da proposta.

A última etapa da avaliação *ex ante* se dá com o ranqueamento final e o encaminhamento das propostas classificadas à Diretoria Executiva da Fapesb, para a definição e homologação das propostas contempladas, observados os aspectos legais decorrentes do edital e os limites orçamentários disponibilizados.

### **3.6.2 A avaliação *ex-post*: acompanhamento dos projetos apoiados**

A avaliação *ex-post* é realizada após a aprovação, e ocorre quando o projeto está em execução ou já foi concluído, sendo que as decisões são tomadas com base nos resultados alcançados ou nos impactos gerados.

Na avaliação durante o projeto, ou na avaliação de processos durante a fase de implementação, procura-se detectar dificuldades de programação, gestão e controle, com o objetivo de corrigi-las.

Os gestores fazem o acompanhamento dos projetos aprovados, por meio de visitas *in loco* pré-agendadas, avaliação de relatórios técnicos (parciais e finais) e de seminários de apresentação de resultado. No transcurso da execução dos projetos são realizados, ainda,

encontros e reuniões com as instituições envolvidas no projeto, com o intuito de obter informações adicionais acerca de problemas enfrentados, troca de experiências e para promover uma maior articulação entre os parceiros a fim de acompanhar melhor os resultados alcançados.

### **3.6.3 Avaliação final dos projetos**

Na etapa de avaliação terminal, após a conclusão do projeto, busca-se avaliar os resultados e os seus impactos, inferindo em que medida alcançou seus objetivos, buscando também compreender quais são seus efeitos secundários (previstos e não previstos).

Na avaliação dos Relatórios Técnicos parciais e finais dos projetos, quando do seu fechamento, a Diretoria de Inovação introduziu, a partir de 2009, o mecanismo de se contratar especialistas externos para fazer esse trabalho, tarefa que antes era realizada pelos gestores, sendo que os resultados qualitativos e quantitativos obtidos demonstram o acerto dessa medida. Mesmo nesta etapa os gestores continuam ainda cumprindo o seu papel, procedendo à análise final dos pareceres emitidos pelos especialistas.

## **4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA DE APOIO ÀS TECNOLOGIAS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA FAPESB**

### **4.1 RESULTADOS**

Na apresentação dos resultados do programa, fruto da pesquisa empírica, buscamos reunir informações de todas as ações executadas no período compreendido entre 2007, ano da efetiva implantação da Coordenação de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais (CTSA) e também da implementação do Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais, até o ano de 2013, limite do recorte temporal do estudo. Na descrição, optamos por fazê-la de forma didática, ano a ano, com a finalidade de propiciar uma visão da evolução do fomento no tempo recortado.

Nos quadros 1, 2 e 3, disponibilizamos informação sintética sobre os editais e ações lançados em cada ano, com os seus respectivos objetivos. Em seguida, passamos a descrever e analisar cada edital ou ação, relatando a história da sua concepção, construção, os atores envolvidos e as parcerias firmadas.

Nas tabelas de número 1 a 11, apresentamos, de forma concentrada, as informações referentes às áreas de conhecimento, aos recursos aplicados e às instituições contempladas com os projetos apoiados em cada edital, ano a ano.

Nos gráficos 1 a 5, ilustramos a evolução do programa ao longo do recorte do estudo, sintetizando as informações quanto ao número de editais lançados, aos recursos aplicados, às áreas do conhecimento e às instituições contempladas.

A outra informação que consideramos relevante é a descrição detalhada de todos os projetos apoiados em cada edital, com seus títulos, área do conhecimento, instituição executora e valor aprovado. Optamos por apresentar essas informações sob a forma de apêndices, ao final desta dissertação, por serem muito detalhadas.

#### 4.1.1 Ações de fomento no ano de 2007

**Quadro 1** – Ações de fomento no ano de 2007

<b>AÇÃO</b>	<b>OBJETIVO</b>
Edital Temático 006/2007 – Apoio a Pesquisas Voltadas à Resolução de Problemas do Semiárido Baiano	Financiar projetos de pesquisa que visem contribuir para a produção de conhecimento científico sobre o semiárido baiano e/ou para o desenvolvimento de soluções inovadoras que tenham como objetivo a melhoria das condições de vida da população nessa região.
Edital Temático 007/2007 – Apoio a Pesquisas Inovadoras em Segurança Pública	Financiar projetos de pesquisa que visem a contribuir para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras na área de segurança pública e que demonstrem potencial aplicabilidade de resultados, a fim de contribuir para a resolução de problemas na área de segurança pública do Estado da Bahia.

Fonte: Elaboração própria, baseado em Fapesb, 2007.

##### 4.1.1.1 Edital 006/2007 – Apoio a Pesquisas Voltadas à Resolução de Problemas do Semiárido Baiano

A primeira ação após a instituição da Coordenação de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais (CTSA) e do seu respectivo programa se deu, efetivamente, no ano de 2007, quando foi lançado o Edital Temático de Apoio a Pesquisas Voltadas à Resolução de Problemas do Semiárido Baiano (Fapesb – Edital 006/2007).

Esse edital foi construído de forma dialógica no processo da sua elaboração e contou com a participação de diversos atores, incluindo pesquisadores, representantes de universidades públicas e privadas, secretarias e órgãos do governo do estado.

A Fapesb montou um Grupo de Trabalho para debater e formatar o edital, composto por representantes da Secti – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação –, do Funcep – Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza –, da Setre – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte –, da Seplan – Secretaria do Planejamento –, da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) –, e de representantes das Pró-Reitorias de Pesquisa da UFBA – Universidade Federal da Bahia – Universidade do Estado da Bahia –, e da Uesb – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia –, que, após a realização de diversos encontros e debates, levantaram linhas temáticas e propostas que foram incorporadas ao texto final da proposta.

O edital teve como objeto “Financiar projetos de pesquisa que visem a contribuir para



a produção de conhecimento científico sobre o semiárido baiano e/ou para o desenvolvimento de soluções inovadoras que tenham como objetivo a melhoria das condições de vida da população nessa região”.

Foram estimulados projetos vinculados às mais diversas áreas do conhecimento e de distintas linhas de pesquisa, desde que tivessem como objeto o estudo e a resolução dos problemas do semiárido baiano.

Para esse edital, foram consideradas como prioritárias, embora não excludentes, as seguintes linhas temáticas: biodiversidade e ecologia; uso e reúso da água; energia; cultura; sistemas produtivos; segurança alimentar; emprego, trabalho e geração de renda; inclusão social; financiamento do desenvolvimento; e habitação.

Na etapa de elaboração das propostas, os pesquisadores foram incentivados a formar parcerias com instituições como associações, cooperativas, prefeituras, secretarias ou outros órgãos públicos, Organizações Não Governamentais – ONGs –, empresas, entre outros estabelecimentos que pudessem contribuir para a execução do projeto.

O lançamento de um edital voltado para o semiárido baiano representou um grande ganho para o estado Bahia, uma vez que o apoio a pesquisas nesse campo tem o potencial de auxiliar a formulação e o aprimoramento de políticas públicas, bem como incentivar o desenvolvimento de tecnologias que possam implicar em melhoria da qualidade de vida para essa região, que ocupa cerca de dois terços do território do estado e concentra os municípios com os piores indicadores no IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

Para o seu financiamento, contou com os recursos da parceria firmada entre a Fapesb (2,5 milhões), a Secti (100 mil) e o Fundo Estadual de Erradicação e Combate à Pobreza – Funcep (400 mil).

Ao final do processo de avaliação, foram aprovados 36 (trinta e seis) projetos, perfazendo um valor total de R\$ 3,3 milhões.

**Tabela 1** – Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos apoiados pelo Edital 006/2007 – Apoio a Pesquisas Voltadas à Resolução de Problemas do Semiárido Baiano

<b>Grande Conhecimento</b>	<b>Área do Apoiada (A)</b>	<b>Apoiados (R\$)</b>	<b>Tipo de Apoiados Instituição</b>	<b>Apoiados (A)</b>	<b>Apoiados (R\$)</b>
			Universidade Federal	11	R\$1.167.493,10
Ciências Agrárias	13	R\$ 1.007.940,96	Universidade Estadual	19	R\$1.546.386,42
Ciências Biológicas	10	R\$ 881.351,50	Universidade Particular	2	R\$ 148.895,44
Ciências da Saúde	1	R\$ 33.599,60	Outros	4	R\$ 440.306,00
Ciências Exatas e da Terra	2	R\$ 92.451,00			
Ciências Humanas	1	R\$ 81.168,48		–	–
Ciências Sociais Aplicadas	5	R\$ 646.811,94		–	–
Engenharias	4	R\$ 559.757,48		–	–
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>R\$ 3.303.080,96</b>	<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>R\$3.303.080,96</b>

Fonte: Elaboração própria, baseado em Fapesb, 2007.

#### 4.1.1.2 Edital 007/2007 – Apoio a Pesquisas Inovadoras em Segurança Pública

A ausência de pesquisas aplicadas em segurança, bem como uma formação mais sistemática em análise de políticas públicas na área tem se constituído em um entrave para a elaboração de programas mais consistentes de controle da violência e da criminalidade.

Visando subsidiar políticas públicas para o estado da Bahia, a Fapesb, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia – SSP/BA – apóia o financiamento de projetos cujo foco são pesquisas inovadoras na área, com potencial de aplicabilidade de resultados e que sejam desenvolvidas por pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior e pesquisa, bem como a organizações do Sistema de Segurança Pública, com atividades de ensino e/ou pesquisa básica ou aplicada, de caráter científico ou tecnológico.

Fruto de parceria entre a Fapesb, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - Secti – e a Secretaria de Segurança Pública – SSP –, o edital teve como objeto o financiamento de projetos de pesquisa que visassem contribuir para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras na área de segurança pública e que demonstrassem potencial de aplicabilidade de resultados, a fim de contribuir para a resolução de problemas na área de segurança pública do estado da Bahia. O volume de recursos aprovados somou R\$ 500 mil reais e contemplou 9 (nove) projetos.

**Tabela 2** – Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos apoiados pelo Edital 007/2007 – Apoio a Pesquisas Inovadoras em Segurança Pública

Grande Área do Conhecimento	Área do Apoiada (A)	Apoiados (R\$)	Tipo de Instituição	Apoiados (A)	Apoiados (R\$)
Ciências da Saúde	1	R\$ 49.900,00	Universidade Estadual	4	R\$ 194.220,00
Ciências Exatas e da Terra	4	R\$ 248.090,00	Centro de Pesquisa	5	305.780,00
Ciências Sociais Aplicadas	3	R\$ 190.590,00	-	-	-
Engenharias	1	R\$ 11.420,00	-	-	-
Total	9	R\$ 500.000,00	Total	9	R\$ 500.000,00

Fonte: Elaboração própria, baseado em Fapesb, 2007.

O ano de 2007, o primeiro em que a Diretoria de Inovação e a CTSA lançaram suas chamadas públicas, se caracterizou pelo pioneirismo e pela ousadia em termos de gestão. Ainda que estivesse contando ainda com uma estrutura de gestão diminuta, conseguiu-se articular com outras instituições e construir parcerias que resultaram em ações em áreas muito relevantes para a sociedade, a exemplo do semiárido e da segurança pública, com um aporte inicial de recursos financeiros muito significativo para os editais lançados, resultando no encaminhamento de um grande número de projetos oriundos da quase totalidade das instituições de pesquisa baianas, tendo a demanda por esses recursos superado o que foi disponibilizado.

#### 4.1.2 Ações de fomento no ano de 2008

Os esforços da Fapesb nesse ano concentraram-se na construção de uma grande ação, por meio de articulação e diálogo mantidos com a Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), que havia recém-instituído uma estrutura específica para empreender a política estadual de Economia Solidária, a Superintendência de Economia Solidária (Sesol). Dessa articulação nasceu um edital, robusto em termos de abrangência e de recursos financeiros, voltado para a implantação e o fortalecimento de incubadoras de empreendimentos da economia solidária.

#### 4.1.2.1 Edital 007/2008 – Apoio a Empreendimentos Econômicos Solidários (Fapesb/Setre/Secti – 2008)

Esse foi um ano em que a Fapesb, com base no balanço e na avaliação das suas ações passadas, compreendeu que o apoio a grupos sociais ou produtivos precisava ser melhor qualificado, tanto do ponto de vista técnico quanto do financeiro. Buscou-se então adotar o modelo de incubação de empreendimentos cooperativos e empreendimentos econômicos solidários. Embora guardem similaridades com as incubadoras universitárias de empresas, a especificidade das incubadoras de cooperativas reside no trabalho com empreendimentos coletivos recém-criados ou em vias de criação, que exigem processos específicos de formação, assessoria e assistência técnica em aspectos administrativos, produtivos e organizativos, com o objetivo principal de contribuir para sua autonomia e sustentabilidade.

Essas incubadoras foram criadas a partir de 1998, com o lançamento do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Proninc, vinculado inicialmente à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e à Fundação Banco do Brasil (FBB), que apoiou seis das primeiras incubadoras universitárias de cooperativas populares. Desde então, esse programa passou por reformulações, sendo que, em 2003, com a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária – Senaes/MTE –, o Proninc passou a ser coordenado por esta Secretaria, em articulação com o MEC, o MDS e o MS, entre outras instituições. Também participam do Proninc representantes das Redes de Incubadoras e do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária. Hoje são mais de 40 incubadoras apoiadas pelo Governo Federal em todo o território nacional.

As Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários são instituições vinculadas a universidades (públicas ou privadas), e, mais recentemente, a entidades criadas por governos ou mantidas por organizações da sociedade civil, que apóiam e assessoram novos empreendimentos ou empreendimentos já criados, oferecendo-lhes qualificação e assistência técnica durante o chamado período de incubação. A economia solidária tem se destacado como alternativa inovadora de geração de trabalho e renda e como uma resposta em favor da inclusão social.

Esse foi um edital inovador e pioneiro em se tratando de uma Fundação de Apoio à Pesquisa – FAP – em nível de Brasil. Após um processo de articulação e discussão com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes do Estado da Bahia – Setre –, responsável pela política de apoio à economia solidária, firmou-se um convênio (Convênio Setre/Fapesb

Nº009/2008) que serviu de base para o lançamento do edital.

Para o acompanhamento das ações relacionadas ao convênio e ao edital, foi constituído um comitê gestor, formado por representação paritária das instituições parceiras cofinanciadoras do edital. O edital visou o apoio a projetos de implantação ou fortalecimento de Incubadoras Universitárias, Temáticas e Territoriais de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no estado da Bahia, com o objetivo de geração de trabalho e renda, bem como a sustentabilidade dos empreendimentos nos aspectos econômicos, sociais, políticos e de gestão.

Os projetos encaminhados deveriam ter como principais finalidades:

- Estimular a geração de trabalho e renda mediante a reaplicação de tecnologias sociais de incubação dos empreendimentos econômicos solidários (EES);
- Realizar o processo de incubação por meio de ações de transferência e apropriação de tecnologia e métodos de gestão relacionados às dinâmicas da produção do conhecimento e geração de tecnologias sociais;
- Promover aos empreendimentos econômicos solidários o acesso às tecnologias que agregassem valor a seus produtos/serviços;
- Implementar metodologias comunitárias participativas, estimulando a cooperação entre universidades, instituições de pesquisa, organizações públicas ou privadas, cooperativas ou outras organizações;
- Promover articulação de redes socioeconômicas de produção, comercialização e consumo que gerassem o desenvolvimento local e regional.

No quesito de elegibilidade das propostas, também se buscou ampliar e diversificar as instituições proponentes, estabelecendo três diferentes modalidades:

#### MODALIDADE A – Incubadoras Universitárias

Propostas apresentadas por pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior e pesquisa ou centros tecnológicos, públicos ou privados, sediados no estado da Bahia, que tivessem por objetivo regimental ou estatutário a atividade de ensino e/ou pesquisa básica ou aplicada, de caráter científico e tecnológico.

### MODALIDADE B – Incubadoras Temáticas

Propostas apresentadas por instituições da sociedade civil legalmente constituídas e sem fins lucrativos, sediadas no estado da Bahia, com atuação em economia solidária ou que possuíssem parcerias interinstitucionais com tal competência e que se propusessem a compartilhar conhecimentos e acompanhar as experiências.

### MODALIDADE C – Incubadoras Territoriais

Propostas apresentadas por instituições da sociedade civil legalmente constituídas e sem fins lucrativos, sediadas no estado da Bahia, com atuação em economia solidária ou que possuíssem parcerias interinstitucionais com tal competência e que se propusessem a compartilhar conhecimentos e acompanhar as experiências.

Como resultado final do processo de avaliação, foram aprovados 16 (dezesseis) projetos, no valor total de R\$ 3,34 milhões, sendo importante constatar o equilíbrio entre as instituições contempladas, já que uma metade das propostas foi oriunda de incubadoras universitárias e a outra metade adveio de incubadoras da sociedade civil.

**Tabela 3** – Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos apoiados pelo Edital 007/2008 – Apoio a Empreendimentos Econômicos Solidários (Fapesb/Setre/Secti – 2008)

Grande Área do Conhecimento	Área do Apoiada (A)	Apoiados (R\$)	Tipo de Instituição	de Apoiados (A)	Apoiados (R\$)
Ciências Agrárias	4	R\$ 926.016,00	Universidade Federal	4	R\$ 895.470,00
Ciências Exatas e da Terra	1	R\$198.360,00	Universidade Estadual	2	R\$ 299.194,00
Ciências Humanas	2	R\$468.995,00	Universidade Particular	2	R\$ 368.710,00
Ciências Sociais Aplicadas	9	R\$1.748.200,00	ONGs	8	R\$1.778.197,00
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>R\$3.341.571,00</b>	<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>R\$3.341.571,00</b>

Fonte: Elaboração própria, baseado em Fapesb, 2008.

Além do edital, a Fapesb apoiou, no ano de 2008, aquilo que denominou-se Projeto Especial, quando é identificada uma demanda de relevante interesse público e que exige imediata e efetiva intervenção do poder público no sentido da resolução de determinado problema, sendo descritos aqui 2 (dois) projetos especiais apoiados:

#### 4.1.2.2 Projeto Especial: Reprojeto e Fabricação da Máquina Desfibradora de Sisal Faustino II – 2008

O desfibramento do sisal na região sisaleira da Bahia, maior produtor nacional, até então vinha sendo realizado de modo amplo por meio de máquinas artesanais, conhecidas como “paraibanas”, que se caracterizavam pelo baixo rendimento e produtividade e pela periculosidade na operação, sendo elas responsáveis por mais de dois mil mutilados. Os riscos de acidente provenientes das máquinas vinham restringindo o mercado para os produtos originados do sisal. O projeto apoiado pela Fapesb aproximou a academia de um problema concreto vivido pela comunidade sisaleira, ao se estabelecer uma parceria entre um pesquisador da UFBA – Universidade Federal da Bahia –, e um inventor independente, o Sr. Faustino, o que permitiu a troca de conhecimento no esforço de reprojeter o equipamento com vistas a resolver o problema da operação com segurança. O desenvolvimento e o reprojeto conceitual da máquina de Faustino resultaram na construção do protótipo e, a partir desse modelo, possibilitou a sua fabricação em larga escala por meio do financiamento e apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA –, sendo disponibilizadas para as associações de produtores 200 (duzentas) máquinas. Ainda como resultado desse projeto, foi elaborado o pedido de depósito da patente da nova máquina junto ao INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Foram alocados cerca de R\$ 36.600,00 de recursos mediante bolsas de pesquisa nas modalidades: Apoio Técnico, Inovação Tecnológica, Iniciação Tecnológica, além da bolsa Pesquisador Local, resultando em impactos positivos para o segmento da produção sisaleira baiana.

#### 4.1.2.3 Projeto Especial: Projeto Multideglutografia – 2008

A doença de Parkinson é uma enfermidade crônica e degenerativa que acomete 1 a 2% de indivíduos acima de 60 anos. Em uma série de estudos, foi descrito que a sialorreia observada no paciente com doença de Parkinson traduz alterações da deglutição e constitui um fator de risco para infecção respiratória. Verificou-se assim que mesmo a diminuição química da produção de saliva não elimina a frequência de sialorreia na doença de Parkinson, fato comprovado por um estudo posterior que demonstrou correlação positiva entre sialorreia e disfagia. Os estudos do Dinep/UFBA demonstram uma frequência de 21% de aspiração

silenciosa em indivíduos com sialorreia diurna e doença de Parkinson. Em um corte do mesmo grupo, no qual foram comparados parkinsonianos com e sem aspiração silenciosa, verificou-se um risco 7 (sete) vezes maior de desenvolver pneumonia nos indivíduos com aspiração silenciosa.

Torna-se então necessária a avaliação dos padrões de deglutição do paciente portador da doença, a fim de que possa ser esclarecida a causa da disfagia e sua evolução ao uso de medicamentos. O projeto visa desenvolver um aparelho capaz de avaliar o padrão respiratório, o tempo, o início e os sons na deglutição, a fim de gerar dados suficientes para pesquisa e desenvolvimento de um método eficaz, rápido, portátil e preciso de avaliação dos parâmetros funcionais do processo de deglutição nos pacientes portadores da doença de Parkinson comparados à média da população em geral.

Foram alocados recursos de R\$ 94.876,84, que financiaram despesas com bolsas de pesquisa e despesas de capital.

#### **4.1.3 Ações de fomento no ano de 2009**

##### **4.1.3.1 Edital 015/2009 – Apoio a Tecnologias para o Desenvolvimento Social (Fapesb 015/2009)**

No ano de 2009, a Fapesb aprofundou seu compromisso com o fomento às tecnologias socioambientais, lançando, com recursos próprios, o **Edital 015/2009 – Apoio a Tecnologias para o Desenvolvimento Social**.

O objetivo foi o de selecionar propostas visando o apoio financeiro para a execução de projetos de desenvolvimento e difusão de tecnologias, em territórios urbanos ou rurais, que pudessem contribuir com soluções inovadoras para a melhoria das condições de vida da população do estado da Bahia, e que resultassem na redução da pobreza e das desigualdades sociais e no desenvolvimento territorial sustentável e solidário.

Buscou-se apoiar projetos vinculados às mais diversas áreas do conhecimento e de distintas linhas de pesquisa, desde que tivessem como objeto o desenvolvimento de soluções e tecnologias inovadoras com efetivo potencial de reaplicação, geração de trabalho e renda e



transformação social.

Foram priorizadas algumas áreas temáticas, a exemplo de Lixo Tecnológico, Cidades Sustentáveis, Energias Renováveis, Agroecologia e Segurança Alimentar, Recursos Hídricos, Agroextrativismo e Segurança Pública.

Os projetos deveriam apresentar como característica principal a transferência de tecnologias inovadoras para a solução de problemas socioambientais do estado da Bahia, particularmente em territórios de identidade com baixos índices de sustentabilidade social e com as seguintes características:

- associados ao desenvolvimento e à difusão de produtos, técnicas ou metodologias que pudessem ser reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade, e que representassem efetivas soluções de transformação social e ambiental;
- que tivessem como objeto a solução de problemas de populações situadas na região semiárida ou territórios de identidade com elevados índices de pobreza e baixos índices de desenvolvimento humano;
- que resultassem em elevação da sustentabilidade social, medida por indicadores associados à geração de emprego e renda, estímulo ao associativismo, preservação de valores culturais e melhoria das condições de vida.

Após finalizado o processo de avaliação, 36 projetos foram contemplados, com recursos da ordem de R\$ 4,87 milhões.

**Tabela 4** – Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos apoiados pelo Edital 015/2009 – Apoio a Tecnologias para o Desenvolvimento Social

Grande Área do Conhecimento	Área do Apoiada (A)	Apoiados (R\$)	Tipo de Instituição	de Apoiados (A)	Apoiados (R\$)
Ciências Agrárias	8	R\$ 1.070.651,75	Universidade federal	15	R\$ 2.211.763,24
Ciências Biológicas	5	R\$ 663.081,74	Universidade estadual	11	R\$ 1.571.873,68
Ciências da Saúde	2	R\$ 326.040,10	Universidade particular	1	R\$ 37.900,00
Ciências Exatas e da Terra	4	R\$ 438.718,59	Centro de pesquisa público	3	R\$ 355.788,80
Ciências Humanas	1	R\$ 56.865,00	Centro de pesquisa privado	1	R\$ 87.200,00
Ciências Sociais Aplicadas	6	R\$ 715.326,30	Empresa/Instituição pública/Eipe	3	R\$ 342.165,91
Engenharias	2	R\$ 358.720,00	ONG	2	R\$263.411,00
Interdisciplinar	8	R\$ 1.240.699,15	–	–	
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>R\$ 4.870.102,63</b>	<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>R\$ 4.870.102,63</b>

Fonte: Elaboração própria, baseado em Fapesb, 2009.

O resultado do edital evidencia uma demanda altamente qualificada e diversificada com a ampliação em número tanto das áreas do conhecimento como também o tipo de instituição proponente contemplada.

Um projeto especial foi apoiado em 2009, atendendo a uma demanda ligada à defesa agropecuária do estado da Bahia, conforme descrição abaixo:

#### 4.1.3.2 Projeto Especial: Apoio à Implantação de Centro Laboratorial de Apoio à Defesa Agropecuária Baiana – 2009

A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) necessitava adequar os processos de produção agrícola para enfrentar o crescente nível de exigência das barreiras zootossanitárias, que poderiam impactar diretamente no consumo de produtos agroindustriais, dificultando a geração de emprego e renda no agronegócio e na agricultura familiar. Uma das ações estratégicas foi capacitar o Centro Laboratorial de Apoio à Defesa Agropecuária para agir de forma competitiva e sustentável visando atender os sistemas

produtivos agropecuários do estado da Bahia. A Fapesb apoiou esse projeto, por meio da concessão de bolsas de pesquisa, buscando garantir recursos humanos qualificados para a realização dos métodos laboratoriais de diagnósticos das principais enfermidades e pragas de interesse da Defesa Sanitária Animal e Vegetal e das análises físico-química de alimentos e de resíduos agrotóxicos. Uma das finalidades desse projeto foi proporcionar às instituições públicas e aos produtores do estado da Bahia as condições necessárias para responder às demandas relacionadas às diversas enfermidades que atingem o sistema produtivo animal e vegetal. Foram alocados cerca de R\$ 241 mil em recursos, disponibilizados por meio de bolsas de pesquisa, tendo resultado em impactos positivos para o estado.

#### 4.1.4 Ações de fomento no ano de 2010

O ano de 2010 ficou marcado pela ampliação e diversificação de novas parcerias da Fapesb, com destaque para aquelas firmadas com o governo federal, via Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA –, e a retomada, em nível do estado, de parcerias envolvendo a Setre e a Secretaria do Meio Ambiente – Sema –, que resultaram no aumento do lançamento de novos editais e ações, caracterizando-se como o ano em que ocorreu o maior número de ações lançadas pela CTSA, como descritas no quadro abaixo.

**Quadro 2** – Ações de fomento no ano de 2010

<b>AÇÃO</b>	<b>OBJETIVO</b>
Edital 007/2010 – Pesquisa Ater-Pacto Federativo	Apoiar projetos de pesquisa, de natureza científica, tecnológica ou de inovação, que visem contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar por meio de ações de assistência técnica e extensão rural nos nove territórios de cidadania no estado da Bahia.
Edital 017/2010 – Apoio a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Ambientais	Financiar projetos que visem apoiar a incubação de empreendimentos econômicos solidários que, ao disporem economicamente de ativos ambientais regionais, prestarem serviços ambientais ou trabalharem para a sua preservação, utilizem ou possam desenvolver práticas economicamente sustentáveis, aplicando nesse processo tecnologias socioambientais.
Edital 018/2010 – Seleção de Discente para Curso de Especialização em Extensão Universitária e Pesquisa-Ação	Concessão de apoio financeiro com vistas à participação de discentes, residentes no estado da Bahia, no Curso de Especialização em Extensão Universitária e Pesquisa-Ação, bem como a realização dos projetos de pesquisa-ação que se constituirão em monografias de fim de curso.
Edital 022/2010 – Apoio a Pesquisa em Segurança Pública	Financiar projetos de pesquisa que visem o desenvolvimento de tecnologias inovadoras na área de segurança pública e que demonstrem potencial de aplicabilidade de resultados, a fim de contribuir para a resolução de problemas na área de segurança pública do estado da Bahia.

Fonte: Elaboração própria, baseado em Fapesb, 2010.

#### 4.1.4.1 Edital 007/2010 – Pesquisa Ater-Pacto Federativo

O ano de 2010 foi marcado pela articulação de parcerias no nível federal para o lançamento de um edital voltado para o apoio à agricultura familiar. Esta ação inseriu-se no contexto de um convênio (Convênio MDA/Fapesb nº 720335/2009), firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA –, a EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. –, e a Fapesb. O edital teve como objeto a seleção de propostas para o desenvolvimento de pesquisa aplicada com foco na assistência técnica e extensão rural (Ater) nos territórios de cidadania da Bahia.

O Programa Territórios da Cidadania é um programa do Governo Federal e tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Conta com a participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios (MDA). São territórios de cidadania na Bahia: Sertão do São Francisco, Velho Chico, Chapada Diamantina, do Sisal, Semiárido Nordeste II, Baixo Sul, Litoral Sul, Itaparica e Irecê.

Nesse edital, apenas os pesquisadores da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) puderam apresentar projetos. O objetivo do edital foi o de apoiar projetos de pesquisa, de natureza científica, tecnológica ou de inovação, que visassem contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar mediante ações de assistência técnica e extensão rural nos nove territórios de cidadania no estado da Bahia.

O foco das propostas encaminhadas deveria estar obrigatoriamente inserido em uma ou mais das seguintes linhas temáticas:

- Avaliação e validação das metodologias participativas adotadas pela EBDA em Ater.
- Desenvolvimento ou sistematização de metodologias inovadoras de extensão rural.
- Desenvolvimento ou sistematização de experiências exitosas e metodologias de extensão rural para agricultura familiar, comunidades tradicionais, indígenas e/ou quilombolas.
- Formação de redes de troca de experiências visando à melhoria dos processos de gestão da produção da agricultura familiar, o controle social das políticas públicas e o acesso à informação.

- Desenvolvimento ou adaptação de tecnologias socioambientais apropriadas para a convivência nos diferentes biomas.
- Desenvolvimento ou adaptação de técnicas de manejo em sistemas de produção de base ecológica com tecnologias apropriadas a cada bioma.
- Investigação sobre práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais bem como sobre o conhecimento tradicional associado como ferramenta para conservação da agrobiodiversidade.
- Desenvolvimento de modelos agroecológicos para a agricultura familiar, comunidades tradicionais, indígenas e/ou quilombolas.
- Desenvolvimento de sistemas de produção (melhoria de arranjos produtivos existentes e novos arranjos – diversificação da produção).
- Desenvolvimento de tecnologias de produção de oleaginosas em sistemas diversificados destinados à produção de biodiesel.
- Investigação sobre processos artesanais e agroindústrias familiares que gerem novas fontes de renda bem como o aproveitamento de subprodutos.
- Agregação de valor à produção das unidades familiares e promoção do desenvolvimento de logomarca própria que represente e identifique os produtos e certificação de produtos.
- Análise da cadeia produtiva com ênfase em produtos representativos do Território de Cidadania a ser contemplado.
- Estudo sobre as estratégias de comercialização dos produtos da agricultura familiar.

O volume de recursos disponibilizados ao final do processo de avaliação somou um montante de R\$11,16 milhões, contemplando dez projetos de pesquisa.

**Tabela 5** – Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos apoiados pelo Edital 007/2010 – Pesquisa Ater-Pacto Federativo

Grande Área do Conhecimento	Área do Apoiada (A)	Apoiados (R\$)	Tipo de Instituição	de Apoiados (A)	Apoiados (R\$)
			EIPA -Empresa Pública -EBDA	10	
Interdisciplinar	10	R\$11.162.880,00			R\$11.162.880,00
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>R\$11.162.880,00</b>	<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>R\$11.162.880,00</b>

Fonte: Elaboração própria, baseado em Fapesb, 2010.

#### 4.1.4.2 Edital 017/2010 – Apoio a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Ambientais (Parceria Fapesb/Secti/Sema/Setre)

Nesse ano, a Fundação lançou um edital que incorporou de forma mais destacada a vertente ambiental em suas ações. Fruto da experiência com a metodologia adotada no Edital de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários de 2008, implementada pela parceria com a Setre, a Sema – Secretaria Estadual do Meio Ambiente – interessou-se pelo modelo e formalizou o interesse de se incorporar à parceria, apostando em um tipo de apoio a empreendimentos populares que tivessem como centro a sustentabilidade ambiental, a partir da adoção de tecnologias sociais.

Após o processo de discussão e alinhamento com os parceiros, foi firmado o Convênio 004/2010 entre a Setre, a Sema, a Secti e a Fapesb, que serviu de base para o lançamento do edital.

Nesse edital, o objeto foi financiar projetos que visassem apoiar a incubação de empreendimentos econômicos solidários que, ao disporem economicamente de ativos ambientais regionais, prestarem serviços ambientais ou trabalharem para a sua preservação, pudessem desenvolver práticas economicamente sustentáveis, aplicando nesse processo tecnologias socioambientais. Outras finalidades foram destacadas, como referidas no edital:

- Ampliar e fortalecer os empreendimentos e redes solidárias, melhorando as condições de vida e de trabalho do público assistido;
- Fomentar as atividades de revitalização e preservação ambiental, prioritariamente na Bacia do Rio São Francisco;
- Promover o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica.

No tocante à elegibilidade, nesse edital foram consideradas duas modalidades de instituição proponente:

**MODALIDADE A – Incubadoras vinculadas a Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT):**

Propostas apresentadas por pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior e pesquisa ou centros tecnológicos, públicos ou privados, localizados no estado da Bahia, que tenham por objetivo regimental ou estatutário a atividade de ensino e pesquisa básica ou

aplicada, de caráter científico e tecnológico.

**MODALIDADE B – Incubadoras vinculadas a instituições da sociedade civil:**

Propostas apresentadas por instituições da sociedade civil legalmente constituídas e sem fins lucrativos, localizadas no estado da Bahia, com atuação em economia solidária e ambiental ou que possuam parcerias interinstitucionais com tal competência e que se proponham a compartilhar conhecimentos e acompanhar as experiências.

Levando em conta a experiência da gestão conjunta no Edital de Apoio a Incubadoras de Empreendimentos Solidários de 2008, replicou-se aqui também o modelo de Comitê Gestor para o acompanhamento das ações relacionadas ao convênio e ao edital, formado por representação das quatro instituições parceiras.

Como saldo final da avaliação do edital, doze incubadoras tiveram seus projetos aprovados, perfazendo um volume de recursos de R\$ 2,48 milhões.

**Tabela 6 – Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos apoiados pelo Edital 017/2010 – Apoio a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Ambientais (Fapesb/Secti/Sema/Setre)**

Grande Área do Conhecimento	Área do Apoiada (A)	Apoiados (R\$)	Tipo de Instituição	de Apoiados (A)	Apoiados (R\$)
			Universidade Federal	5	R\$ 751.182,00
Ciências Humanas	3	R\$ 463.262,00	Universidade Estadual	2	R\$ 467.730,00
Ciências Sociais Aplicadas	4	R\$ 970.264,41	ONGs	5	R\$ 1.268.719,41
Interdisciplinar	5	R\$ 1.054.105,00			
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>R\$ 2.487.631,41</b>	<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>R\$ 2.487.631,41</b>

Fonte: Elaboração própria, baseado em Fapesb, 2010.

**4.1.4.3 Edital 018/2010 – Seleção de Discente para Curso de Especialização em Extensão Universitária e Pesquisa-Ação**

A Extensão Universitária e a Pesquisa-Ação são tradições das universidades, com relevante contribuição para o entendimento e enfrentamento de problemas que atingem grande parte da nossa sociedade, particularmente a mais carente.

Por meio de articulação dos *fori* nacionais de extensão das IES (Instituições de Ensino Superior brasileiras), Forproex (públicas), Forext (comunitárias) e Foresp (particulares), e

referendados pelo Confap – Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa –, foi montado um Curso de Especialização em Extensão e Pesquisa-Ação, destinado a qualificar discentes de todos os estados brasileiros e realizado na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, formato que permitiu a participação das Fundações de Amparo à Pesquisa brasileiras no financiamento de discentes de cada estado.

O curso de especialização é pioneiro, tem caráter interdisciplinar e pretende formar quadros qualificados aptos a atuar aliando pesquisa e ação, não só nas Instituições de Ensino Superior, mas também em outras instituições nas quais esta metodologia possa ser útil, particularmente em organizações da sociedade civil e no próprio aparato estatal.

O curso de pós-graduação tem como objetivo geral estudar o campo teórico-conceitual e metodológico da extensão universitária e da pesquisa-ação, capacitando, ao mesmo tempo, profissionais para o exercício e aperfeiçoamento das ações concretas em projetos no campo socioambiental.

A Fapesb foi a primeira e única a lançar edital dentre as fundações de apoio no País. Ao longo da sua existência, a fundação tem buscado patrocinar a formação e a capacitação de pessoal técnico especializado em ações e atividades de ciência, tecnologia e inovação, promovendo a concessão de apoio e auxílios para pesquisas, projetos e programas estratégicos para o desenvolvimento científico e tecnológico do estado da Bahia, buscando formar quadros academicamente capacitados para enfrentar os desafios do crescimento econômico e da inclusão social do estado.

O objetivo dessa ação foi a concessão de apoio financeiro com vistas à participação de discentes residentes no estado da Bahia no Curso de Especialização em Extensão Universitária e Pesquisa-Ação, sendo obrigatória a apresentação de um projeto de realização de pesquisa-ação à Fapesb para pleitear o apoio, assim como a defesa de uma monografia de fim de curso, no caso dos candidatos contemplados.

Puderam apresentar propostas profissionais graduados em qualquer área, desde que com vínculo empregatício com instituições de ensino superior localizadas no estado da Bahia, que estivessem desempenhando ou quisessem desenvolver atividades de extensão, utilizando metodologias que aliassem pesquisa e ação concreta.

A seleção nacional dos discentes ficou a cargo de um Comitê Nacional de Avaliação, composto por professores indicados pelos presidentes dos *fori* nacionais de extensão das IES brasileiras.



Apenas um projeto/candidato foi contemplado no edital, conquistando um apoio financeiro de R\$ 16 mil. A proposta aprovada tem como título *Manejo Agroecológico de Plantas Medicinais em Propriedades Familiares do Recôncavo da Bahia Utilizando Tecnologia Social: Homeopatia*, sendo esta vinculada à área de Ciências Agrárias e, a instituição proponente, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

#### 4.1.4.4 Edital 022/2010 – Apoio à Pesquisa em Segurança Pública

Em decorrência dos resultados práticos alcançados com a experiência dos editais dos anos anteriores, mais uma vez a parceria Fapesb/SSP foi renovada e resultou no lançamento de um novo edital nesse ano. O objetivo da parceria foi mantido e o foco foi financiar projetos de pesquisa que visassem o desenvolvimento de tecnologias inovadoras na área de segurança pública do estado da Bahia. Também foram mantidos os requisitos de elegibilidade das propostas, que deveriam ser apresentadas por pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior e pesquisa ou centros de pesquisa, públicos ou privados, bem como por pesquisadores vinculados a organizações governamentais do Sistema de Segurança Pública do estado da Bahia, que tenham como objetivo regimental ou estatutário a atividade de ensino e pesquisa básica ou aplicada, de caráter científico ou tecnológico.

Quanto às linhas temáticas de pesquisa, algumas foram mantidas e outras acrescentadas, especialmente aquelas que diziam respeito à prevenção da violência em grupos vulneráveis socialmente, e, especialmente, a linha que visava o desenvolvimento de tecnologias de segurança pública para grandes eventos esportivos, na perspectiva de preparar o estado para a Copa do Mundo de Futebol 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Foram consideradas como linhas temáticas de pesquisa para o edital:

Identificação e desenvolvimento de metodologias de investigação policial com foco em crimes violentos e letais;

Modelos de policiamento integrado e preventivo para intervenção em áreas de alto índice de violência;

Avanços metodológicos e tecnologias inovadoras em perícias criminais;

Desenvolvimento de *software* com foco em análise criminal;

Metodologias inovadoras para gestão integrada das ocorrências policiais, da prevenção e combate da violência e da criminalidade;

Desenvolvimento de metodologias inovadoras nas perícias médico e odontológicas;

Avanços metodológicos e tecnologias inovadoras para diagnóstico e prevenção de crimes ambientais;

Novas tecnologias e metodologias para investigação e produção de provas em crimes cibernéticos;

Perfil profissiográfico do servidor de segurança pública. Desenvolvimento e valorização do profissional (polícia civil, polícia técnica e militar);

Organizações de segurança pública para o século XXI: estruturas organizacionais com foco no cidadão e nos territórios;

Tecnologias inovadoras para análise criminal com foco em geoprocessamento;

Tecnologias sociais para prevenção da violência em grupos vulneráveis;

Análise e desenvolvimento de procedimentos operacionais padrão para a atividade policial;

Desenvolvimento de metodologias para integração de comunicação e procedimentos entre os organismos da segurança pública;

Desenvolvimento de metodologias para a formação de redes de apoio e assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade social;

Desenvolvimento de tecnologias de segurança pública para eventos esportivos.

Foram contempladas com o fomento, ao final do processo de avaliação, doze projetos com uma soma de recursos de R\$ 980 mil.

**Tabela 7** – Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos apoiados pelo Edital 022/2010 – Apoio à Pesquisa em Segurança Pública

Grande Conhecimento	Área do Apoiada (A)	Apoiados (R\$)	Tipo de Apoiados (A)	Apoiados (R\$)
Ciências Exatas e da Terra	2	R\$ 160.810,00	Universidade Federal	5 R\$ 352.001,00
Ciências Sociais Aplicadas	3	R\$ 239.922,00	Universidade Estadual	2 R\$ 197.526,00
Ciências Biológicas	1	R\$ 112.337,00	Universidade Particular	2 R\$ 149.480,00
Ciências da Saúde	2	R\$ 197.526,00	Centro de Pesquisa	3 R\$ 285.947,00
Ciências Humanas	2	R\$ 138.135,00	–	–
Interdisciplinar	2	R\$ 136.224,00	–	–
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>R\$ 984.954,00</b>	<b>Total</b>	<b>12 R\$ 984.954,00</b>

Fonte: Elaboração própria, baseado em Fapesb, 2010.

O ano de 2010 foi encerrado com um saldo extremamente positivo, caracterizando-se como aquele em que a CTSA lançou o maior número de ações e disponibilizou o maior volume de recursos. Foi marcado também pela consolidação de antigas parcerias com órgãos do governo do estado (SSP e Setre) e pelo estabelecimento de novas parcerias em nível de estado (Sema) e de governo federal (MDA).

#### 4.1.5 As ações de fomento no ano de 2011

Os dois editais lançados no ano de 2011 encontram-se especificados no quadro abaixo.

**Quadro 3** – Ações de fomento em 2011

AÇÃO	OBJETIVO
Edital 010/2011 – Apoio ao Fortalecimento de Grupos Produtivos Urbanos e Rurais	Promover a inclusão produtiva, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para a produção de bens e serviços de grupos produtivos urbanos e rurais para apontar soluções de problemas das populações que vivem nos territórios de identidade do estado da Bahia, com elevados índices de pobreza e baixos índices de desenvolvimento humano, tanto no meio rural quanto no urbano.
Edital 021/2011 – Apoio a Projetos de Caracterização de Indicação Geográfica (IG)	Apoiar projetos que tenham a finalidade de identificar e caracterizar um produto ou serviço como originário de um local ou região do estado da Bahia, com determinada reputação, característica e/ou qualidade vinculadas essencialmente a esta sua origem particular, a fim de que sejam adquiridas as condições técnicas e legais para o requerimento de Indicação Geográfica junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial – Inpi.

Fonte: Elaboração própria, baseado em Fapesb, 2011.

#### 4.1.5.1 Edital 010/2011 – Apoio ao Fortalecimento de Grupos Produtivos Urbanos e Rurais

O apoio às tecnologias para o fortalecimento de grupos produtivos urbanos e rurais visa promover a inclusão produtiva, ao apontar soluções de problemas das populações que vivem nos territórios de identidade do estado da Bahia com elevados índices de pobreza e baixos índices de desenvolvimento humano.

Essa que foi a primeira ação a ser lançada no contexto do Programa Vida Melhor – Oportunidade Para Quem Mais Precisa, do governo do estado da Bahia, que prevê investimentos de R\$ 1,2 bilhão que beneficiarão, até 2015, cerca de 400 mil famílias das áreas urbana e rural com renda *per capita* de até meio salário-mínimo. Esse programa representa, em nível estadual, o Programa Brasil sem Miséria, do Governo Federal, que se propõe a erradicar a miséria absoluta no País, no período de 2012 a 2015. Na apresentação do programa, no mês de agosto de 2011, o edital da Fapesb foi lançado na presença da presidente da República, escolhido que foi pela sua completa aderência aos objetivos do programa. Esse Edital teve como objetivo financiar projetos que visassem o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para a dinamização da produção de bens e serviços, agregando valor no território baiano ao permitir a geração de emprego e renda, bem como a repartição de renda em termos sociais e territoriais, priorizando as soluções microeconômicas típicas da produção organizada sob a forma de agricultura familiar, associações e empreendimentos solidários, denominados de grupos produtivos urbanos e rurais.

Os projetos devem resultar na promoção da sustentabilidade social, medida por indicadores associados à geração de trabalho, emprego e renda; ao estímulo ao associativismo; à preservação de valores culturais e à melhoria das condições de vida dos beneficiados pelo projeto.

Uma característica exigida na apresentação e no encaminhamento das propostas foi o estabelecimento de parcerias, com a obrigatoriedade de apresentação de pelo menos 01 (um) grupo produtivo, identificado como coexecutor e beneficiário direto da tecnologia a ser transferida.

Após atender uma grande demanda, reflexo do grande número de propostas encaminhadas, a ação contemplou dezoito propostas, com valor aproximado de R\$ 3,7 milhões.

**Tabela 8** – Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos apoiados pelo Edital 010/2011 – Apoio ao Fortalecimento de Grupos Produtivos Urbanos e Rurais

Grande Conhecimento	Área do Apoiada (A)	Apoiados (R\$)	Tipo de Instituição	Apoiados (A)	Apoiados (R\$)
Ciências Agrárias	7	R\$ 1.386.073,66	Universidade Federal	4	R\$ 897.903,45
Ciências Exatas e da Terra	2	R\$ 498.677,46	Universidade Estadual	10	R\$2.180.902,26
Ciências Sociais Aplicadas	9	R\$ 1.789.359,25	Universidade Particular	1	R\$ 240.830,26
			Centros de Pesquisa	3	R\$ 354.474,40
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>R\$3.674.110,37</b>	<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>R\$3.674.110,37</b>

Fonte: Elaboração própria, baseado em Fapesb, 2011.

#### 4.1.5.2 Edital 021/2011 – Apoio a Projetos de Caracterização de Indicação Geográfica (IG) no Estado da Bahia

Indicação Geográfica é a identificação de um produto ou serviço como originário de um local, região ou país, quando determinada reputação, característica e/ou qualidade possa ser vinculada essencialmente a esta sua origem particular. Em suma, é uma garantia quanto à origem de um produto e/ou suas qualidades e características regionais (Inpi).

A indicação geográfica confere ao produto ou serviço uma identidade própria, visto que o nome geográfico utilizado junto a ele estabelece uma ligação entre as suas características e a sua origem. Consequentemente, cria um fator diferenciador entre aquele produto ou serviço e os demais disponíveis no mercado, tornando-o mais atraente, competitivo e confiável.

Após a realização no estado da Bahia de diversos encontros e *workshops* de sensibilização sobre a importância da Indicação Geográfica como elemento de geração de emprego e renda, o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa da Bahia – Sebrae/BA – realizou um levantamento que gerou um diagnóstico das potenciais indicações geográficas do estado.

A Fapesb lança então uma ação que se tornou a primeira relacionada ao apoio a indicação geográfica lançado no País por uma instituição de fomento à pesquisa, o Edital de Apoio a Projetos de Caracterização de Indicação Geográfica (IG) no Estado da Bahia (Fapesb 021/2011).

O edital teve como objetivo apoiar projetos que tivessem a finalidade de identificar e caracterizar um produto ou serviço como originário de um local ou região do estado da Bahia, com determinada reputação, característica e/ou qualidade vinculadas essencialmente a esta sua origem particular, a fim de que se adquiram as condições técnicas e legais para o requerimento de Indicação Geográfica junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi).

Buscou-se especialmente valorizar aquelas propostas respaldadas nas articulações entre Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das universidades e centros de pesquisa, sindicatos, empreendimentos cooperativos, associações, grupos produtivos, institutos ou qualquer pessoa jurídica de representatividade coletiva, bem como outros organismos das ICTs que viessem estimular a organização de atividades produtivas, a adoção de práticas sustentáveis e a geração de maior valor agregado ao produto ou serviço.

O projeto deveria resultar na habilitação para o pedido de proteção sobre o “nome geográfico”, constituído tanto pelo nome oficial, quanto pelo tradicional ou usual de uma área geográfica determinável, que deveria compor os autos do processo administrativo de um pedido de proteção junto ao Inpi.

O volume de recursos aportados somou R\$ 618 mil, inclusive superando o inicialmente disponibilizado no edital, sendo, então, apoiados cinco projetos.

**Tabela 9** – Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos apoiados pelo Edital 021/2011 – Apoio a Projetos de Caracterização de Indicação Geográfica (IG) no Estado da Bahia

Grande Área do Conhecimento	Área do Apoiada (A)	Apoiados (R\$)	Tipo de Instituição	Apoiados (A)	Apoiados (R\$)
Ciências Agrárias	2	R\$ 287.778,00	Universidade Federal	2	R\$ 897.903,45
Engenharias	1	R\$ 49.981,70	Universidade Estadual	3	R\$ 2.180.902,26
Interdisciplinar	2	R\$ 280.310,82	–	–	–
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>R\$ 618.070,52</b>	<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>R\$ 618.070,52</b>

Fonte: Elaboração própria, baseado em Fapesb, 2011.

As ações levadas a cabo nesse ano conseguiram assegurar a continuidade do programa, tanto por meio do edital que propiciou o apoio à inclusão socioprodutiva como também pela iniciativa inovadora na política de fomento, com o lançamento do edital de apoio à indicação geográfica, que abriu um novo horizonte para os produtores que trabalham coletivamente, agregando valor aos seus produtos.

#### 4.1.6 As ações de fomento no ano de 2012

##### 4.1.6.1 Edital 004/2012 – Apoio à Pesca e Aquicultura

A produção de pescado na Bahia é essencialmente artesanal, sendo caracterizada por uma frota pesqueira de pequeno porte. Esta frota é responsável por cerca de 80% (oitenta por cento) do total de pescado produzido no estado e emprega um grande número de trabalhadores, principalmente os de baixa renda e escolaridade. Este contingente corresponde a mais de 110 (cento e dez) mil pescadores, contando somente os cadastrados no Registro Geral da Pesca (RGP).

Atendendo a demandas identificadas pelo Comitê Gestor do Programa Vida Melhor, do governo do estado da Bahia, do qual a fundação é membro efetivo, e levando em conta que uma das principais ações do programa é o fortalecimento da cadeia produtiva da pesca e aquicultura no estado, a Fapesb procurou se articular com os vários segmentos da pesca e aquicultura do estado e com o órgão estadual específico, a Bahiapescas, no sentido de definir as principais linhas de apoio do que viria se tornar um edital voltado especificamente para o setor.

O edital insere-se no âmbito do Programa Vida Melhor – Oportunidade Para Quem Mais Precisa, do governo do estado da Bahia, que visa promover a inclusão social e produtiva de famílias com renda *per capita* de até meio salário-mínimo, por meio de ações de geração de trabalho e renda, no campo e na cidade.

O edital objetivou financiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e/ou transferência de tecnologias para a cadeia produtiva da pesca e aquicultura no estado da Bahia que pudessem contribuir, com soluções inovadoras, para a melhoria das condições de vida da população que vive da pesca. As propostas deveriam apresentar como característica principal o potencial de desenvolvimento e de transferência de tecnologias inovadoras para os segmentos da pesca artesanal e aquicultura familiar, capazes de promover a inclusão social e produtiva. As principais linhas temáticas e sublinhas do edital foram:

- Apoio ao desenvolvimento e à transferência de tecnologias sustentáveis, nos diversos elos da cadeia produtiva da pesca artesanal e aquicultura familiar;
- Resgate e valorização de técnicas tradicionais de produção pesqueira, adequadas às

espécies, culturas e regiões;

- Educação ambiental e desenvolvimento/adequação participativa de tecnologias de base ecológica voltadas à atividade de pesca artesanal e da aquicultura familiar;
- Capacitação e assessoramento para a autogestão de empreendimentos ligados à pesca artesanal e à aquicultura familiar;
- Promoção da saúde do trabalhador da pesca artesanal e da aquicultura familiar;
- Valorização do trabalho da mulher nas atividades ligadas à pesca artesanal, inclusive aquelas ligadas à mariscagem e aquicultura familiar;
- Inclusão digital e iniciação à informática aplicada à atividade produtiva de pescadores artesanais e aquicultores familiares;
- Apoio a iniciativas que promovam a melhoria da sanidade e agregação de valor aos produtos da pesca artesanal e aquicultura familiar;

As propostas são apresentadas por pesquisadores vinculados a Instituições de Ensino Superior e Instituições Científicas e/ou Tecnológicas (ICTs), públicas e privadas, sem fins lucrativos e empresas e centros de pesquisa públicos localizados no estado da Bahia.

O resultado final foi a aprovação de dezoito projetos, que foram contemplados com recursos da ordem de R\$ 2,4 milhões.

**Tabela 10** – Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos apoiados pelo Edital 004/2012 – Apoio à Pesca e Aquicultura

Grande Área do Conhecimento	Área do Apoiada (A)	Apoiados (R\$)	Tipo de Instituição	de Apoiados (A)	Apoiados (R\$)
Ciências Agrárias	9	R\$ 213.016,57	Universidade Federal	13	R\$1.755.304,20
Ciências Biológicas	3	R\$ 348.368,64	Universidade Estadual	4	R\$ 505.635,20
Ciências da Saúde	2	R\$ 350.737,31	Eipe- Empresa/Inst. Pública	1	R\$ 163.600,00
Ciências Humanas	1	R\$ 176.768,00	–	–	–
Ciências Sociais Aplicadas	2	R\$ 266.188,88	–	–	–
Engenharias	1	R\$ 69.460,00	–	–	–
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>R\$ 2.424.539,40</b>	<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>R\$ 2.424.539,40</b>

Fonte: Elaboração própria, baseado em Fapesb, 2012.



Apesar de lançado apenas um edital nesse ano, o balanço que se faz é positivo, em função da opção feita de concentrar os recursos em uma demanda social de grande relevância, evitando, assim, a pulverização e dispersão de recursos e esforços em ações menores.

#### **4.1.7 As ações de fomento no ano de 2013**

##### **4.1.7.1 Edital 012/2013 – Apoio à Pesquisa em Segurança Pública**

O apoio à pesquisa em segurança pública é outro exemplo de fomento em tema específico, em área estratégica, que merece especial atenção do estado na promoção de políticas públicas. O crescimento da violência e da criminalidade e a inserção de novas tecnologias de prevenção e combate ao crime, principalmente nos grandes centros urbanos, demandam de toda a sociedade uma intervenção qualificada de pesquisa, envolvendo o meio acadêmico e profissionais da área.

A Fapesb, assim, deu continuidade à parceria com a Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia ao fomentar projetos de pesquisa aplicada que visassem o desenvolvimento de tecnologias inovadoras na área de segurança pública e que de fato demonstrassem potencial de aplicabilidade de resultados, a fim de contribuir para a resolução de problemas na área de segurança pública do estado da Bahia, objetivo do edital.

Nesse edital foi constituído um grupo de trabalho integrado por gestores da Fapesb e da SSP, por meio do qual se levantou as principais demandas da área e se definiu as linhas temáticas prioritárias a serem incorporadas à minuta. Também foram incluídas no edital linhas temáticas sugeridas pelo Ministério Público do Estado da Bahia relacionadas a pesquisas que possibilitassem o desenvolvimento de estratégias e ferramentas para o aprimoramento dos sistemas prisional, socioeducativo, manicomial e demais instituições afins, visando o enfrentamento às violações dos direitos humanos, bem como o apoio a tecnologias sociais para prevenção da violência em grupos vulneráveis, a exemplo de crimes de intolerância de gênero, de orientação sexual, étnica e religiosa. A chamada pública resultou no apoio a oito projetos e somou recursos de R\$ 760 mil.

**Tabela 11** – Áreas de conhecimento, recursos e instituições dos projetos apoiados pelo Edital 012/2013 – Apoio à Pesquisa em Segurança Pública

Grande Conhecimento	Área do Apoiada (A)	Apoiados (R\$)	Tipo de Instituição	Apoiados (A)	Apoiados (R\$)
			Universidade federal	1	R\$ 70.268,68
Ciências Exatas e da Terra	1	R\$ 137.400,00	Universidade estadual	2	R\$ 228.340,00
Ciências Sociais Aplicadas	6	R\$ 457.995,28	Universidade particular	1	R\$ 63.063,20
Engenharias	1	R\$ 170.693,05	Centro de pesquisa	4	R\$ 404.416,45
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>R\$ 766.088,33</b>	<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>R\$ 766.088,33</b>

Fonte: Elaboração própria, baseado em Fapesb, 2011.

O lançamento de apenas um edital em 2013, apesar de outras ações engatilhadas e prontas para serem executadas, não se deveu a uma simples escolha, mas refletiu a situação conjuntural de dificuldades pela qual o estado da Bahia passou nesse ano. O governo do estado impôs, pelo Decreto de julho de 2013, um contingenciamento que acabou por determinar cortes em ações previstas para serem executados ainda nesse ano, atingindo as dotações orçamentárias de manutenção de projetos e de atividades finalísticas de todos os órgãos, autarquias e fundações vinculados ao Poder Executivo. Dessa forma, por imposição da realidade, teve que se optar pelo lançamento do edital que contava com a menor dotação orçamentária prevista.

Até o momento, apresentamos aqui todos os dados das ações e editais referentes ao período 2007-2013 e seus resultados, e daqui por diante iremos fazer uma discussão mais pormenorizada dessas ações no período em análise.

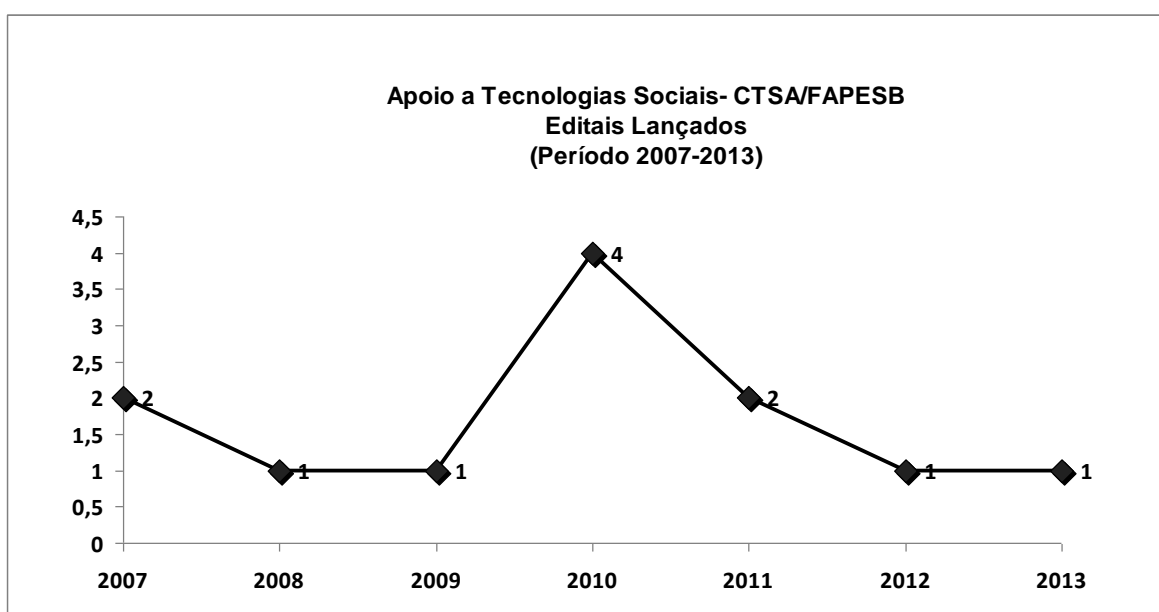
#### 4.2 ANÁLISE DESCRITIVA DAS AÇÕES DA COORDENAÇÃO DE APOIO ÀS TECNOLOGIAS SOCIAIS E AMBIENTAIS, AO LONGO DO PERÍODO 2007-2013

A partir do estudo realizado, referente às ações vinculadas ao Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais no âmbito da Diretoria de Inovação da Fapesb, sob a gestão da Coordenação de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais e executadas no recorte temporal estabelecido pela pesquisa, no período compreendido entre o ano de 2007 e 2013, foi possível identificar um expressivo avanço na implementação dessa política pública.

No período analisado, foram lançados doze editais, que resultaram em um total de 181

(cento e oitenta e um) projetos submetidos que receberam apoio financeiro. Analisando a evolução do fomento no tempo, verificamos, conforme demonstrado abaixo no GRÁFICO 1, que o ano de 2010 foi aquele em que se registrou o maior número de Editais lançados, um total de 04 (quatro). Isso se deveu às parcerias firmadas com outras instituições, na esfera de governos estadual (Convênio com a SETRE e a SEMA) e federal (Convênio com o MDA), que permitiram a ampliação tanto do número de chamadas públicas quanto dos valores aportados naquele ano.

**Gráfico 1** – Total de editais lançados

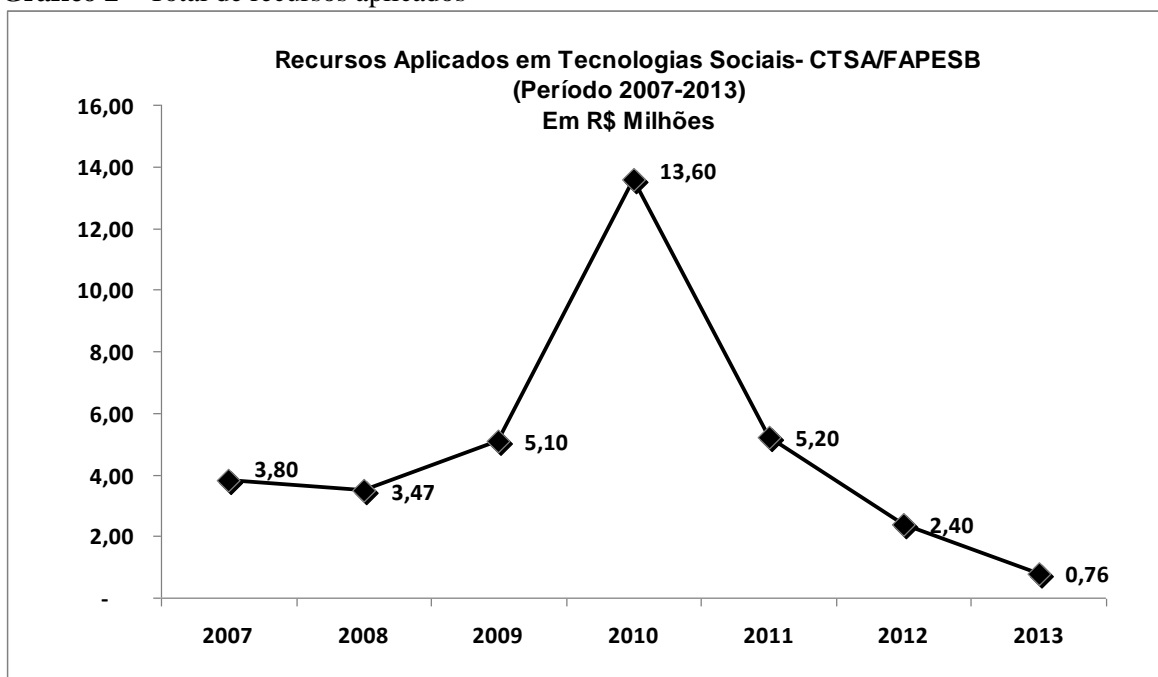


Fonte: Elaboração própria, baseado em Fapesb.

Os recursos financeiros disponibilizados para a contratação dos projetos aprovados nos editais nesse intervalo de tempo somaram **R\$ 34.460.516,52 (trinta e quatro milhões quatrocentos e sessenta mil, quinhentos e dezesseis reais e cinquenta e dois centavos)**, conforme demonstrado no GRÁFICO 2. Esses recursos, de forma geral, evoluíram em escala crescente ao longo do período, tendo seu ápice no ano de 2010, conforme observação relatada no GRÁFICO 1, fruto de parcerias firmadas com outras instituições que aportaram recursos significativos no ano de 2010. A partir desse ano, os recursos disponibilizados em 2011 retornam ao patamar de 2009, cerca de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), aportados em dois editais, por meio de recursos próprios do orçamento da Fapesb. No ano de 2012, apesar de lançado apenas um edital, os valores disponibilizados foram significativos, em função da opção política de concentrar os recursos em uma demanda social de grande relevância, como é o segmento da pesca e aquicultura. Já no ano de 2013, último ano de

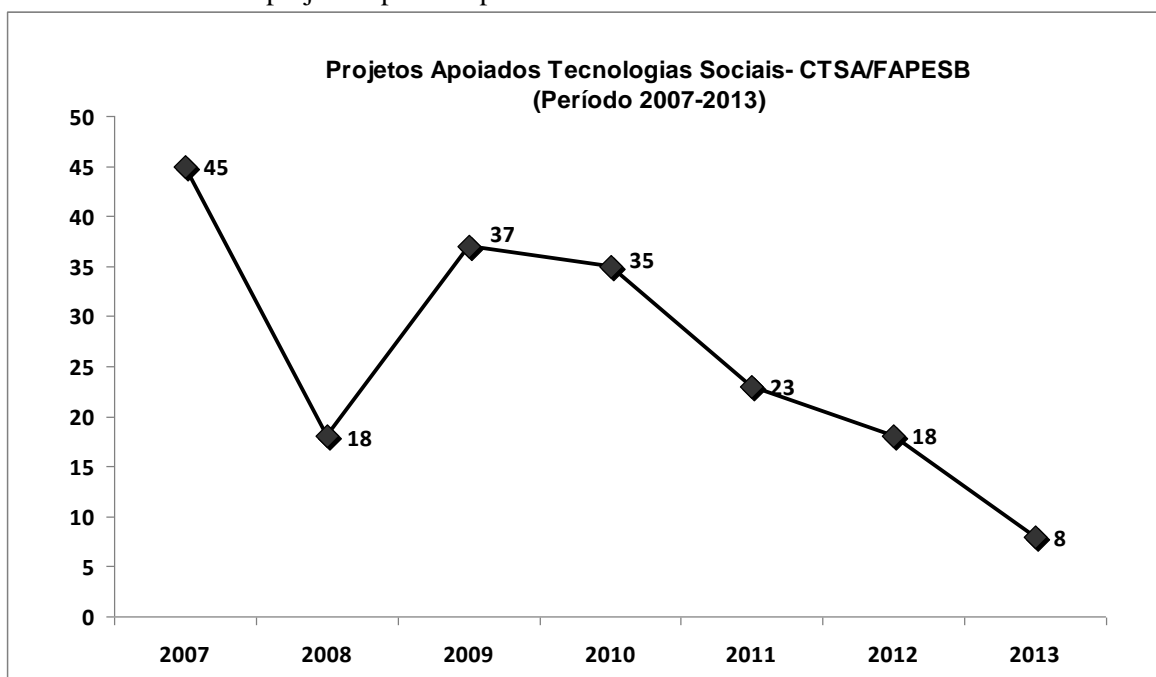
análise do estudo de caso, identifica-se uma drástica redução do fomento, não chegando à casa dos oitocentos mil reais, resultado das dificuldades orçamentárias e financeiras do governo do estado, e do contingenciamento que foi aplicado nas ações previstas para serem executadas naquele ano.

**Gráfico 2** – Total de recursos aplicados



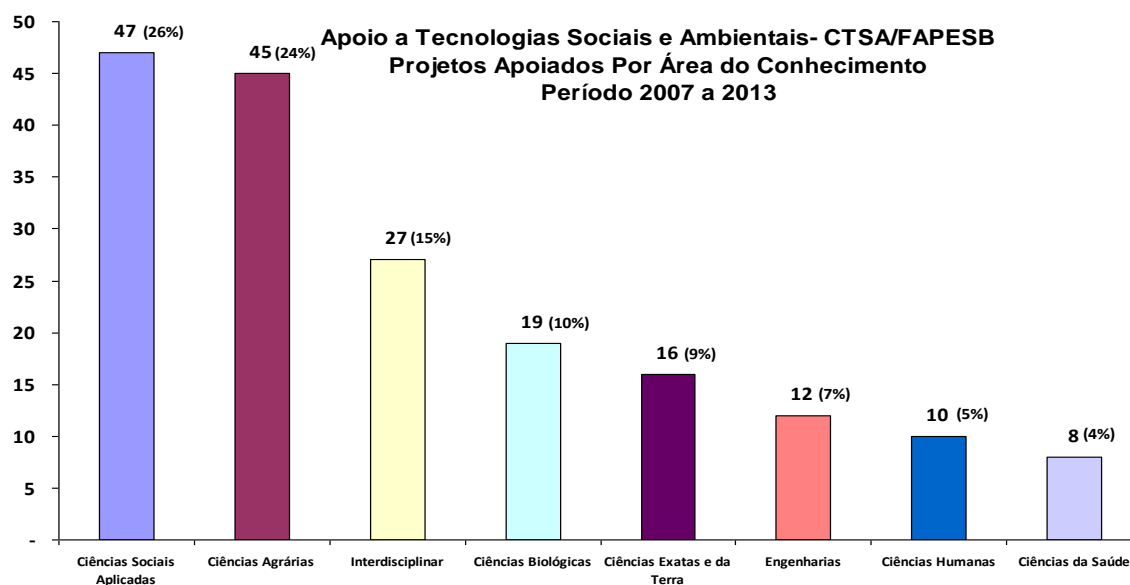
Fonte: Elaboração própria, baseado em Fapesb.

Ao analisarmos o número de projetos apoiados, e demonstrados no GRÁFICO 3, temos a soma dos projetos apoiados por meio dos doze Editais, forma prioritária de contratação, de 181 (cento e oitenta, que, somados aos projetos especiais que também foram objeto de apoio, em número de 3 (três), o número final de projetos apoiados no período estudado perfaz um total de 184 (cento e oitenta e quatro) projetos. Os números estão demonstrados no GRÁFICO 3.

**Gráfico 3** – Total de projetos apoiados por ano

Fonte: Elaboração própria, a partir de Fapesb.

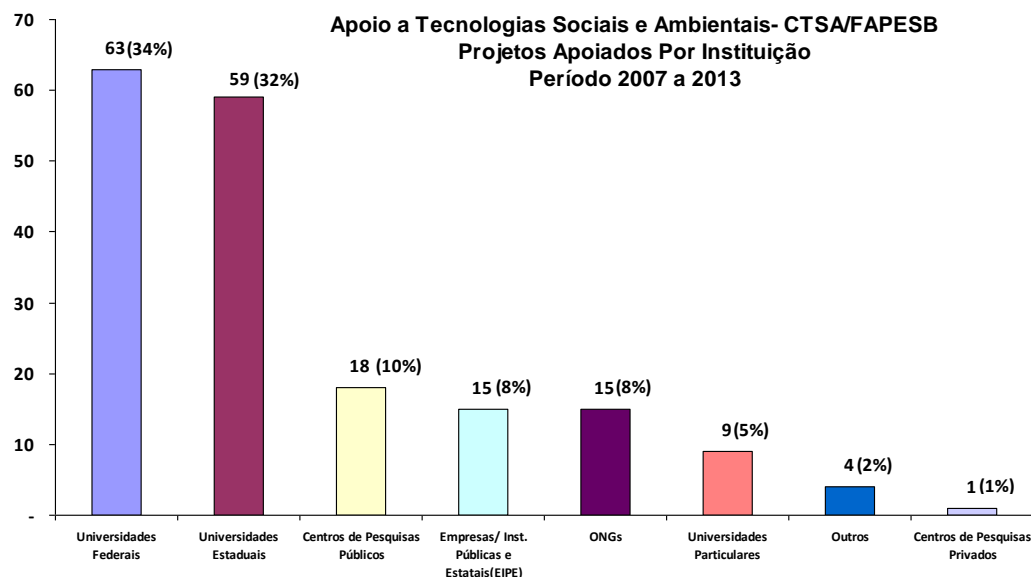
Os projetos apoiados estão ligados às mais diversas áreas do conhecimento, sendo que o maior número deles se vincula às áreas de Ciências Sociais Aplicadas (47); Ciências Agrárias (45); Interdisciplinar (27) e Ciências Biológicas (19). Na outra ponta, ainda temos projetos nas áreas de Ciências Exatas e da Terra (16); Engenharias (12); Ciências Humanas (10) e Ciências da Saúde (08), revelando a diversidade do aporte de conhecimento que o programa demandou e foi contemplado, o que é revelado no GRÁFICO 4 a seguir.

**Gráfico 4** – Total de projetos apoiados por área do conhecimento

Fonte: Elaboração própria, a partir de Fapesb.

Com relação ao tipo de instituição executora dos projetos, aquelas de vínculo dos pesquisadores/coordenadores, verifica-se também um quadro diversificado, contemplando instituições públicas, privadas e do terceiro setor, sendo que o predomínio é o das instituições públicas, com relativo equilíbrio entre as universidades federais (63) e as universidades estaduais (59), além da presença dos centros de pesquisas públicos (18) e empresas/instituições públicas e estatais (15); sendo que as demais se distribuem entre ONGs (15), universidades particulares (9), outros (4) e centro de pesquisa privado (1). Especialmente, verifica-se que houve um equilíbrio nessa distribuição dos recursos para os projetos, contemplando tanto a capital quanto o interior do estado.

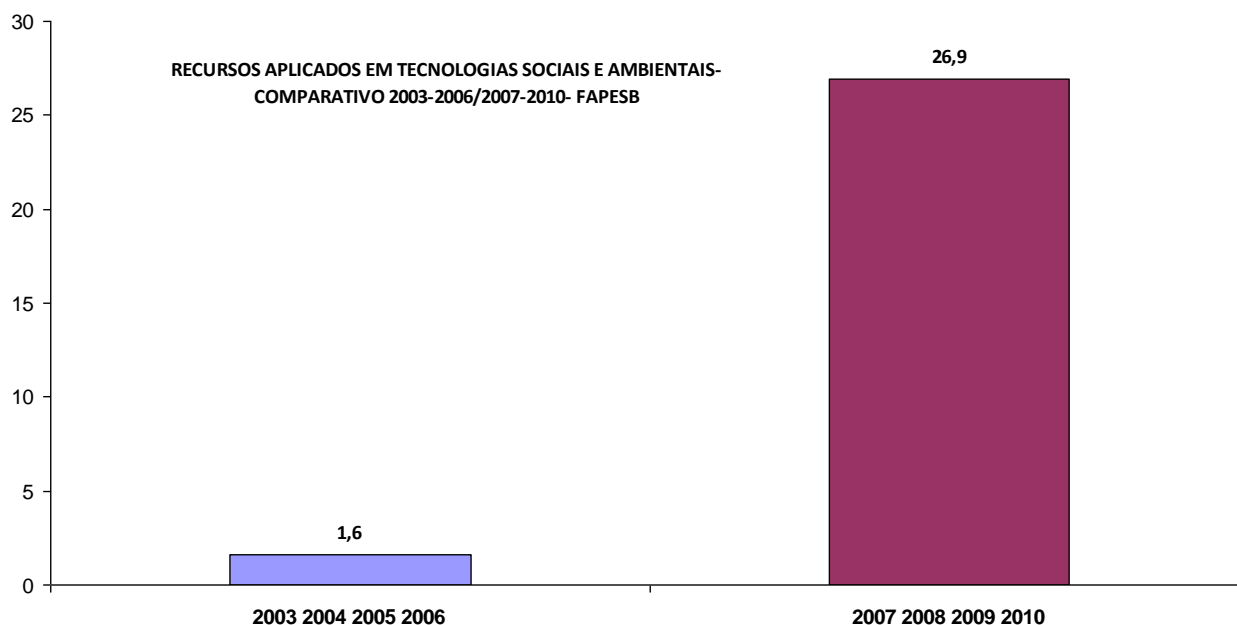
**Gráfico 5** – Total de projetos apoiados por instituição



Fonte: Elaboração própria, a partir de Fapesb.

## **RECURSOS APLICADOS NA ÁREA SOCIAL – COMPARATIVO ENTRE OS PERÍODOS 2003-2006 E 2007-2010**

Confrontando as informações do fomento à área social referentes aos quatro anos anteriores à instituição do programa (2003-2006), comparativamente aos quatro primeiros anos de vigência dele (2007-2010), registramos um salto expressivo em fomento no que tange à aplicação de recursos, saindo de um montante de **R\$ 1,6 milhão** no período 2003-2006 para um montante de **R\$ 26,9 milhões** no período 2007-2010, um incremento de quase dezessete vezes em relação ao período anterior, como demonstrado no gráfico a seguir (GRÁFICO 6).

**Gráfico 6** – Recursos aplicados na área social

Fonte: Elaboração própria, a partir de Fapesb.

### **RECURSOS APLICADOS: COMPARATIVO ENTRE O APOIO À ÁREA SOCIAL E À ÁREA EMPRESARIAL: PERÍODOS 2007-2013**

Do ponto de vista da análise e comparação dos recursos aplicados em duas das áreas de fomento contempladas na estrutura da Diretoria de Inovação – a área empresarial e a área social –, e levando em conta o mesmo período estudado por essa dissertação (2007-2013), o apoio a empresas somou um total de 120 (cento e vinte) projetos, perfazendo um valor total de R\$ 40.000.00,00 (quarenta milhões de reais), sendo que a área social foi contemplada com 184 (cento e oitenta e quatro) projetos, totalizando cerca de R\$ 34,5 milhões.

Chama a atenção a diferença em recursos no apoio à empresa aplicados em um menor número de projetos, comparando com um valor um pouco menor em recursos, porém, com um número maior de projetos apoiados na área social, no respectivo período.

### 4.3 ANÁLISE CRÍTICA DO PROGRAMA

O estudo de caso realizado permitiu o aprofundamento do conhecimento sobre a estrutura institucionalizada pela agência de fomento em CT&I para apoiar as tecnologias sociais e ambientais, bem como o potencial que apresenta o respectivo programa de atender aos seus objetivos de servir como instrumento de política pública de inclusão e desenvolvimento social, por meio e a partir dos resultados de suas pesquisas e projetos. Assim, fazemos um balanço dos aspectos mais relevantes encontrados nos estudos, que consideramos separadamente, analisando o processo da estrutura e da gestão, e o programa em si. Do ponto de vista do balanço final das atividades da CTSA, no período compreendido entre a sua efetiva implantação, no ano de 2007, até o ano de 2013, e tendo como objeto de análise o Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais, temos a considerar:

#### 4.3.1 Quanto à estrutura organizacional e ao processo de gestão

Com relação a sua estrutura organizacional, constata-se que a institucionalização da Coordenação de Apoio às Tecnologias Sociais pela Fapesb traduziu a compreensão da organização sobre a importância dessa área e possibilitou a construção e implementação do Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais, enquanto política pública específica. Essa estrutura e a experiência adquirida nessa trajetória sinalizam positivamente para uma evolução no sentido de mostrá-la relevante e abrangente no que tange aos projetos e ações implementadas, contribuindo para a consolidação da estrutura organizacional que dá suporte a essas ações.

Em relação à gestão, foram adotados e implementados medidas e procedimentos que possibilitaram a melhoria de processos internos, no âmbito da DI e da CTSA, tais como:

- Aperfeiçoamento do processo de elaboração de editais e chamadas públicas, incluindo articulação e discussão com diferentes atores e a construção e consolidação de parcerias, resultando na construção conjunta de ações;
- Promoção de ações que resultaram em ajustes e aperfeiçoamento dos instrumentos de submissão de projetos por parte dos pesquisadores;
- Aperfeiçoamento do processo de avaliação *ex-ante* dos projetos submetidos aos editais, mediante mudanças implementadas nas fichas de avaliação, levando em



conta sugestões de pesquisadores, consultores *ad hoc* e envolvendo consulta à Câmara de Inovação;

- Implementação de mudanças organizacionais internas, aperfeiçoando o atendimento aos pesquisadores e aos beneficiários dos projetos;
- Incremento da eficiência e eficácia no trâmite e processamento das solicitações dos pesquisadores, reduzindo o tempo de tramitação dos processos;
- Embora não sendo objeto da pesquisa, a avaliação *ex-post*, o estudo identificou que houve fatores que devem contribuir para a melhoria desse processo, a exemplo da obrigatoriedade da contratação de especialistas para proceder a avaliação externa dos Relatórios Técnicos parciais e finais dos projetos apoiados pela fundação.

#### **4.3.2 Quanto ao programa: Análise do alinhamento das ações da CTSA com as políticas públicas de inclusão social em nível federal e estadual**

Com relação às parcerias com outras instituições na esfera governamental, chama a atenção aquelas firmadas pela coordenação em níveis federal e estadual, nas quais se buscou garantir o alinhamento das políticas específicas com os programas e ações voltados para a inclusão social desses outros entes federativos.

Em nível federal, foi estabelecido um termo de convênio que permitiu a execução de uma parceria que resultou no lançamento de um edital voltado para a pesquisa e transferência de conhecimento para a agricultura familiar do estado, traduzida em ações de assistência técnica e extensão rural. Esse convênio resultou no Edital Ater-Pacto Federativo/2010, naquele que ficou marcado como o edital que disponibilizou o maior volume de recursos dentre todos aqueles lançados no período estudado.

Em nível estadual, as parcerias mais frutíferas foram aquelas firmadas com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes do Estado da Bahia – Setre –, responsável pela política de apoio à economia solidária no estado, e os convênios firmados serviram de base para o lançamento dos dois editais específicos voltados para a incubação de empreendimentos econômicos solidários, traduzindo o alinhamento em nível de estado com uma das suas mais importantes políticas públicas, destacando-se como alternativa inovadora de geração de trabalho e renda e como uma resposta em favor da inclusão social. Outra parceira importante a se ressaltar nesse nível foi aquela firmada com a Sema – Secretaria

Estadual do Meio Ambiente –, na qual se apostou em ações de apoio à adoção de tecnologias para a inclusão social que tivessem como centro a sustentabilidade ambiental, por meio do Edital de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Ambientais. A outra parceria a ser pontuada foi a estabelecida com o Funcep, que permitiu o apoio a ações de combate à pobreza no semiárido baiano, por meio de um único edital.

Baseado na etapa empírica, pode-se observar que o programa analisado apresenta aspectos de estímulo e fortalecimento do processo de inovação voltado para a inclusão social em nosso estado, bem como do incentivo às ações e atividades de desenvolvimento e transferência de tecnologia para a sociedade baiana, envolvendo a academia e outras instituições produtoras de conhecimento, fortalecendo essa interação. O programa teve também o potencial de consolidar o sistema de inovação do estado, vinculando-o a ações e soluções concretas para problemas da sociedade, notadamente aquelas relacionadas à área de inclusão social. Entre os diversos avanços obtidos por meio da implementação do programa, consideramos alguns de maior relevância:

- Contribuiu para o fortalecimento das políticas públicas de estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, em nível nacional e estadual;
- Contribuiu para o fortalecimento da política de CT&I, por meio do aumento expressivo de recursos orçamentários e financeiros direcionados à área social, em números absolutos e em comparação ao período anterior;
- Contribuiu para o estabelecimento de parcerias interinstitucionais, ao favorecer a aproximação que resultou em ações conjuntas envolvendo a Fapesb e outras instituições e atores, em níveis federal e estadual, como MDA, Setre, SSP, Sema, Sebrae, Funcep, Casa Civil, e outras;
- Contribuiu para promover a aproximação entre a academia e a sociedade, pelo desenvolvimento dos projetos de tecnologia social, o que permitiu uma efetiva interação entre a comunidade acadêmica e os atores sociais;
- Contribuiu, secundariamente, a partir do fomento aos projetos de TS, com o fortalecimento da infraestrutura de pesquisa das IES e ICTs baianas;
- Propiciou a execução de projetos de transferência de tecnologia para grupos associativos e produtivos, nos ambientes urbano e rural;
- Propiciou a reaplicação de diversas tecnologias sociais, desenvolvidas em interação com comunidades dos mais diversos territórios de identidade do estado da Bahia, gerando efetivas transformações sociais.

## **SUGESTÕES PARA O APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO E DO PROGRAMA NA FAPESB**

- Estabelecer planejamento que permita o lançamento dos editais em período que possibilite que o processo de avaliação e contratação sejam realizados de forma a garantir o pagamento da primeira parcela no ano da contratação
- Aperfeiçoar e ajustar a gestão do fluxo de repasse dos recursos aos projetos aprovados nos editais, tanto na primeira parcela quanto nas parcelas subsequentes, evitando atrasos e a conseqüente descontinuidade das atividades de pesquisa;
- Reestruturar o setor de Tecnologia da Informação da fundação, condição fundamental para propiciar um aperfeiçoamento dos processos internos de gestão e um melhor acompanhamento das atividades dos gestores e dos pesquisadores;
- Buscar estabelecer parcerias com instituições de fora da Bahia, que possam aportar novos conhecimentos em parceria com instituições de pesquisa baianas;
- Melhorar a infraestrutura geral disponível, a exemplo de veículos e equipamentos de registro, para que os gestores possam acompanhar mais de perto, *in loco*, o desenvolvimento dos projetos.

## **ANÁLISE CRÍTICA DO PROGRAMA E SUGESTÕES PARA O APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA E DO PROGRAMA DE APOIO ÀS TECNOLOGIAS SOCIAIS E AMBIENTAIS**

Muito embora a avaliação feita ao final da pesquisa revele a conquista de muitos avanços, que se refletiram na consolidação da CTSA e do programa, constata-se que persistem ainda alguns desafios que devem ser enfrentados, para que as políticas de apoio à inovação socioambiental sejam cada vez mais efetivas e eficazes. Do ponto de vista da gestão da CT&I no estado da Bahia, avaliamos que esta se ressentir da falta de uma política mais ampla por parte do governo e da sua secretaria específica, que se reflete na ausência de um planejamento estratégico que consiga dar as diretrizes quanto às linhas e áreas estratégicas a serem priorizadas e implementadas. Essa ausência de formulação por parte de quem tem a tarefa de

liderar, elaborar e pensar a ciência e a tecnologia no estado se reflete na falta de articulação com a Fapesb e demais secretarias e com os atores ligados ao segmento da ciência e tecnologia do estado, sem falar na comunidade beneficiária dessas políticas, que deveria ser ouvida e ter levantadas suas demandas. Apesar do esforço empreendido pela Fapesb na implementação do programa, muitas dessas ações poderiam ser melhor apoiadas se essa articulação fosse efetiva e constante. Quando se trata da área das tecnologias sociais, esse problema se agrava, na medida em que se identificou que já existiu uma experiência com uma diretoria da Secti, nos primeiros anos do programa, que liderava e provocava no estado articulações e discussões sobre o tema, chegando a promover vários encontros regionais para discutir as tecnologias sociais e as formas de mantê-las em evidência enquanto política pública na agenda e no ambiente de governo, iniciativa essa que se perdeu nos últimos anos.

Podemos inferir que tal situação se deveu, entre outros aspectos, às frequentes mudanças que ocorreram na cúpula da secretaria nos últimos sete anos, que chegou a um número de cinco secretários ocupando o posto de comando, gerando com isso uma alta rotatividade nos cargos de direção, implementação e acompanhamento das políticas, o que levou a um processo de descontinuidade administrativa e de gestão, com inevitável perda de memória institucional.

Os recursos aplicados nas ações do programa, apesar de relevantes e de certa monta – quando comparados com os aplicados na área social antes da implementação do programa – revelaram-se ainda insuficientes para atender às necessidades da sociedade baiana via comunidade científica, uma vez que a demanda bruta dos editais, via de regra, foi sempre superior ao disponibilizado pelas chamadas públicas. No âmbito do programa, constata-se uma pulverização de oferta de editais, envolvendo temas diversos e ao mesmo tempo pontuais, talvez refletindo esse quadro mais geral analisado, o que nos leva a levantar a questão de que se não seria mais adequado concentrar os esforços e recursos disponíveis em problemas específicos e concretos demandados pela sociedade e governo, a partir dessa articulação mais ampla, resultando numa agenda consistente e no planejamento estratégico que orientará nossas ações.

Outra necessidade é repensar e rediscutir o plano estadual de Ciência e Tecnologia, elaborado em 2010, que já dá mostras da urgência em se promover discussões visando a sua atualização, à luz das novas demandas do País e do estado.

Por outro lado, apesar dos avanços constatados na implementação da política pública analisada, observa-se também que a abrangência deste fomento é ainda muito reduzida

quando comparada aos indicadores sociais do estado da Bahia. A título de ilustração, o semiárido baiano ocupa cerca de 70% da área do estado, onde estão situados 265 municípios e reside quase metade da população, sendo a região a mais pobre e desassistida da Bahia (SEI, 2010). Na área rural, a cobertura de esgoto sanitário alcança menos de 20% das residências. Na educação, a taxa de analfabetismo, segundo o governo, era de 17,3% em 2008 (IBGE, 2010). A Bahia é o estado que tem mais beneficiários do Bolsa Família, com 42,7% da sua população, tendo 1,8 milhão de famílias atendidas, estas com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 77 mensais (MDS,2014).

Esses são problemas que demandam ações dos poderes públicos, no curto e médio prazos, sendo que as ações de ciência e tecnologia, particularmente as tecnologias sociais que, por suas características de baixo custo, fácil reaplicação e participação comunitária, podem servir de importante instrumento para concretizar políticas públicas de inclusão social e superação da pobreza e da miséria, daí a necessidade da manutenção e do incremento dos investimentos nesta linha de fomento.

Necessário registrar a importância, para o processo de avaliação *ex-post*, de se proceder ao levantamento e construção de indicadores de avaliação que possam revelar a natureza específica de projetos sociais, informações essas que deverão ser incluídas nos modelos de Relatórios Técnicos parciais e finais dos projetos.

Na análise da evolução do financiamento dos editais da Fapesb ao longo do período, registrou-se um decréscimo nos anos de 2012 e 2013, fugindo à média de dois editais lançados por ano no período 2007-2010, sendo que naqueles anos foram lançados apenas um edital em cada ano; 2013 representou o menor investimento em um só ano, não chegando a R\$ 800.000,00. Mesmo considerando a existência do contingenciamento legal no ano de 2013, o apoio nesse montante e o fato de somente um edital ter sido lançado compromete a afirmação de prioridade que a área social tem, como propagado pelo governo do estado. Os recursos para a área social devem ser garantidos em volume robusto, como sinal do compromisso da Fapesb com a política mais geral de inclusão social, alinhada com a política central do estado da Bahia.

## **SUGESTÕES E CONTRIBUIÇÕES GERAIS PARA A REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE CT&I**

- Retomada pela Secti do papel de liderança na formulação e condução da Política de CT&I no estado;
- Criação de uma carreira pública de gestor em ciência em tecnologia em âmbito estadual, como forma de garantir recursos humanos qualificados para as atividades de estado de CT&I, possibilitando a continuidade e estabilidade das ações no âmbito da Secti e da Fapesb;
- Estabelecer diálogo com os atores sociais envolvidos com a CT&I, criando mecanismos de consulta que possam ser institucionalizados, envolvendo associações de trabalhadores, produtores rurais, empresários e todo ator que possa demandar políticas públicas de CT&I;
- Articular as instituições de ciência e tecnologia do estado da Bahia, bem como a comunidade de pesquisa, no esforço de retomar o status da importância da Política de CT&I no âmbito das políticas públicas do estado;
- Debater com os atores governamentais a necessidade de se estabelecer conexões e ações transversais em áreas estratégicas como saúde, educação, segurança pública, recursos hídricos, meio ambiente, infraestrutura etc.
- Estimular e incorporar as ICTS e IES baianas, principalmente se levarmos em conta a instalação de três novas universidades federais no interior do estado, no esforço de produção de conhecimento científico e tecnológico voltados para a inclusão socioproductiva, no ambiente urbano e rural, na área da economia solidária e por meio das tecnologias sociais;
- Colocar no centro da política de CT&I ações que apontem para a redução das desigualdades sociais e regionais do estado da Bahia, contemplando tanto a competitividade quanto as ações de inclusão social, estas garantidas por meio do estado;
- Ampliar e aprofundar parcerias com instituições que sejam relevantes para o desenvolvimento da CT&I baiana, em níveis local e nacional, que possibilitem o aporte de conhecimento e de recursos em projetos baianos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E LIMITES DO ESTUDO: DIFICULDADES E DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS POR UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL**

A criação da Diretoria de Inovação (DI) foi, no âmbito das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) no Brasil, uma das primeiras experiências de institucionalização do trabalho de apoio à inovação na forma de uma diretoria específica. O mesmo se deu com a criação da Coordenação de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais (CTSA).

Tratou-se de um enorme desafio a superação das dificuldades iniciais, próprias da implementação de novas políticas de inovação organizacional, ainda mais em se tratando do setor público. Essas dificuldades se refletiam inicialmente nas carências materiais, orçamentárias, financeiras e na ausência de recursos humanos qualificados e em número suficiente para compor um quadro de gestores capazes de atender às novas demandas e políticas.

Embora a Fapesb já viesse apoiando algumas ações de fomento à inovação tecnológica antes da instituição da Diretoria de Inovação, a criação desta estrutura exigiu à época um rearranjo organizacional, com a institucionalização de novas estruturas, funções e cargos necessárias para a implementação das novas ações e da política específica para a área de tecnologia e inovação.

As ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais têm o propósito de contribuir com aqueles que vivem à margem da sociedade, por meio da transferência e da apropriação do conhecimento, contribuindo, assim, para a melhoria das condições de vida do enorme contingente de baianos que lutam para construir, por meio do seu trabalho, uma forma digna e decente de se viver. A política pública de apoio às tecnologias socioambientais da Fapesb, implementada pelo Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais, volta-se não apenas para o desenvolvimento e a geração de trabalho, emprego e renda, mas também para que esse desenvolvimento e a inclusão social decorrente deste processo se dê de forma sustentável, nos aspectos econômico, ambiental e social.

Os dados obtidos com o presente estudo permitem afirmar que o processo de institucionalização da política de apoio às tecnologias sociais e os resultados alcançados pelo programa de apoio às tecnologias sociais e ambientais implementados na Fundação de

Amparo à Pesquisa do estado da Bahia foram bem-sucedidos até o momento. A análise dos editais e ações implementadas pelo programa nos mostra que o apoio é, ao mesmo tempo, abrangente e específico, contemplando demandas mais gerais e outras que não têm visibilidade. As mais diversas áreas do conhecimento foram objeto de apoio, bem como um amplo leque de instituições contempladas com recursos, englobando as públicas e privadas, com destaque para as primeiras. Os recursos aplicados no fomento cresceram significativamente, ano a ano, exceto em período de contingenciamento orçamentário, com destaque para aqueles períodos em que se formaram parcerias com outras instituições. Na distribuição espacial do fomento, registra-se também que foi bastante diversificado, contemplando projetos vinculados e executados em instituições presentes em praticamente todos os territórios de identidade do estado da Bahia. No tocante à estrutura e à política específica de fomento às tecnologias socioambientais na organização, a avaliação é a de que se encontram consolidadas, como mostram os números internos, quando comparados com o apoio dispensado à área empresarial, praticamente situados no mesmo patamar no período estudado. Do ponto de vista da identificação de problemas no percurso da execução do programa até aqui, consideramos que o estudo gerou insumos que contribuem para a melhoria dos processos e ações do Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais.

As tecnologias sociais e as políticas públicas guardam características comuns, por atenderem demandas da sociedade e envolverem atores públicos e privados resultantes de interações da sociedade. Ao promoverem o desenvolvimento e a sustentabilidade social, econômica e ambiental, as tecnologias sociais contribuem para fortalecer a participação social, possibilitando a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda. Um elemento central dessa relação entre políticas públicas e tecnologias sociais, a nosso ver, deve ser o de garantir a participação efetiva da sociedade em geral e das comunidades beneficiárias no seu processo de construção e/ou apropriação.

## **LIMITES DO ESTUDO**

Mesmo considerando todos os dados e elementos arrolados e discutidos nesta dissertação e que indicam a consolidação do programa, ressaltamos que o presente estudo apresenta alguns limites, que devem ser levantados e apontados, no sentido de permitir uma avaliação que garanta uma visão geral cientificamente embasada. O primeiro limite refere-se à



não identificação, em nível de Brasil, de um programa equivalente que pudesse servir de comparação com as ações do programa e do estudo de caso. Outra limitação é o fato de não ter sido feita uma avaliação de impactos do programa em sua plenitude, com a ressalva de que não era este o objetivo do estudo, de modo a avaliar a sua efetividade com base no inicialmente proposto. Da mesma forma, assumimos uma limitação decorrente de que o estudo de caso foi descrito e analisado pelo coordenador do programa, o que traz vantagens por um lado, mas não elimina por completo um inevitável viés subjetivo no conjunto das conclusões do estudo.

Consideramos que, neste contexto demonstrado pela dissertação, as tecnologias sociais podem se constituir em alternativas de efetivas políticas públicas para o estado da Bahia, especialmente por meio do programa específico implementado pela Fapesb, instituição de fomento objeto do estudo, em parceria com outras instituições e atores, enfrentando problemas sociais de grande relevância presentes ainda no nosso estado.

Finalmente, a conclusão é a de que os resultados alcançados até aqui confirmam que o programa, apesar dos percalços e dificuldades enfrentados no decorrer dessa trajetória, tem cumprido os objetivos de ser uma política pública que promove a inclusão social por meio da utilização das tecnologias sociais. Ao mesmo tempo, sinaliza grandes desafios a serem trabalhados, com vistas ao aperfeiçoamento do programa atual e a continuidade do processo de construção de novas políticas de CT&I para a inclusão socioambiental no estado.

*Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras;  
o que importa é modificá-lo.  
– Karl Marx*

## REFERÊNCIAS

ANDION, Carolina. Inovação social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p.98-102.

ANDREASSI, Tales. **Gestão da Inovação Tecnológica**. Coleção Debates em Administração. Thompson, São Paulo, 2007.

BAHIA. Lei nº 7.888, de 27 de agosto de 2001. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb, altera a estrutura da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/ BA, 28 ago. 2001.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 91.146, de 15 de março de 1985. Cria o Ministério da Ciência e Tecnologia e dispõe sobre sua estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15. mar. 1985.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.089, de 02 de janeiro de 2002. Aprova o Estatuto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 3 jan. 2002a.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 001/2002, de 31 de janeiro de 2002, do Conselho Curador. Aprova o Regimento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - Fapesb. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 20 fev. 2002c.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.897, de 17 de dezembro de 2003. Cria a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, introduz modificações na estrutura da Administração Pública Estadual e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 18 dez. 2003.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 001/2006, de 13 de julho de 2006. Aprova o Regimento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 02 ago. 2006b.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 003/2005, de 14 de janeiro de 2005. Aprova o Regimento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 15 abr. 2005b.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 10.065, de 01 de agosto de 2006. Homologa a Resolução 001/2006 do Conselho Curador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 2 ago. 2006a.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.155, de 19 de fevereiro de 2002. Homologa a Resolução 001/2002 do Conselho Curador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia- Fapesb. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 20 fev. 2002b.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.216, de 26 de junho de 2006. Altera a Lei nº 7.888, de 27 de agosto de 2001, que instituiu a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia- Fapesb, e dá outras

providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 27 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.399, de 14 de abril de 2005. Homologa a Resolução nº 003/2005 do Conselho Curador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 15 abr. 2005.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008. Dispõe sobre o Plano Plurianual Para o Período 2008/2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8. abr. 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. **Relatório de gestão 2003/2006**. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. Salvador: Secti, 2006.

BARROS, Larissa; MIRANDA, Isabel. O papel das redes sociais para a construção e o compartilhamento do conhecimento em Tecnologias Sociais. In: **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010. 98 p.

BAVA, Silvio Caccia. Tecnologia Social e desenvolvimento local. In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p.103.

BAZZO, Walter Antonio; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto. Ciência e tecnologia: transformando a relação do ser humano com o mundo. SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR. 9., 2005 Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: UEL, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n3/17453.pdf>. Acesso em: 15/ago/2014.

\_\_\_\_\_; LINSINGEN, I. V.; PEREIRA, L. T. V. **Introdução aos estudos CTS. 1. ed.** Madri: Organização dos Estados Ibero-americanos, 2003, 170 p.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.47, n.1, p.3-14, jan./abril, 2011.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Por uma mirada ao revés nas políticas públicas: apresentação de um percurso de pesquisa. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL. Territórios em Movimento: Caminhos e Descaminhos da Gestão Social e Ambiental. 7., 2013, Belém. **Anais...** Belém, 27 a 29 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p.144-148.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3. dez. 2004 e retificado em 16. Mai. 2005.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e

tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13. out. 2005.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado 111/2011. Institui a Política Nacional de Tecnologia Social. **DSF**, 25. Mar. 2011. Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/atividade/Materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=99555](http://www.senado.leg.br/atividade/Materia/detalhes.asp?p_cod_mate=99555)>. Acesso em: 10.jun.2014. Texto Original.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Plano de Ação 2007-2010**. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional Investir e inovar para crescer. Disponível em: [http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0021/21439.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0021/21439.pdf).

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia. Ciência. Tecnologia numa Sociedade Democrática. **Relatório Geral 1985**. Disponível em: [http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0221/221792.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0221/221792.pdf). Acesso em: 4/mai/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação**. Resultado da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Disponível em: [http://www.cgee.org.br/arquivos/livro\\_branco\\_cti.pdf](http://www.cgee.org.br/arquivos/livro_branco_cti.pdf). Acesso em: 10/mai/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional. **Plano de Ação 2007-2010/Documento Síntese**. Disponível em: [http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0203/203406.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0203/203406.pdf). Acesso em 11/mai/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável** – Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/livroAzul\\_digital\\_18jan2011.pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/livroAzul_digital_18jan2011.pdf). Acesso em 13/mai/2014.

CALDAS, M. Podem Estudos Organizacionais feitos na América Latina ser Relevantes? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL “ANÁLISE DE ORGANIZAÇÕES: PERSPECTIVAS LATINAS”, 2, 2003, Salvador. **Anais...** Salvador – BA, 2003.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

CONDE, Mariza Velloso Fernandez; ARAÚJO-JORGE. Tânia Cremonini. de. Modelos e concepções de inovação: a transição de paradigmas, a reforma da C&T brasileira e as concepções de gestores de uma instituição pública de pesquisa em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 3, p. 727-741, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n3/17453.pdf>. Acesso em: 15/ago/2014.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: IG/Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_ et al. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p.15-64.

\_\_\_\_\_. **Um Debate sobre a Tecnociência: neutralidade da ciência e determinismo tecnológico.** Disponível em: [http://www.ige.unicamp.br/site/aulas/138/UM\\_DEBATE\\_SOBRE\\_A\\_TECNOCIENCIA\\_DA\\_GNINO.pdf](http://www.ige.unicamp.br/site/aulas/138/UM_DEBATE_SOBRE_A_TECNOCIENCIA_DA_GNINO.pdf). Acesso em: 14/ago/2014.

DOWBOR, Ladislau. Tecnologia social In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org). **Dicionário para a formação em gestão social.** Salvador: CIAG/UFBA, 2014. p.169-171.

EASTON, David (Org.). **Modalidades de Análise Política.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970. (Capítulo 7)

FARIA. Carlos Aurélio Pimenta. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v.18, n.51, p.21-30, 2003.

FONSECA, Rodrigo. Ciência, Tecnologia e Sociedade. In. REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL – RTS (Brasil) (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação.** Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA – Fapesb. **Relatório Anual de Atividades.** Salvador, BA. Disponível em: [http://www.fapesb.ba.gov.br/?page\\_id=288](http://www.fapesb.ba.gov.br/?page_id=288). Acesso em: 19/set/2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico 2003.** Salvador, 2003. 66p. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/07/Relatório2003.pdf>. Acesso em: 20/set/2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico 2004.** Salvador, 2004. 47p. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/07/Relatório-2004.pdf>. Acesso em: 20/set/2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico 2005.** Salvador, 2005. 52p. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/07/Relatório-2005.pdf>. Acesso em: 23/set/2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico 2006.** Salvador, 2006. 109p. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/07/Relatório-2006.pdf>. Acesso em: 23/set/2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico 2007.** Salvador, 2007. 113p. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/07/Relatório-2007.pdf>. Acesso em: 15/out/2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico 2008.** Salvador, 2008. 100p. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/07/Relatório-2008.pdf>. Acesso em: 12/fev/2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico 2009.** Salvador, 2009. 119p. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/07/Relatório-2009.pdf>. Acesso em:

12/fev/2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico 2010**. Salvador, 2010. 112p. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/07/Relatório-2010.pdf>. Acesso em: 10/mar/2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico 2011**. Salvador, 2011. 173p. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/07/Relatório-2011.pdf>. Acesso em: 8/abr/2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico 2012**. Salvador, 2012. 98p. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/07/Relatório-2012.pdf>. Acesso em: 9/abr/2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico 2013**. Salvador, 2013. 130p. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/07/Relatório-2013.pdf>. Acesso em: 9/abr/2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2004.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Motivos e valores relacionados ao trabalho docente na sociedade da informação**. 1998. 403 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. *et al.* Da descrição do caso à Construção da Teoria ou da Teoria à Exemplificação do Caso? Uma das Encruzilhadas da Produção do Conhecimento em Administração e Áreas Afins. **Revista O&S**. Salvador, v. 12, n.35, out./dez., 2005.

GRAHAM, A. **Como escrever e usar estudos de caso para ensino e aprendizagem no setor público**. Brasília: Enap, 2010.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G. e SALM, J.F. (Orgs). **Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases Epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2009. p.23-39.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL - ITS. **Caderno tecnologia social: conhecimento e cidadania**. ITS, fev. 2007. Disponível em: <http://www.itsbrasil.org.br/publicacoes/cadernos/conhecimento-e-cidadania-tecnologia-social-e-educacao>. Acesso em: 3/ago/2014.

LASSANCE Jr, Antonio E.; PEDREIRA, Juçara Santiago. **Tecnologias Sociais e Políticas Públicas**. In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

LONGO, W. P.. Ciência e tecnologia: evolução, inter-relação e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 9., 1989. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 1989. v. 1. p. 42-49.

MANUALDEOSLO. Disponível em: [http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0026/26032.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0026/26032.pdf). Acesso em: 5/jul/2014.

MIRANDA, A.L. **Da natureza da tecnologia: uma análise filosófica sobre as dimensões ontológica, epistemológica e axiológica da tecnologia moderna**. 2002. 161p. Dissertação (Mestrado) - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2002. Disponível em:

[http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/dissertacoes/2002/ppgte\\_dissertacao\\_102\\_2002.pdf](http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/dissertacoes/2002/ppgte_dissertacao_102_2002.pdf).

Acesso em: 20/mai/2014.

NOVAES, H,T; DIAS, Rafael. Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In: **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas, SP:IG/UNICAMP, 2009. p.17-53.

OLIVEIRA, Nilza Duarte Aleixo de; SILVA, Tania Nunes da. Inovação social e tecnologias sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: um estudo exploratório no CREDITAG-RO. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 5, n. 2, p. 277-295, mai./ago. 2012. Disponível em:

[file:///C:/Users/usuario/Downloads/Oliveira\\_Silva\\_2012\\_Inovacao-social-e-tecnologias-\\_8713.pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/Oliveira_Silva_2012_Inovacao-social-e-tecnologias-_8713.pdf). Acesso em 12/jun/2014.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Manual de Oslo**: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3.ed. Brasil: Ministério da Ciência e Tecnologia. Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, 2005. Disponível em: <http://www.finep.gov.br>. Acesso em: 1/ago/2014.

PENA, Jacques de Oliveira; MELLO, Claiton José. Tecnologia Social: a experiência da Fundação Banco do Brasil na disseminação e reaplicação de soluções sociais efetivas. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Notas sobre a Construção de Casos para Ensino. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006.

RUA, Maria das G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADÃO, Maria Izabel. **O Estudo da Política**: Temas Seleccionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SAENZ, T.W.; GARCÍA, E.C. **Ciência, Inovação e Gestão Tecnológica**. Brasília: CNI/IEL/Senai/Abipti, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo/SP: Editora Nova CulturalLtda.1997.Disponível em:<http://www.soniabarroso.pro.br/graduacao/schumpeterde.pdf>. Acesso em: 03/jul/2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: CENGAGE LEARNING, 2013.

SIMON, H. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID, 1957.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p.20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 8/mai/2014.

THOMAS, Hernán Eduardo. Tecnologias para Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina. In. OTTERLOO, Aldalice et al (org). **Tecnologias sociais: caminhos para a sustentabilidade**. Brasília/DF: s.n, 2009.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <http://UNESCO>. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Acesso em: 20/abr/2014.



## APÊNDICES

A título de informação e ilustração, apresentaremos, nas páginas seguintes, sob a forma de apêndices, a relação de todos os projetos apoiados pela Fapesb no âmbito do Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais, ano a ano, no período de 2007 a 2013, com seus respectivos títulos, área do conhecimento, instituição executora e valor aprovado. Também apresentaremos, no último apêndice, um quadro síntese das ações implementadas no período.

**APÊNDICE A – Relação de projetos aprovados:**

Edital 006/2007 – Apoio a pesquisas voltadas à resolução de problemas do semiárido baiano

<b>Título do Projeto</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>	<b>Valor Aprovado</b>
Avaliação de Fruteiras Adaptadas ao Semiárido em Sistema Agroflorestal	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Ciências Agrárias	R\$ 30.190,00
Geração, Adaptação e Desenvolvimento de Tecnologias para o Controle de Moscas-das-Frutas nos Polos de Fruticultura do Semiárido Baiano	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Ciências Agrárias	R\$ 96.181,00
Construção e Sequenciamento Genômico de uma Biblioteca de CDNA de Pinhão-Manso ( <i>Jatropha Curcas</i> )	Fundação de Fomento à Tecnologia e a Ciência	Ciências Biológicas	R\$ 99.195,00
Aproveitamento de Resíduo da Mandioca para Produção de Etanol em Cooperativas do Semiárido Baiano	Fundação de Fomento à Tecnologia e a Ciência	Ciências Biológicas	R\$ 49.700,00
Licuri como Fonte Energética e Alimentícia – Inclusão Social das Mulheres Quebradeiras do Coco do Licuri	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	Ciências Biológicas	R\$ 140.050,00
Território Kaimbé no Semiárido Baiano e Sustentabilidade Ecosociocultural	Universidade Católica do Salvador	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 173.885,00
Formação de Bancos de Germoplasma, Estudos Básicos e Transferência de Tecnologia de Forrageiras Nativas do Semiárido	Universidade do Estado da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 80.270,38
<i>System Approach</i> para Manga como Alternativa ao Tratamento Hidrotérmico no Polo de Fruticultura	Universidade do Estado da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 84.880,00
Racionalização no Uso de Agroquímicos e Eficiência de Indutores de Resistência Bióticos e Abióticos no Controle de Podridões Pós-Colheita e em Frutos de Manga no Submédio São Francisco	Universidade do Estado da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 44.892,80
Segurança Alimentar e Nutricional no Submédio do São Francisco, Horticultura Comunitária e Inclusão Social	Universidade do Estado da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 95.773,00
Biodiversidade da APA Serra Branca Raso da Catarina, Jeremoabo, Bahia, Brasil	Universidade do Estado da Bahia	Ciências Biológicas	R\$ 91.323,50
Influência da Vegetação Nativa na Polinização do Maracujá Amarelo ( <i>Passiflora edulis f. flavicarpa Deg.</i> ) em Juazeiro-BA	Universidade do Estado da Bahia	Ciências Biológicas	R\$ 38.230,00

<b>Título do Projeto</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>	<b>Valor Aprovado</b>
Estudos Para o Desenvolvimento Sustentável com Validação de Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local Nos Sertões de Canudos	Universidade do Estado da Bahia	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 99.338,50
Biomonitoramento Citogenético de Trabalhadores Agrícolas do Perímetro Irrigado do Município de Ponto Novo, BA	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências Biológicas	R\$ 48.984,00
Variabilidade Genética de Populações da Formiga <i>Dinoponera quadriceps</i> ( <i>Hymenoptera, Formicidae</i> ) na Região do Semiárido (Bahia, Brasil)	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências Biológicas	R\$ 49.949,55
Isolamento de Terpenoides Endoperóxidos Candidatos a Antimaláricos	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências da Saúde	R\$ 33.599,60
Irradiação de Micro-ondas Focalizada na Transformação de Resíduos Agroindustriais em Produtos de Valor Agregado	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências Exatas e da Terra	R\$ 44.750,00
Garimpando o Diamante da Inclusão para a Convivência com o Meio Ambiente	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências Exatas e da Terra	R\$ 47.700,00
Inclusão Social e Desenvolvimento no Território do Sisal: Diagnóstico e Construção de Mecanismos de Apoio ao Fortalecimento da Ação das Associações e Cooperativas	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências Humanas	R\$ 81.168,48
Complexo Socioambiental de Capim Grosso e Região – BA	Universidade Estadual de Feira de Santana	Engenharias	R\$ 170.530,41
Avaliação e Aperfeiçoamento das Cisternas de Placas Utilizadas no Semiárido para Armazenamento de Água da Chuva	Universidade Estadual de Feira de Santana	Engenharias	R\$ 76.285,00
BPF e Seleção de Leveduras da Fermentação da Cachaça Visando o Melhoramento Biotecnológico do seu Processo Produtivo na Bahia e Seleção de Linhagens Boas Produtoras de Bioetanol	Universidade Estadual de Santa Cruz	Ciências Biológicas	R\$ 164.600,00
Farelo da Vagem de Algaroba Na Composição de Suplementos Para Pequenos Ruminantes no Semiárido	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 99.728,14
Conhecimento da Ictiofauna de Bacias do Semiárido Baiano a Partir de Marcadores Cromossômicos	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Ciências Biológicas	R\$ 99.990,50

<b>Título do Projeto</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>	<b>Valor Aprovado</b>
Estudo Etnobotânico do Semiárido Baiano Visando à Exploração Sustentável do Meio Ambiente e o Desenvolvimento Socioeconômico da Região Sudoeste da Bahia	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 94.393,00
Levantamento Epidemiológico de Viroses de Caprinos e Ovinos na Microrregião de Juazeiro – Bahia	Universidade Federal da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 42.663,72
Incidência da Infecção por <i>Lentivirus</i> de Pequenos Ruminantes Nos Rebanhos Caprinos e Ovinos da Região do Semiárido	Universidade Federal da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 36.550,00
Relação da Expressão de Colectinas em Caprinos com Infecção por Nematoides Gastrointestinais	Universidade Federal da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 97.102,95
Alteração Humana no Ciclo de Nitrogênio no Semiárido Baiano: Ameaças, Benefícios e Oportunidades	Universidade Federal da Bahia	Ciências Biológicas	R\$ 99.330,00
Maestria em Artes e Ofícios Populares: Mapeamento dos Mestres-Artesãos e seus Saberes Populares no Território do Sisal/BA	Universidade Federal da Bahia	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 192.980,00
Viabilidade da Inserção do Biodiesel na Cadeia Produtiva da Região Sisaleira da Bahia	Universidade Federal da Bahia	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 86.215,44
Tecnologias de Saneamento Ecológico para Região Semiárida na Bacia dos Rios Verde e Jacaré	Universidade Federal da Bahia	Engenharias	R\$ 175.899,00
Aquacultura: uma Alternativa Ecoeficiente para Tratamento de Esgotos no Semiárido	Universidade Federal da Bahia	Engenharias	R\$ 137.043,02
Utilização de Águas Salobras no Cultivo de Hortaliças em Sistema Hidropônico como Alternativa Agrícola Condizente ao Semiárido Brasileiro	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 150.744,62
Etiologia, Diversidade Genética e Controle Biológico da Podridão Vermelha do Sisal	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 99.988,00
Caracterização, Seleção e Propagação Vegetativa de Genótipos de Umbu-Cajazeira do Semiárido da Bahia	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 48.976,35

**APÊNDICE B** – Relação de projetos aprovados:

Edital temático 007/2007 – Apoio a pesquisas inovadoras em segurança pública

Título	Instituição	Área	Valor Aprovado
Intoxicação Por Carbamatos e/ou Organofosforados: Estudo de Casos do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues/Bahia	Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia	Ciências da Saúde	R\$ 49.900,00
Intoxicações Por Chumbinho: Identificação do Ingrediente Ativo Causador do Óbito e Avaliação dos Níveis de Intoxicação	Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia	Ciências Exatas e da Terra	R\$ 95.800,00
Modelagem de Zonas de Risco de Incêndios no Parque Nacional da Chapada Diamantina/BA	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências Exatas e da Terra	R\$ 53.000,00
Sistemas de Apoio a Decisão Para a Gestão de Indicadores no Contexto Olap-GIS: uma Abordagem Baseada em Indicadores de Criminalidade do Estado da Bahia	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Ciências Exatas e da Terra	R\$ 51.290,00
Mapeamento de Homicídios nas Cidades de Salvador e Feira de Santana – BA: Desenvolvimento de Sistema de Informações Georreferenciadas para Análise Espacial de Mortes por Causas Externas	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências Exatas e da Terra	R\$ 48.000,00
Análise do Processo de Decomposição e Sucessão Entomológica em Carcaças de Animais Expostos em Diferentes Locais de Salvador, BA: Mapeamento e Padronização de Novas Metodologias em Entomologia Forense	Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 82.360,00
O Fenômeno da Criminalidade no Município de Feira de Santana sob a Ótica da Economia do Crime	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 41.930,00
Base de Dados Pré-Vinculada Para Investigação Criminal com Foco em Crimes Violentos Letais Intencionais	Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 66.300,00
Efeito Balístico em Estojos e Projéteis, Mediante Análise Microcomparativa em Função de Velocidade, Interação e Temperatura	Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia	Engenharias	R\$ 11.420,00

**APÊNDICE C – Relação de projetos aprovados:**

Edital 007/2008 – Apoio a incubadoras de empreendimentos econômicos solidários

<b>Modalidade</b>	<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Valor aprovado</b>
Incubadoras Universitárias	Implantação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Uefs	Universidade Estadual de Feira de Santana	R\$ 121.364,00
Incubadoras Universitárias	Incubadora Baiana de Empreendimentos Econômicos Solidários	Universidade Estadual de Santa Cruz	R\$ 177.830,00
Incubadoras Universitárias	Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Sustentável: Ferramentas para o Empoderamento	Universidade Federal da Bahia	R\$ 198.360,00
Incubadoras Universitárias	Cooperar para Desenvolver	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	R\$ 234.810,00
Incubadoras Universitárias	Eco Redes – Incubação para o Fortalecimento de Redes Locais de Economia Solidária	Universidade Federal da Bahia	R\$ 235.000,00
Incubadoras Universitárias	Projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	R\$ 227.300,00
Incubadoras Universitárias	Formação e Sustentabilidade dos Empreendimentos da Economia Solidária	Universidade Católica do Salvador	R\$ 133.740,00
Incubadoras Universitárias	Apoio a Empreendimentos de Economia Solidária na Bahia Através da Consolidação do Epade/Unifacs	Universidade Salvador	R\$ 234.970,00
Incubadoras Temáticas	Empreendimentos Econômicos Solidários na Reserva Extrativista de Canavieiras	Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia	R\$ 232.381,00
Incubadoras Temáticas	Organização Socioprodutiva de Jovens e Marisqueiras	Instituto de Tecnologia Socioambiental do Baixo Sul da Bahia	R\$ 229.490,00
Incubadoras Territoriais	Incubadora Territorial de Cooperativas Populares	Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana	R\$ 222.010,00
Incubadoras Territoriais	Escola Permanente de Formação e Capacitação: Construindo Redes de Colaboração Solidária	Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão	R\$ 225.196,00
Incubadoras Territoriais	Incubadora Comunitária Cesep Multiusinas	Centro Suburbano de Educação Profissional	R\$ 234.000,00
Incubadoras Territoriais	Produção Agroecológica Integrada Sustentável no Recôncavo da Bahia	Associação de Apoio ao Desenvolvimento Social para o Agronegócio	R\$ 231.525,00
Incubadoras Territoriais	Transformando Vidas	Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra	R\$ 234.995,00
Incubadoras Territoriais	Incubadora de Cooperativa de Catadores da Região de Vitória da Conquista	Centro de Estudos Socioambientais	R\$ 168.600,00

**APÊNDICE D** – Projeto: Reprojetado e Fabricação da Máquina Desfibradora de Sisal Faustino II/2008:

1. PROJETO ESPECIAL: Título: Reprojetado e Fabricação da Máquina Desfibradora de Sisal Faustino II/2008 – Área: Engenharias – Instituição Executora: Universidade Federal da Bahia – Valor: R\$ 36.600,00

Objetivo geral: Desenvolver o reprojetado conceitual, o projeto mecânico e a fabricação dos protótipos da máquina desfibradora de sisal denominada FAUSTINO II, idealizada pelo mecânico Faustino.

2. PROJETO ESPECIAL: Título: Projeto Multideglutografia/2008 – Área: Interdisciplinar – Instituição Executora: Universidade Federal da Bahia – Valor: R\$ 94.876,84.

Objetivo geral: Desenvolver um aparelho capaz de fazer uma precisa avaliação dos parâmetros funcionais do processo de deglutição, nos pacientes portadores de doença de Parkinson.

**APÊNDICE E – Relação de projetos aprovados:**

Edital 015/2009 – Apoio a tecnologias para o desenvolvimento social

<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>	<b>Valor Aprovado</b>
Um Sistema de Informações Geográficas para o Apoio Logístico à Central de Transplante de Órgãos do Estado da Bahia	Universidade Salvador	Ciências Exatas e da Terra	R\$ 37.900,00
Produção Sustentável de Moluscos Bivalves na Região Litorânea de Valença, Bahia: Elaboração de uma Base de Dados sobre Qualidade Ambiental da Região	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 166.002,00
Desenvolvimento Familiar: Sustentabilidade Socioeconômica Através de Métodos Socioeducativos	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Interdisciplinar	R\$ 138.302,41
Olho No Olho: o Controle da Verminose Caprina Ovina por Pecuaristas Familiares do Município de Cansanção, Bahia	Universidade Federal da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 140.682,95
Produção e Difusão de Leite Saborizado com Polpa de Umbu	Universidade Federal da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 148.983,00
Desenvolvimento de Dispositivos Caseiros para Dessalinização e Denitrificação para Água Salobra e Contaminada para Dessedimentação Humana no Semiárido	Universidade Federal da Bahia	Ciências Biológicas	R\$ 156.980,00
Tecnologia Alternativa, Desenvolvimento Sustentável e Saúde em Comunidades Quilombolas e de Marisqueiras da Baía de Todos os Santos	Universidade Federal da Bahia	Ciências da Saúde	R\$ 168.160,09
Produção de Biodiesel no Território Semiárido de Irecê – Integração Sociedade, Educação e Tecnologia	Universidade Federal da Bahia	Ciências Exatas e da Terra	R\$ 138.822,59
Onda Limpa: Reciclagem de Lixo Tecnológico para Transformação Social	Universidade Federal da Bahia	Ciências Exatas e da Terra	R\$ 162.270,00
Bancos Comunitários	Universidade Federal da Bahia	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 135.200,00
Participação Social, Cidadania Ativa e Apoio Institucional: a Aproximação da Sociedade Civil do Poder Público Local nas Áreas de Saneamento, Educação Profissional e Saúde	Universidade Federal da Bahia	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 74.500,00
Produção Limpa de Biodiesel a Partir de Microalgas	Universidade Federal da Bahia	Engenharias	R\$ 196.400,00
Beiju – Segurança Alimentar, Cultura, Emprego e Renda	Universidade Federal da Bahia	Engenharias	R\$ 162.320,00
Beneficiário	Universidade Federal da Bahia	Interdisciplinar	R\$ 114.182,00



<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>	<b>Valor Aprovado</b>
Produção de Peixes e Hortifrutigranjeiros em Ciclo Fechado no Município de Muniz Ferreira, Bahia	Universidade Federal da Bahia	Interdisciplinar	R\$ 171.114,00
Consolidando uma Rede de Colaboração Solidária na Bahia	Universidade Federal da Bahia	Interdisciplinar	R\$ 137.844,20
Boas Práticas de Fabricação, Seleção de Leveduras e Uso de Fermento Seleccionado para a Produção de Cachaça Artesanal na Bahia	Universidade Estadual de Santa Cruz	Ciências Biológicas	R\$ 195.490,00
Incubadora Pública de Empreendimentos do Litoral Sul da Bahia	Universidade Estadual de Santa Cruz	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 140.592,30
Projeto “Cidadania E Vilas Sustentáveis” – Ações Sustentáveis em Comunidades Litorâneas da Região Sul da Bahia: Cidadania e Poder Local na Vila Juerana, Município De Ilhéus	Universidade Estadual de Santa Cruz	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 114.149,00
Desenvolvimento de um Índice de Integridade Biótica para os Rios da Chapada Diamantina	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências Biológicas	R\$ 88.230,40
Olhares Cotidianos da Certificação Turismo Carbono Neutro: Logos e Grafias de uma Transformação na APA Itacaré – Serra Grande/Ba	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências Biológicas	R\$ 137.981,50
Protagonismo Juvenil na Produção de Tecnologias Sociais para Prevenção da Violência e Promoção da Cultura da Paz em Feira de Santana-BA	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências da Saúde	R\$ 157.880,00
Metareciclagem, Rede Social Comunitária e Cidadania	Universidade Estadual de Feira de Santana	Interdisciplinar	R\$ 188.573,64
Saubara Sustentável	Universidade Estadual de Feira de Santana	Interdisciplinar	R\$ 177.040,00
Aproveitamento de Produtos Modificados de Levedura ( <i>Saccharomyces cerevisiae</i> ) no Enriquecimento de Alimentos à Base de Derivados da Mandioca ( <i>Manihot esculenta Crantz</i> )	Universidade do Estado da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 153.500,00
Palinologia Forense Aplicada à Investigação de Crimes no Estado da Bahia	Universidade do Estado da Bahia	Ciências Biológicas	R\$ 84.399,84
Putxop: Pesquisa Intercultural dos Processos – Produtos Educativos Experimentados na Disseminação do Conhecimento Agroecológico e na Revitalização da Etnoeconomia e da Cultura Alimentar Pataxó	Universidade do Estado da Bahia	Interdisciplinar	R\$ 134.037,00
Desenvolvimento de Ferramentas de Entretenimento Acessível a Pessoas com Necessidades Especiais na Plataforma de Comunicação Aumentativa Alternativa	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	Ciências Exatas e da Terra	R\$ 99.726,00

<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>	<b>Valor Aprovado</b>
Programa de Formação de Rede e Atenção Integrada ao Equilíbrio Psicoemocional do Policial Militar: Aprimoramento Profissional e Acompanhamento Psicológico	Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia	Ciências Humanas	R\$ 56.865,00
Balcão de Serviços “Paraíso Azul Recanto Feliz”: Desenvolvimento de Tecnologias Sociais	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 163.685,00
Consolidando Bancos Comunitários de Adubos Verdes no Sul da Bahia	Instituto Bio-Fábrica de Cacau	Ciências Agrárias	R\$ 105.695,00
Transferência de Tecnologias em Sistemas Agroflorestais Para Agricultura Familiar nos Territórios de Identidade Bacia do Paramirim e Recôncavo	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Ciências Agrárias	R\$ 145.372,00
Validação de Variedades Melhoradas de Maracujazeiro e Transferência de Tecnologia para o Estado da Bahia	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Ciências Agrárias	R\$ 149.100,80
Transferência de Tecnologias de Captação de Água da Chuva e de Sistemas de Irrigação Em Fruteiras Tropicais, para Agricultores de Base Familiar, em Assentamentos do Semiárido Baiano	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Ciências Agrárias	R\$ 61.316,00
Sistema de Manejo de Animais Silvestres no TIP	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Interdisciplinar	R\$ 179.605,91
Fortalecimento e Difusão de Tecnologia Socioambiental de Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana e Combate à Extrema Pobreza em Pequenas e Médias Cidades do Território de Identidade de Itapetinga	Centro de Estudos Sócio-Ambientais PANGEA	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 87.200,00

**APÊNDICE F** – Projeto: : EBDA – Implementação de um Centro Laboratorial de Apoio à Defesa Agropecuária Baiana/2009

1 – Projeto Especial: Título: Projeto EBDA – Implementação de um Centro Laboratorial de Apoio à Defesa Agropecuária Baiana/2009 – Área: Interdisciplinar – Instituição Executora: EBDA – Valor: R\$ 241.000,00

**APÊNDICE G** – Relação de projetos aprovados:  
Edital 007/2010 – Pesquisa Ater-Pacto Federativo

<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>	<b>Valor Aprovado</b>
Desenvolvimento de Sistemas Socioprodutivos e Ambientais para a Sustentabilidade da Agricultura Familiar no Território do Sertão do São Francisco	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Inter-disciplinar	R\$ 1.105.560,00
Desenvolvimento Territorial Sustentável e Multifuncionalidade da Agricultura Familiar nos Territórios da Cidadania da Bahia	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Inter-disciplinar	R\$ 1.180.440,00
Fortalecimento da Agricultura Familiar no Território da Cidadania Chapada Diamantina com Ações de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Inter-disciplinar	R\$ 1.198.440,00
Desenvolvimento Rural Sustentável no Território da Cidadania Semiárido Nordeste II: Ações de Pesquisa e Ater no Âmbito da Agricultura Familiar	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Inter-disciplinar	R\$ 1.129.320,00
Inclusão Metodológica de Pesquisa Ação no Território do Sisal	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Inter-disciplinar	R\$ 1.177.200,00
Diagnóstico Rural das Unidades Produtivas Alternativas para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Território Litoral Sul	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Inter-disciplinar	R\$ 1.106.280,00
Ações de Pesquisa e Ater para o Desenvolvimento das Atividades da Agricultura Familiar no Território da Cidadania do Baixo Sul	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Inter-disciplinar	R\$ 1.105.920,00
Pesquisa Ater no Território da Cidadania Irecê: Desenvolvimento dos Sistemas Produtivos para o Fortalecimento da Agricultura Familiar	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Inter-disciplinar	R\$ 1.108.440,00
Desenvolvimento de Sistemas Produtivos Agroecológicos Para Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais, Indígenas e Quilombolas no Território da Cidadania Itaparica	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Inter-disciplinar	R\$ 963.000,00
Desenvolvimento Sustentável no Velho Chico: A Pesquisa-Ação Como Via de Inclusão e Cidadania Para Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Interdisciplinar	R\$ 1.088.280,00

**APÊNDICE H – Relação de projetos aprovados:**

Edital 017/2010 – Apoio a incubadoras de empreendimentos econômicos solidários e ambientais

<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>	<b>Valor Aprovado</b>
Organização Produtiva da Fazenda Guerreiro – Agricultura Familiar e Economia Solidária	Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 245.172,41
Incubadora Ecosolidária dos Pequenos Produtores do Vale do Itamboató	Fundação Terra Mirim	Ciências Humanas	R\$ 197.950,00
Projeto Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Ambientais – Modalidade A	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Ciências Humanas	R\$ 75.000,00
Incubadora SOS Sustentabilidade	Instituto Cultural Beneficente Steve Biko	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 257.362,00
Saubara Sustentável	Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social	Interdisciplinar	R\$ 164.114,00
Incubadora para Apoio à Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Rede Sabor Natural do Sertão	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada	Interdisciplinar	R\$ 404.121,00
Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia: Práticas Solidárias em Busca de Sustentabilidade	Universidade do Estado da Bahia	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 338.480,00
Projeto de Incubação de Empreendimentos Solidários e Ambientais no Litoral Sul da Bahia	Universidade Estadual de Santa Cruz	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 129.250,00
Continuidade das Atividades da Incubadora Universitária de Empreendimentos Sociais – Iuees/Icads	Universidade Federal da Bahia	Interdisciplinar	R\$ 106.000,00
Eco Redes Ambiental: Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários Ambientais de Agroecologia e Ostricultura Familiar nas Redes Locais de Economia Solidária de Cairu, Matarandiba E Santa Luzia.	Universidade Federal da Bahia	Ciências Humanas	R\$ 190.312,00
Cata Renda: Estruturação da Gestão Coletiva de Reciclagem de Resíduos Sólidos Em Cruz das Almas/BA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Interdisciplinar	R\$ 47.060,00
Saber dos Sabores Quilombolas	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Interdisciplinar	R\$ 332.810,00

**APÊNDICE I – Relação de projetos aprovados:**

Edital 018/2010 – Seleção de discente para curso de especialização em extensão universitária e Pesquisa-Ação

<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>	<b>Valor Aprovado</b>
Manejo Agroecológico de Plantas Medicinais em Propriedades Familiares do Recôncavo da Bahia Utilizando Tecnologia Social: Homeopatia	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 16.200,00

**APÊNDICE J – Relação de projetos aprovados:**

Edital 022/2010 – Apoio à pesquisa em segurança pública

<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>	<b>Valor Aprovado</b>
Bionomia de Insetos Adultos e Imaturos de <i>Diptera</i> e <i>Coleoptera</i> de Interesse Forense Coletados em Carcaça de Suíno ( <i>Sus scrofa L.</i> ) no Município de Salvador/BA	Universidade Federal da Bahia	Ciências Biológicas	R\$ 112.337,00
Rede de Proteção e Prevenção da Violência e Garantia dos Direitos Humanos: Integração Universidade e Sistemas de Segurança Pública, Atendimento e Defesa da Infância, Adolescência e Juventude	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências da Saúde	R\$ 83.906,00
Drogas e Homicídio no Estado da Bahia: Papel do Disque-Denúncia	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências da Saúde	R\$ 113.620,00
Medicamentos e Criminalidade no Estado da Bahia: Identificação e Quantificação de Benzodiazepínicos em Material Biológico Coletado de Vítimas de Estupro	Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia	Ciências Exatas e da Terra	R\$ 98.400,00
Comunidade Segura	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Ciências Humanas	R\$ 84.835,00
Desenvolvimento de um Modelo de Avaliação, Promoção e Suporte à Saúde Mental do Policial Militar Baiano na Formação de Praças	Faculdade de Tecnologia e Ciências	Ciências Humanas	R\$ 53.300,00
Análise Descritiva do Processo de Decomposição Cadavérica e da Sucessão Entomológica Relacionada Observados em Carcaças de Suínos na Região de Dunas e Mata Atlântica no Município de Salvador/BA	Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 102.100,00
Novas Metodologias e Tecnologias para Treinamento, Atendimento, Gerenciamento e Resolução de Ocorrências Policiais Críticas Incomuns e para a Realização de Ações de Alto Risco	Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 85.447,00
Crime e Interações Socioeconômicas: um Modelo Econométrico Espacial para Medir os Determinantes da Criminalidade na Cidade de Salvador	Universidade Federal da Bahia	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 52.375,00
Aplicação de SIG Móvel Para Companhia de Polícia de Proteção Ambiental do Estado Da Bahia – um Instrumento para Análise e Prevenção na Captura de Enxames na Região Metropolitana de Salvador	Universidade Católica do Salvador	Interdisciplinar	R\$ 96.180,00
Enfrentamento da Violência Conjugal: Estratégias para a Garantia da Segurança e Saúde das Famílias	Universidade Federal da Bahia	Interdisciplinar	R\$ 40.044,00
Busca, Coleta e Monitoramento de Material com Abuso Sexual Infantojuvenil na Rede Bittorrent	Universidade Federal da Bahia	Ciências Exatas e da Terra	R\$ 62.410,00

**APÊNDICE K – Relação de projetos aprovados:**

Edital 010/2011 – Apoio ao fortalecimento de grupos produtivos urbanos e rurais

<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>	<b>Valor Aprovado</b>
Sustentabilidade e Saúde: Promoção do Desenvolvimento em Comunidades Quilombolas	Universidade Federal da Bahia	Ciências da Saúde	R\$ 243.546,25
Mulheres de Fibra: Fortalecimento do Artesanato Regional no Território do Sisal	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 206.700,00
Rede da Terra: Fortalecimento das Unidades Produtivas da Apaeb – Feira de Santana	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 189.810,00
Fortalecimento de Grupos Produtivos Rurais de Comunidades da Reserva Extrativista de Canaveiras, Bahia, sob uma Perspectiva de Sustentabilidade	Universidade Estadual de Santa Cruz	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 146.247,00
Fibra do Sertão: Produção E Comercialização de Capachos de Sisal	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 246.916,00
Desenvolvimento Rural Sustentável por Meio da Agroindustrialização Familiar	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	Ciências Agrárias	R\$ 195.061,00
Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias em Maricultura Consorciada Marisqueiros/ Remanescentes Quilombolas de Porto do Campo, Camamu (TCBS, Bahia)	Universidade Estadual de Santa Cruz	Ciências Agrárias	R\$ 210.051,00
Sistemas Produtivos com Irrigação de Baixo Custo com Uso Eficiente de Água para Agricultores de Base Familiar em Assentamento do Semiárido	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Ciências Agrárias	R\$ 74.306,40
Associativismo e Empoderamento Social: Desenvolvimento Autossustentável da Comunidade de Pedra Branca, Santa Teresinha/BA	Universidade Estadual de Feira de Santana	Interdisciplinar	R\$ 116.127,00
Aproveitamento Sustentável da Produção de Mel na Agricultura Familiar	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências Agrárias	R\$ 294.805,88
Sistemas Agroflorestais, Inovação e Inclusão Produtiva de Assentados e Agricultores Familiares no Sul da Bahia	Universidade Estadual de Santa Cruz	Ciências Agrárias	R\$ 274.710,00
Captação e Uso de Água em Sistemas Produtivos Orgânicos Adaptados à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Ciências Agrárias	R\$ 85.107,00
Desenvolvimento de Tecnologia para Reciclagem de Óleo Graxo Residual	Universidade Salvador	Ciências Exatas e da Terra	R\$ 240.830,27



<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>	<b>Valor Aprovado</b>
Metareciclagem: Inclusão Social e Digital de Jovens no Bairro de Cajazeiras	Universidade do Estado da Bahia	Interdisciplinar	R\$ 220.846,00
Fortalecimento do Processo Produtivo e Comercial de Dois Grupos Sociais Situados no Território de Identidade Litoral Sul	Universidade Estadual de Santa Cruz	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 195.767,00
Programa Piloto Para Aproveitamento Energético E Industrial de Óleos e Gorduras Residuais (OGRS) como Tecnologia Social para Promoção da Sustentabilidade e Cidades Sustentáveis no Território de Irecê	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	Interdisciplinar	R\$ 257.847,20
Programa de Consolidação dos Empreendimentos Solidários e Ambientais do Entorno da Estação Ecológica Estadual de Wenceslau Guimarães	Universidade Estadual de Santa Cruz	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 223.400,00
Defesa da Posse Coletiva Permanência na Terra Mediante a Geração de Renda com Aprimoramento das Tecnologias de Produção de Alimentos em Comunidades de Fundo de Pasto	Universidade Estadual de Feira de Santana	Engenharias	R\$ 252.032,41

**APÊNDICE L – Relação de projetos aprovados:**

Edital 021/2011 – Apoio a projetos de caracterização de Indicação Geográfica (IG)

<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>	<b>Valor Aprovado</b>
Cacau Cabruca Bahia: História, Origem e Qualidade de um Produto Ligado à Mata Atlântica	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	Ciências Agrárias	R\$ 141.858,00
Indicação Geográfica do Sisal de Valente	Universidade Estadual de Feira de Santana	Interdisciplinar	R\$ 149.214,20
Caracterização do Potencial de Indicação Geográfica para os Cafés do Planalto da Conquista/BA	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Interdisciplinar	R\$ 131.096,62
Qualidade, Identidade E Notoriedade da Farinha de Mandioca de Nazaré das Farinhas/BA: uma Contribuição A Indicação Geográfica	Universidade Federal da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 145.920,00
Identidade Geográfica Como Fator de Geração de Valor e Renda aos Pequenos Negócios de Cerâmica Artesanal de Maragogipinho/BA	Universidade Estadual de Santa Cruz	Engenharias	R\$ 49.981,70

**APÊNDICE M – Relação de projetos aprovados:**  
Edital 004/2012 – Apoio à pesca e aquicultura na Bahia

<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>	<b>Valor Aprovado</b>
Impacto Social e Ambiental com a Implantação de Tanques-Rede com o Camarão-da-Amazônia, <i>Macrobrachium amazonicum</i> , no Rio Paraguaçu	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 77.494,20
Elaboração de um Protocolo para Alimentação de Peixes na Aquicultura Familiar do Recôncavo da Bahia: Produção de Água Verde – Proaver	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 191.959,55
Avaliação da Situação do Cultivo de Ostras por Produtores Familiares no Estado da Bahia	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 163.600,00
Ampliação Agregação Tecnológica da Produção de Pirarucu no Baixo Sul da Bahia	Universidade Estadual de Santa Cruz	Ciências Agrárias	R\$ 138.604,20
Inclusão Social de Famílias Quilombolas da Bacia e Vale do Iguape (BA) Pela Melhoria do Processo Produtivo de Ostras	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 141.778,00
Desenvolvimento de Produtos a Partir da Carne Mecanicamente Separada de Resíduos da Tilapicultura no Semiárido Baiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	Ciências Agrárias	R\$ 133.300,00
Implantação de Unidades Demonstrativas de Produção de Moluscos Bivalves Para Fomento e Inovação Tecnológica da Maricultura no Litoral da Bahia	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 117.488,92
Sanidade na Tilapicultura Baiana: Profilaxia e Controle de Parasitas Utilizando Plantas Medicinais Tradicionais	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 85.343,70
Módulo Demonstrativo de Produção de Tilápias em Áreas Salobras	Universidade do Estado da Bahia	Ciências Agrárias	R\$ 163.448,00
Subsídio ao Plano de Manejo Participativo da Pesca dos Siris na Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape: uma Abordagem Etnoecológica	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências Biológicas	R\$ 67.135,00
Ação de <i>Lippia alba</i> (Mill.) NE Brown como Anestésico em Tilápia-do-Nilo e Bijupirá	Universidade Federal da Bahia	Ciências Biológicas	R\$ 116.544,00
Rede Interdisciplinar de Apoio Ao Desenvolvimento da Maricultura Familiar e Solidária no Baixo Sul Baiano	Universidade Federal da Bahia	Ciências Biológicas	R\$ 164.689,64

<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>	<b>Valor Aprovado</b>
Saúde, Ambiente e Sustentabilidade de Trabalhadores da Pesca Artesanal	Universidade Federal da Bahia	Ciências da Saúde	R\$ 152.305,00
A Cadeia Produtiva da Pesca em Comunidades de São Francisco do Conde-BA: Estratégias Para Transferência de Tecnologias E Promoção da Saúde Da Mulher	Universidade Federal da Bahia	Ciências da Saúde	R\$ 198.432,31
Formação de Agentes de Desenvolvimento Para A Inclusão Digital de Pescadores Jovens e Filhos de Pescadores	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Ciências Humanas	R\$ 176.768,00
Desenvolvimento da Produção de Mariscos na Comunidade de Pedras de Una no Sul da Bahia	Universidade Estadual de Santa Cruz	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 136.448,00
Mulheres Mariscando e Pescando Sonhos: Inclusão Socioprodutiva de Famílias Quilombolas	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 129.740,88
Capacitação Gerencial e Melhorias na Produção das Associações de Aquicultura do Lago de Sobradinho	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Engenharias	R\$ 69.460,00

**APÊNDICE N – Relação de projetos aprovados:**

Edital 012/2013 – Apoio à pesquisa em segurança pública (Fapesb/SSP)

<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>	<b>Valor Aprovado</b>
Sistema Prisional e Segurança Pública: Análise do Sistema de Contenção da Criminalidade Partir do Sistema Prisional	Universidade Salvador	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 63.063,20
Reeducação de Homens e Mulheres Envolvidos em Processo Criminal: Estratégia de Enfrentamento da Violência Conjugal	Universidade Federal da Bahia	Ciências da Saúde	R\$ 70.268,68
Película Inteligente de Segurança	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	Engenharias	R\$ 170.693,05
Modernização do Policiamento de Multidões Festivas: o Protocolo da Polícia Militar da Bahia no Policiamento a Pé	Polícia Militar da Bahia / Departamento de Ensino	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 22.956,00
Desenvolvimento de TI Para Integrar os Processos de Coleta, Armazenamento, Disseminação e Uso das Informações a Fim de Desenvolver e Capacitar Profissionais da PMBa com Ênfase nos Grandes Eventos	Academia de Polícia Militar	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 144.167,41
<i>Role Playing Game (RPG) By Moodle:</i> Habilitação Profissional do Policial Militar do Estado da Bahia para Segurança Pública com Enfoque em Grandes Eventos Esportivos Via Simulação e Jogo de Estratégia	Universidade do Estado da Bahia	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 90.940,00
Incidência e Características do Crime de Estupro	Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia	Ciências da Saúde	R\$ 66.900,00
Geodataseg – Infraestrutura de Base de Dados Espaciais para Planejamento Operacional de Segurança Pública no Estado da Bahia	Universidade Estadual de Feira de Santana	Ciências Sociais Aplicadas	R\$ 137.400,00

**APÊNDICE O** – Quadro síntese das ações de fomento vinculadas ao programa de apoio às tecnologias sociais e ambientais, no período 2007-2013

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb Diretoria de Inovação – DI Coordenação de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais – CTSA Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais Resultados Gerais Consolidados – Ações 2007-2013				
EDITAL	Ano	Parceiros	Projetos apoiados	Valor aprovado
Edital Temático 006/2007 – Apoio a Pesquisas Voltadas a Resolução de Problemas do Semiárido Baiano	2007	Fapesb/ Secti/CASA CIVIL (Funcep)	36	R\$ 3.303.080,96
Edital Temático 007/2007 – Apoio a Pesquisas Inovadoras em Segurança Pública	2007	Fapesb/ Secti/SSP	9	R\$ 500.000,00
Edital 007/2008 – Apoio a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários	2008	Fapesb/ Secti/Setre	16	R\$ 3.341.571,00
Projeto Especial: Multideglutografia/2008	2008	Fapesb	01	R\$ 94.876,84
Reprojeto e Fabricação da Máquina Desfibradora de Sisal Faustino II/2008	2008	Fapesb	01	R\$36.600,00
Edital 015/2009 – Apoio a Tecnologias para o Desenvolvimento Social	2009	Fapesb/ Secti	36	R\$ 4.870.102,63
Implementação de um Centro Laboratorial de Apoio à Defesa Agropecuária Baiana/2009	2009	Fapesb	01	R\$241.000,00
Edital 007/2010 – Pesquisa Ater-Pacto Federativo	2010	Fapesb/Secti	10	R\$ 11.162.880,00
Edital 017/2010 – Apoio a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Ambientais	2010	Fapesb/ Secti/Sema/Setre	12	R\$ 2.487.631,41
Edital 018/2010 – Seleção de Discente para Curso de Especialização em Extensão Universitária e Pesquisa-Ação	2010	Fapesb	1	R\$ 16.200,00
Edital 022/2010 – Apoio à Pesquisa em Segurança Pública	2010	Fapesb/ SSP	12	R\$ 922.544,00
Edital 010/2011 – Apoio ao Fortalecimento de Grupos Produtivos Urbanos e Rurais	2011	Fapesb	18	R\$ 3.674.110,41
Edital 021/2011 – Apoio a Projetos de Caracterização de Indicação Geográfica (IG)	2011	Fapesb	5	R\$ 618.070,52
Edital 004/2012 – Apoio à Pesca e Aquicultura na Bahia	2012	Fapesb	18	R\$ 2.424.539,41
EDITAL 012/2013 – Apoio à Pesquisa em Segurança Pública (Fapesb/SSP)	2013	Fapesb	8	R\$ 766.388,34
Projetos Especiais	2008/2010	Fapesb	3	R\$ 373.397,84
<b>Total</b>		<b>Editais: 12 Projetos especiais: 3</b>	<b>184</b>	<b>R\$ 34.460.516,52</b>